



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Maria Fernanda de Oliveira Pacheco

Pesqueiras do Rio Minho: Valorização do Património Cultural
Gestão de Recursos Naturais

Curso de Mestrado
Gestão Ambiental e Ordenamento Do Território

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Carlos Antunes

Coorientação do
Professo Doutor Joaquim Mamede

Setembro de 2013

As doutrinas expressas neste trabalho são da
exclusiva responsabilidade do autor

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE TABELAS	iii
ÍNDICE DE FIGURAS	iv
ABSTRACT	viii
AGRADECIMENTOS	ix
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	xi
CAPITULO I – INTRODUÇÃO	12
1.1. Apresentação do tema	12
1.2. Objetivos	14
1.3. Material e métodos	15
CAPITULO II – O RIO MINHO	18
2.1. Enquadramento	18
2.2. Clima	20
2.3. Rede nacional de áreas protegidas	21
2.4. Vegetação e fauna	23
2.5. Demografia e perfil da população	25
2.5.1. A dinâmica populacional	25
2.6. Caracterização socioeconómica	26
2.6.1. A dinâmica e potencial turístico	26
2.6.2. Potencialidades turísticas	27
2.6.3. Estrutura produtiva e dinâmica económica	28
CAPITULO III – ESTADO DA ARTE	30
3.1. As primeiras referências literárias ao rio e a origem do seu nome	30
3.2. Enquadramento histórico	33
3.3. A pesca na fixação e economia dos castrejos minhotos	37
CAPÍTULO IV - DE ESTRUTURAS FUNCIONAIS A PATRIMÓNIO	42

4.1. Descrição das pesqueiras	42
4.2. Construção das pesqueiras	50
4.3. Artes de pesca	55
4.4. Artefactos associados à arte de pesca	61
4.5. Conservação	63
4.6. Propriedade e uso das pesqueiras	65
CAPÍTULO V – INQUÉRITOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
5.1. Inquéritos	69
5.1. Venda das pesqueiras a outras entidades industriais	79
5.1.1. Venda das pesqueiras à Union Fenosa (Espanha)	79
5.1.2. Venda das pesqueiras à EDP (Portugal)	80
5.1.3. Impactos socioambientais	80
CAPÍTULO VI - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Pesqueiras adquiridas pela UNION FENOSA.	80
Tabela 2 - Pesqueiras adquiridas pela EDP.	80

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Área de estudo.	17
Figura 2 - Mapa de Portugal e Espanha com área de estudo.	18
Figura 3 - Mapa de áreas protegidas da área de estudo.	21
Figura 4 - Peixes migradores mais pescados no rio Minho.	24
Figura 5 - Pesqueira portuguesa e espanhola.	34
Figura 6 - Pesqueira com cinco corpos ou "piais": a) fotografia e b) esboço (Modificado de Leite, 1999).	43
Figura 7 - "Rabo" ou "cauda" prolongamento do último corpo: a) fotografia e b) esboço da pesqueira tipo II (Modificado de Leite, 1999).	44
Figura 8 - Conjunção entre a cauda da pesqueira portuguesa e a cauda da pesqueira galega sem se unirem: a) imagem e b) Esboço da pesqueira Tipo IIa (Modificado de Leite, 1999).	45
Figura 9 - Pesqueiras com dupla "cauda": a) fotografia e b) Esboço de pesqueira Subtipo IIb (Modificado de Leite, 1999).	46
Figura 10 - Pesqueira galaico-portuguesa unidas em "V": a) fotografia e b) Esboço de pesqueira Tipo III (Modificado de Leite, 1999).	47
Figura 11 - Cabaceira "Ponta dos penedos".	47
Figura 12 - Pesqueiras de Cabaceira: a) fotografia e b) Esboço de pesqueira de Cabaceira Tipo II. (Modificado de Leite, 1999)	48
Figura 13 - Pesqueira de Cabaceira (rede de 70mm): a) fotografia e b) esboço de Cabaceira Tipo II (Modificado de Leite, 1999)	49
Figura 14 - Cabaceira com degraus: a) fotografia e b) esboço de Cabaceira Tipo III (Modificado de Leite, 1999).	49
Figura 15 - Pesqueira Mista: a) fotografia e b) Esboço de pesqueira Subtipo IIIa. Modificado de Leite (1999).	50
Figura 16 - Prolongamento da pesqueira.	51
Figura 17 - Bloco com formato de paralelepípedo.	51

Figura 18 - Um "poio" ou "piauí" serve de travamento a outro.....	52
Figura 19 - Botirão amarrado ao "marco".	53
Figura 20 - Argola de ferro "marco".....	53
Figura 21 - Buraco para colocar o peixe.	54
Figura 22 - Pesqueira com "rabo".	55
Figura 22 - As várias partes que compõem o botirão	56
Figura 24 - Botirão: a) colocado na "boca" da pesqueira e b) em construção. .56	
Figura 25 - Recolha do "botirão".	57
Figura 26 - Esquema de uma pesqueira de cabaceira.	58
Figura 27 - Cabaceira com "boia".	59
Figura 28 - Cabaceira com "cabaça de sacos (Foto de E. Alonso).....	59
Figura 29 - Bola presa à "corda da boca".	60
Figura 30 - Vários tipos de marcos (a) em pedra e (b e c) em ferro. Modificado de Martinez (2012).	61
Figura 31 - Marcos mais recentes.	61
Figura 32 - Utensílio para empurrar e puxar as redes (a e b) "cambo", "croque" ou "cro".....	62
Figura 33 - Pescador a empurrar o "botirão" com o "cambo". (Foto de E. Alonso)	62
Figura 34 - Pesqueira restaurada com cimento e godo.....	63
Figura 33 - Pesqueira com matéria-prima de origem.	64
Figura 36 - Grampos de ferro que reforçam a segurança das rochas.....	64
Figura 34 - Grampos de ferro que suportam a estrutura das pesqueiras	65
Figura 38 - Número da pesqueira da margem portuguesa.....	68
Figura 39 - Número da pesqueira da margem espanhola.	69
Figura 40 - Nacionalidade dos pescadores (em %).	70

Figura 41 - Idade dos pescadores (em %)	70
Figura 42 - Proprietários das pesqueiras (em %)	71
Figura 43 - Número de dias de pesca por ano (em%)	71
Figura 44 - Anos de pesca dos pescadores (em %)	72
Figura 45 - Percentagem da preferência das espécies-alvo na atividade da pesca (em %)	73
Figura 46 - Artes de pesca utilizada (em %)	74
Figura 47 - Capturas por espécie por ano (em %)	75
Figura 48 - Variação da pesca ao longo da época em)	76
Figura 49 - Mapa de artes de pesca	78
Figura 50 - Largura do troço de maior concentração de pesqueiras	79
Figura 51 - Barragem da Frieira	82
Figura 52 - Mapa de uso do solo	88
Figura 53 - Mapa de altitude	90

RESUMO

As pesqueiras do rio Minho são exemplares raras de uma arquitetura-paisagística resultante da transformação pelo Homem das massas rochosas das margens do rio Minho. Sendo um património secular, a sua perpetuação pode estar em risco dada a forte dependência dos processos de conservação com a atividade piscatória. Potencializar e salvaguardar este património parece ser o caminho mais fiável para a sua sustentabilidade. A inventariação e caracterização das pesqueiras, implantadas entre Lapela e Cristoval, revela um valor patrimonial (cultural, científico, didático, ecológico e estético), para a região, que pode ser aumentado aplicando um adequado ordenamento do território. Este trabalho pretende contribuir para um melhor conhecimento deste património vernáculo e dar a conhecer diferentes serviços como a pesca que gera benefícios diretos e indiretos para a região e a cultura, integrando dinâmicas como a paisagem, gastronomia, património construído e formações geomorfológicas. Diferentes propostas são apresentadas no sentido de melhorar esta riqueza regional.

PALAVRAS-CHAVE: *Pesca Artesanal, Sustentabilidade Ambiental, Paisagem, Arquitetura Vernácula*

ABSTRACT

The *pesqueiras* of Minho river are rare examples of an architecture-landscape resulting of rock transformation by local population on the Minho River banks. It constitutes a secular heritage and its perpetuation can be at risk considering the strong dependence of conservation processes with fishing activity. Enhance and safeguard this heritage seems to be the most reliable way to its own sustainability. The survey and characterization of *pesqueiras* implanted between Lapela and Cristoval reveals an important heritage value (cultural, scientific, educational, ecological and aesthetic) for the territory that can be increased by integrating principles of land use planning. This work intends to contribute for better knowledge of this vernacular heritage and how this resource contributes for a provisional service (fishing) that generates direct and indirect benefits to the region, providing cultural service and integrating dynamics like landscape, food, built heritage and geomorphological formations. Several proposals are presented to improve this regional wealth.

KEY-WORDS: *Artisanal Fishing, Environmental Sustainability, Landscape, Vernacular Architecture*

AGRADECIMENTOS

Seguramente, esta secção de agradecimentos é escassa para agradecer a todos os que ao longo destes dois anos de pesquisa, me ajudaram e acompanharam de uma forma direta ou indireta. Sem vocês não teria sido possível atingir os meus objetivos e concluir esta etapa académica.

Neste contexto, deixo apenas algumas palavras, de agradecimento sentido e profundo.

Ao Professor Doutor Carlos Antunes, meu orientador, pela excelente escolha do tema deste trabalho, pela sua competência científica, pelo seu acompanhamento na execução do mesmo, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo destes dois anos, pela indicação das várias fontes de informação, bem como pelas críticas, correções e sugestões que ajudaram à concretização deste trabalho.

Ao Professor Engenheiro Joaquim Mamede Alonso, meu coorientador, pela disponibilidade dispensada, sempre que precisei.

Ao Professor Mestre Carlos Pereira, pela excelente ajuda na realização dos mapas no programa de SIG e algumas dúvidas que foram surgindo ao longo do trabalho.

Ao Capitão Rodrigo Gonzalez dos Passos, do Comando Local da Policia Marítima do Porto de Caminha, pela permissão para consulta de documentos relevantes para o trabalho.

Ao chefe João Andrade, da Policia Marítima do Porto de Caminha, pela disponibilização de todos os meios inerentes à obtenção de dados de campo, bem como toda a sua atitude prestável e simpatia.

Ao Senhor Serafim Cubal, escrivão do comando local da Policia Marítima do Porto de Caminha, pela disponibilidade na apresentação de todos os documentos necessários à minha pesquisa.

Ao chefe de destacamento Francisco Eduardo dos Santos, da Comandância Naval do Minho, pela recolha e disponibilização de toda a informação necessária, por toda a simpatia e vontade de partilhar a informação que dispunha sobre este tema, pelas visitas de campo

proporcionadas, mesmo quando atravessava um período débil de saúde, pelos proveitosos passeios de campo e conversas obtidas durante este período.

Aos meus pais por todo apoio, carinho e preocupação demonstrada durante todo este período.

Ao Engenheiro José Miguel de Freitas e Silva, que me incentivou e estimulou durante todo este trabalho, por todo o apoio que deu aos meus filhos nas diversas falhas que fui tendo para com eles, bem como pela paciência e compreensão reveladas ao longo deste tempo.

Aos meus filhos, Pedro Miguel e Eduardo Miguel pelo carinho e amor demonstrados, apesar da falta de atenção e ausências nestes dois anos. Que o meu entusiasmo e dedicação a este trabalho lhes possa servir de inspiração para fazerem sempre mais e melhor.

À Dona Ester Guerreiro e Senhor José Guerreiro, da Residencial Minho Belo em Vila Nova de Cerveira, por toda a disponibilidade, carinho e apoio que me deram sempre que lá me hospedei, tendo inclusive criado um ambiente familiar no qual podia suavizar as saudades da família. Os jantares à lareira nos invernos gelados, os passeios, as conversas e conselhos, nunca serão esquecidos. Para eles, com muito amor e carinho, um muito obrigado.

Aos meus amigos Chris Inhesta e Jorge Alvarez, pela disponibilidade, apoio e carinho dispensados, pelas inúmeras vezes que me hospedaram na sua casa e pela companhia nas saídas de campo.

Ao “Aquamuseu” e a todos que lá trabalharam durante a realização deste trabalho, pelas excelentes condições de trabalho que me proporcionaram, bem como pelo apoio e colaboração prestados.

À Camara Municipal de Melgaço, pelo fornecimento de alguma informação importante ao meu trabalho.

Aos inquiridos das aldeias, proprietários das pesqueiras, dos quais destaco o senhor Venâncio, o senhor José Avelino e o Major Abreu, pela prestimosa colaboração e paciência na realização dos inquéritos tendo inclusive cedido a cópia de alguns documentos importantes para esta tese.

A todos vós, os meus sinceros agradecimentos.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho está organizado em VI capítulos.

No capítulo I é feita uma breve introdução ao património vernáculo constituído pelas pesqueiras, definindo-se os objetivos do trabalho e descrevendo-se as metodologias utilizadas.

No capítulo II são apresentadas as principais características geográficas, bioclimáticas e populacionais da área de estudo.

No capítulo III é avaliado o estado da arte, assim como é feito o enquadramento histórico das pesqueiras.

No capítulo IV é feita a descrição das pesqueiras, nos seus aspetos construtivos, funcionais, propriedade e uso.

No capítulo V apresentam-se resultados do trabalho de investigação desenvolvido.

No capítulo VI discutem-se aspetos relacionados com a valorização do património.

CAPITULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do tema

Esta dissertação apresenta como tema a Valorização das pesqueiras como elemento da paisagem e património cultural do rio Minho e respetiva associação à exploração de recursos piscícolas, num contexto de desenvolvimento integrado e sustentável.

A região do Minho é marcada pela beleza paisagística natural, do qual o rio Minho é parte integrante, à qual se adiciona um património arquitetónico e cultural digno de relevo.

Como se sabe, por questões associadas à sobrevivência, os rios foram das razões da fixação do homem ao longo das suas margens. Ao longo dos tempos o homem foi exigindo mais da Natureza não só como recurso vital mas também de identidade.

Em todas as linhas de água principais observamos evidências da colonização humana, como aldeias, vilas ou cidades e todas elas de características diferentes quer na sua arquitetura como nos estilos de vida, usos e costumes. Estas diferenças é que nos distinguem uns dos outros e nos identificam. Esta identidade é deixada de várias formas como marca nas paisagens ou lugares onde nos fixámos pela primeira vez.

O rio Minho, ao longo dos tempos, forneceu uma quantidade variável de recursos, tanto agrícolas como piscícolas, na margem portuguesa e galega. Os habitantes sentiram a necessidade de evoluir em novas técnicas e meios para uma melhor exploração dos recursos, permitindo a elaboração de construções de moinhos e de “artefactos” piscatórios. Ao longo do rio Minho, muitas são as construções observadas de moinhos em ruínas, implantadas em linhas de água secundárias. Outras pequenas construções como as “choças” são observadas na margem do rio Minho sem qualquer vestígio de utilização, o que se crê que na época fosse utilizado para dormitório ou guardar as redes de pesca como hoje ainda o fazem.

O rio Minho sofre algumas modificações ao longo do seu percurso, junto à localidade de Cevide (freguesia de Cristoval, concelho de Melgaço), verificando-se um desnível aproximadamente de 38 m entre este ponto e a foz e uma orientação de 240°N. A distância média entre margens aumenta no sentido montante para jusante. A secção do rio Minho entre Cevide e Lapela (concelho de Valença) distingue-se pela forma encaixada do vale, com menor largura e maior declive das margens rochosas e maior velocidade da água em relação ao troço a jusante de Valença (Antunes, 2012).

Em águas baixas, dificultando ou mesmo impossibilitando a passagem de qualquer barco, formam-se pequenos rápidos, as *ranhas*. O salmão salta-as à procura do local de postura, mas a lampreia prefere serpentear pelo fundo pedregoso do rio. Para capturar estas espécies o pescador ribeirinho teve necessidade de construir um engenhoso sistema de muros em pedra partindo das margens – as *pesqueiras*, nas quais arma as artes designadas *botirão* e *cabaceira*. É um processo piscatório cujas origens remontam às primitivas economias recolectoras evoluindo para técnicas mais elaboradas de aquisição de subsistência (Leite, 1999).

O registo etnográfico da atividade piscatória nas arquiteturas fluviais baixo minhotas é muito antigo, abrangendo desde a segunda metade do século XX até hoje (Ladra, 2008).

As *pesqueiras* são uns muros construídos no leito do rio, contra à margem, inclinados no sentido da corrente e de tal forma que há outro paralelo ao primeiro, do mesmo comprimento e avançado para o centro do rio (Leite, 1999).

Estas estruturas de pedra são construídas com rochas colhidas do próprio percurso do rio racheadas e sobrepostas umas às outras. Algumas *pesqueiras* chegam a ter noventa metros de comprimento dois metros de largura e dois metros e meio de altura (90 x 2,5 x 2,5) (Leite, 1999).

Só por esta descrição podemos ver que se trata de estruturas colossais para a época, se pensarmos na dimensão do rio Minho e juntarmos a força das águas.

Segundo relatos de um pescador - algumas *pesqueiras* precisam de pelo menos três homens para do primeiro “piauí”, armar duas bocas, devido ao tamanho da *pesqueira*, que entram pelo rio a dentro. Estas estruturas arquitetónicas, não têm todo o mesmo desempenho piscatório, e é do conhecimento de todos os pescadores que umas pescam mais do que outras, e que qualquer intervenção a montante nem que seja o deslocamento de uma rocha irá influenciar no trajeto da água, logo altera também o desempenho da pesca.

Por toda esta dinâmica sabe-se o quanto engenhoso e sabedoria foi precisa para a construção destas estruturas. Não só a arte da construção como também um saber e conhecer da movimentação daquele percurso de água, para melhor orientação da *pesqueira*.

Esta prática de sobrevivência, observado rio abaixo levou também ao aparecimento de uma espécie de toponímia criada pelos pescadores referente a lugares e rochas, das quais ficaram

a fazer parte da história destas pessoas. Muitos são os nomes dados a lugares e rochas das quais fazem parte as pesqueiras.

Esta toponímia, muitas das vezes dificulta a localização para os que são alheios a estas atividades piscícolas, assim como o acesso às mesmas. Poucas são as que tem acesso fácil até à margem do rio sendo que o caminho a percorrer se torna longínquo e perigoso. Tirando os pescadores ou (patrões), só a polícia marítima de Caminha e de Tui é que conseguem localizar as pesqueiras por terra. Mesmo assim a polícia não deixa de ter uma listagem com os nomes e o número das pesqueiras, juntamente com o nome da freguesia. Sem esse registo seria muito difícil a sua localização.

Os primeiros registos que temos da existência da pesca no rio Minho data do ano de 1071 em que D. Urraca concede à Igreja de Santa Maria de Tui e a seu bispo a metade do mosteiro de Alveos com as suas pesqueiras.

Será D. Teresa, Rainha do Condado Portucalense, a primeira a doar à Igreja de Tui, em seu privilégio no ano de 1125, o direito de pesca no rio Minho: «...desde a vila de Lazoiro até à desembocadura do rio que ninguém se atreva a pescar nele, sem a autorização do vosso mordomo».

Posteriormente será D. Afonso VII, o Imperador confere tais privilégios que voltaria a repetir o rei D. Afonso I de Portugal.

Durante os séculos XIII, XIV e XV foram numerosas as notificações de doações, contratos de arrendamento e aforamentos de diferentes portos e pesqueiras situadas ao longo do rio, notificações que se foram prolongando a séculos posteriores (Almeida, 1988).

1.2. Objetivos

Nesta dissertação desenvolveu-se um trabalho que pretende contribuir para o conhecimento de uma arquitetura – paisagística, fazendo já parte de um Património histórico etnográfico e artístico nas margens ribeirinhas do rio Minho quer da margem esquerda de Portugal como da margem direita de Espanha.

Entre todas as construções colaterais aos cursos fluviais galegos e portugueses merecem menção de honra as pesqueiras, verdadeiras joias milenares que demonstram a destreza dos seus inventores e construtores (Piñeiro, 2008).

Assim destacam-se os seguintes objetivos:

- Inventariar e caracterizar todas as pesqueiras ainda ativas na área de estudo e relacioná-las com uma possível exploração turística criativa (georreferenciação); associar percursos, *rafting*, ecoturismo, turismo cultural entre outras atividades que possam promover o Alto Minho, numa expectativa de identificar e caracterizar as suas potencialidades como património cultural e turístico;
- Definir estratégias para a sua preservação, sensibilizando as autoridades responsáveis pelas políticas de recuperação;
- Caracterizar a relação entre conservação do património imaterial e a exploração dos recursos naturais (atividade piscatória) e avaliar modelos de gestão apropriados à sua sustentabilidade.

1.3. Material e métodos

Tendo definido os objetivos propostos, foram programadas um conjunto de etapas que incluíram a pesquisa bibliográfica, o que se tornou um pouco difícil, visto não haver registos suficientes e recentes para a caracterização e datação das pesqueiras.

O trabalho de campo incluiu observação, entrevistas, interpretação e recolha de dados e de documentos, permitindo assim inventariação e caracterização das pesqueiras.

A recolha de dados (registos e numeração e nomes das pesqueiras, tal como as medidas das mesmas), só foi possível nas capitánias de porto de Caminha e de Tui.

A observação passou por várias deslocações às diversas freguesias onde se encontram as pesqueiras, foram tiradas fotos e coordenadas das mais acessíveis por terra.

Inicialmente a recolha de alguma informação foi feita através de entrevistas gravadas, mas muitos dos pescadores não se mostraram recetivos a isto, o que levou que rapidamente se passasse a outra fase, à dos inquéritos por escrito. Também só foram possíveis com a ajuda de um membro da Associação de Pescadores de Melgaço. Pois dificilmente se conseguiria reunir os pescadores para esta tarefa, porque não sendo a atividade principal destes homens; é em alguns casos considerada como um *hobby*.

O inquérito teve por objetivo aprofundar conhecimentos sobre as comunidades piscatórias na área das pesqueiras existentes ao longo do troço do rio Minho.

A pesca artesanal no troço da área de estudo apresenta características muito específicas da cultura deste povo, foram distribuídos quarenta inquéritos, quer por pescadores espanhóis como portugueses. Os dados relativos à pesca foram baseados nos resultados do ano de 2012.

Este inquérito (Anexo I) incidiu sobre os dias de pesca por ano de cada pescador, na evolução da atividade piscatória na área de estudo ao longo destes últimos anos, qual a espécie mais procurada e a arte de pesca mais utilizada pelos pescadores neste troço.

Pretendeu-se avaliar a importância deste recurso para os pescadores. Para isso procurou-se apurar qual o destino do pescado capturado nas pesqueiras: consumo próprio ou venda, venda de parte ou totalidade e a quem se destina. A importância desta atividade para os pescadores: subsistência da família, rendimento familiar ou lazer.

Foi também averiguada a variação da pesca ao longo da época devido à construção da barragem da Frieira e se existem outros fatores causadores de impacto no rio que influenciam a variação da pesca e quais.

A georreferenciação das pesqueiras, foi uma tarefa árdua, uma vez que as pesqueiras da margem portuguesa passaram por vários proprietários (patrões) e possuem diversos números de registo o que resulta numa grande confusão, por outro lado, parte dos proprietários residem fora dos concelhos da área de estudo.

Uma das formas de recolha das coordenadas das pesqueiras, foi através do apoio da empresa de *rafting*, com descida a jusante da barragem da Frieira usando o equipamento GPS Trimble Geoplotter 3000 series (R) equipado com o sistema operativo Windows Mobile (R) v. 6.1., software TerraSync (R). Após a transferência dos dados recolhidos no campo para um computador equipado com software Pathfinder (R) v. 5.00, as coordenadas foram corrigidas com os ficheiros de correção diferencial da estação permanente de Paredes de Coura da rede RENEPA para o período de recolha em questão. Após o processamento, a precisão das coordenadas foi de 50 cm. Os ficheiros corrigidos foram ainda convertidos para shapefile (.shp) para posterior utilização em ArcMap (R) v. 10.1.

Outra forma de obtenção de dados georreferenciados de pesqueiras foi através das capitânias de Tui e de Caminha em que os respetivos operacionais usam equipamentos similares, nomeadamente aparelhos de GPS da marca GARMIN, modelo GPSMAP 78S, Datum (WGS 84).

As coordenadas foram registadas em graus e minutos, tendo sido convertidas também em segundos para melhor introduzir manualmente no ArcMap.

Os mapas e todo o trabalho de cartografia foi realizado no programa ArcMap v.10 com as seguintes coordenadas: (Projected Coordinate System: ETRS_1989_portugal_TM06 e Geographic Coordinate System: GCS_ETRS_1989). Quanto aos pontos das pesqueiras, foram retificadas as coordenadas da seguinte maneira: (Projected Coordinate System: ED_1950_UTM_Zone_29N e Geographic Coordinate System: GCS_European_1950).

A área de estudo compreendeu a porção do rio Minho internacional onde existem pesqueiras ativas (Figura 1).

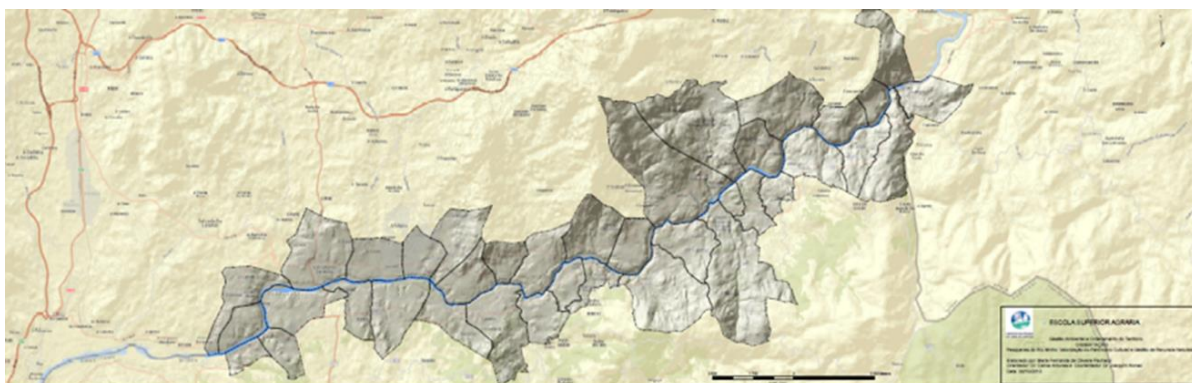


Figura 1 – Área de estudo.

A área de estudo compreende uma zona internacional o rio Minho que divide Espanha de Portugal.

As paróquias (freguesias em Portugal) da área de estudo do lado espanhol pertencem à comarca da Galiza, o chamado “Baixo Minho”. Desta área de estudo fazem parte 19 freguesias das quais 7 não tem pesqueiras ativas (Porto; Salvaterra; Tortoreos; Setados; Quintela; Frexo e Destriz), de jusante para montante começa na paróquia do Porto (San Paulo) até Desteriz (San Miguel) já próximo da barragem da Frieira.

Quanto à área de estudo do lado português, esta é também constituída por 19 freguesias em que só duas freguesias é que não tem pesqueiras ativas, a freguesia de Cristoval e Monção, a primeira freguesia de montante para jusante. A última freguesia a jusante é Lapela que só tem uma pesqueira em funcionamento (para a cabaceira).

Conforme a Comissão Internacional de Limites entre Espanha e Portugal de 29 de setembro de 1864, existiam pesqueiras desde a freguesia de Lanhelas até Cristoval, em que se podiam

contar na margem direita (Espanha) 386 e da margem esquerda (Portugal) 392. Presentemente Espanha está reduzida a 112 pesqueiras (Anexo II) e Portugal a 134 (Anexo III) pesqueiras ativas.

CAPITULO II – O RIO MINHO

2.1. Enquadramento

O rio Minho percorre 343km desde a sua nascente, no norte de Lugo até chegar ao Oceano Atlântico entre Caminha na margem portuguesa e A Guarda na margem espanhola. Os 76 km finais do rio Minho servem de fronteira entre os dois países, sendo apenas os últimos 33 km destes navegáveis. Cerca de 95% dos 17 080 km² da bacia hidrográfica do rio Minho situam em Espanha e os restantes 5% correspondem ao Noroeste de Portugal (799 Km²). A parte portuguesa da bacia hidrográfica do rio Minho tem um perímetro de 201km a que corresponde uma área de 80 818ha, encontrando-se limitada pelo rio Minho a Norte, com a corrente a seguir predominantemente no sentido Este-Oeste (Figura 2).

Na margem portuguesa do rio Minho encontram-se 5 concelhos: Caminha, Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, pertencentes ao distrito de Viana do Castelo (Antunes, 2012).

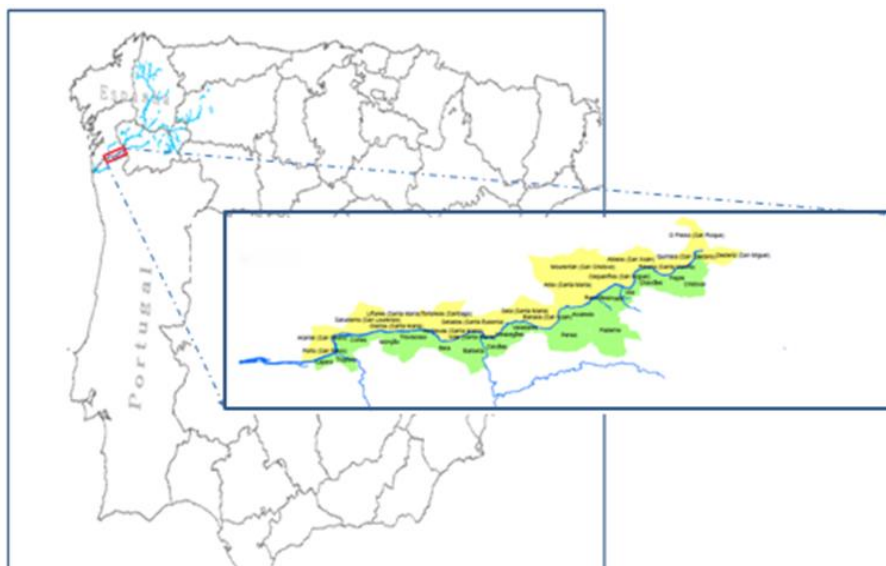


Figura 2 - Mapa de Portugal e Espanha com área de estudo.

O estuário do rio Minho situa-se num vale inundado, originado por uma fratura de direção NNE-SSW.

O limite médio de influência da maré situa-se aos 35km, a montante de Valença do Minho (Vilas & Somoza, 1984). O estuário alarga nos últimos 15km e volta estreitar na embocadura pela presença do monte Santa Tegra e pelo desenvolvimento de um banco de sedimentos. Na zona mais larga (cerca de 2km), tem lugar uma dinâmica complexa resultado da interação de processos fluviais e marinhos. Nesta zona, a maior parte do escoamento concentra-se num canal principal sinuoso, limitado por bancos de areia de diferentes origens. Na embocadura do estuário, as ilhas Ínsua Nova e Ínsua Velha delimitam dois canais (norte e sul), que determinam a forma do escoamento, as profundidades máximas localizam-se na embocadura, onde o canal tem uma profundidade de 4m abaixo do zero hidrográfico. Grande parte dos sapais e bancos de areia só são inundados na preia-mar das marés vivas (Vilas & Somoza, 1984).

Os bancos de areia estão em contínua evolução. A construção de barragens a montante desde os anos 60 limitou as pontas de cheia e incrementou a sedimentação no estuário. Após o estabelecimento de uma linha de ferry entre as localidades de Caminha e O Pasaxe em 1994, realizam-se dragagens periódicas para permitir o tráfego, o que tem alterado a dinâmica sedimentar (Marateca, consulta a 23 de março 2013).

Nas margens do estuário estão localizadas importantes manchas de vegetação (matas ripícolas, caniçais, juncais), que albergam uma avifauna muito diversificada, na embocadura do rio Tamuxe, existem caniçais e barras de lama vegetadas (denominadas “morras” na zona). As três maiores estão sujeitas a erosão, e as menores formaram-se recentemente (a partir de 1959) depois da construção de barragens a montante (Vilas & Somoza, 1984).

O leito do rio é acompanhado por formações sedimentares correspondente a depósitos de terraços fluviais e aluviões, frequentemente cobertos por camadas arenoargilosas. Segundo (Pereira & Alves, 2001), a interpretação da espessura e desenvolvimento dos terraços é dificultada pela relação entre depósitos, sua posição e fraca conservação. Os terraços fluviais são essencialmente de tipologia conglomerática, com calhaus rolados de quartzito e quartzo. A origem dos sedimentos relaciona-se com a meteorização e erosão das vertentes e posterior deposição em meio fluvial (Alves & Pereira, 2000). Os depósitos mais novos apresentam feldspato pouco alterado, mas este mineral surge argilificado nos mais antigos (Pereira & Alves, 2001).

Ao longo da margem do rio ocorrem águas com características hidrogeoquímicas próprias: gasocarbónicas em Messegães e Melgaço (Peso) e termais em Monção, sendo estas bicarbonatadas sódicas e quentes (Esteves *et al.*, 2008).

Entre os concelhos de Monção e de Melgaço, nas pesqueiras, património arqueológico, das margens declivosas do Minho, pratica-se a pesca artesanal. Estas remontam a tempos imemoriais e foram edificadas recorrendo a blocos do granito local.

A margem do rio Minho apresenta aspetos paisagísticos próprios, consequência da ação conjugada das condições climáticas e das características geológicas, ao que acresce a atividade antrópica (Esteves, *et al.*, 2008).

2.2. Clima

O clima do Vale do Minho é caracterizado por invernos suaves e verões frescos, o ar é húmido, devido à abundância de nebulosidade e precipitação frequentes em todas as estações do ano. A pluviosidade varia entre os 800 e os 2300mm/ano, determinada pela influência Atlântica e pela própria morfologia da bacia. Os valores máximos correspondem à zona do Maciço de Manzaneda (1778m), entre Navea e Bibeí, nas Serras de Este de Lugo e Norte do Sil, Serra de Ancares (2214m), e no vale inferior do Minho (Antunes & Cobo, 2010).

As estações climatológicas registam uma precipitação anual em Ancora de 1070mm, Melgaço 1268 mm e 1235mm na estação climatológica de Monção / Valinha. O mês mais chuvoso no vale do Minho segundo registos udométricos corresponde ao mês de janeiro com 210mm. Quanto a estação seca destaca-se o mês de julho e agosto (Antunes & Cobo, 2010).

As temperaturas médias anuais mais elevadas verificadas na região, com valor na ordem dos 17°C, registam-se nas zonas baixas adjacentes ao rio Minho. Com o avanço para o interior, começa a verificar-se já alguma influência climática continental, com uma temperatura média anual menor e com um período de geada mais extenso. Com a aproximação das montanhas, verifica-se uma mudança na vegetação, desfavorecendo o crescimento (mais lento e mais curto) devido às baixas temperaturas.

A evapotranspiração potencial média anual é aproximadamente 490mm/ano, sendo nas depressões situadas entre as montanhas e no sector inferior do vale do Minho (Antunes & Cobo, 2010). Anualmente a insolação atinge, em média, cerca de 2 450 horas (54%) em

Montalegre e Ancora, admitindo-se como representativa da que se verifica nos mais elevados da bacia e junto ao litoral (Antunes & Cobo, 2010).

Associados a, elevados teores de humidade do ar próximos de 100%, e, particularmente nos principais vales e áreas topograficamente deprimidas da área da bacia, verificam-se nevoeiros de irradiação, devido a trocas de calor entre a superfície e a massa de ar sobrejacente. Tem expressão significativa por toda a área, reduzindo consideravelmente a visibilidade durante a noite e a manhã. Ocorrem com maior frequência desde o Outono até à Primavera, sobretudo durante as noites límpidas e frias com situação anticiclónica, e dissipa-se geralmente ao fim da manhã (Antunes & Cobo, 2010).

2.3. Rede nacional de áreas protegidas

O reconhecimento da riqueza ao nível dos valores da biodiversidade existentes na área de estudo está patente através da classificação de uma área inserida na Rede Natura 2000 (Figura 3): o Rio Minho, classificado como SIC pela Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004 que integra, nos termos da diretiva 92/43/CEE, relativa á proteção de habitats naturais e seminaturais e da fauna e da flora selvagens. (INAG, 2001).

A delimitação territorial de SIC PTCON0019 (“Rio Minho”) e pela ZPE PTZPE0001 (“estuários dos Rios Minho e Coura”), (CIBIO, 2007).

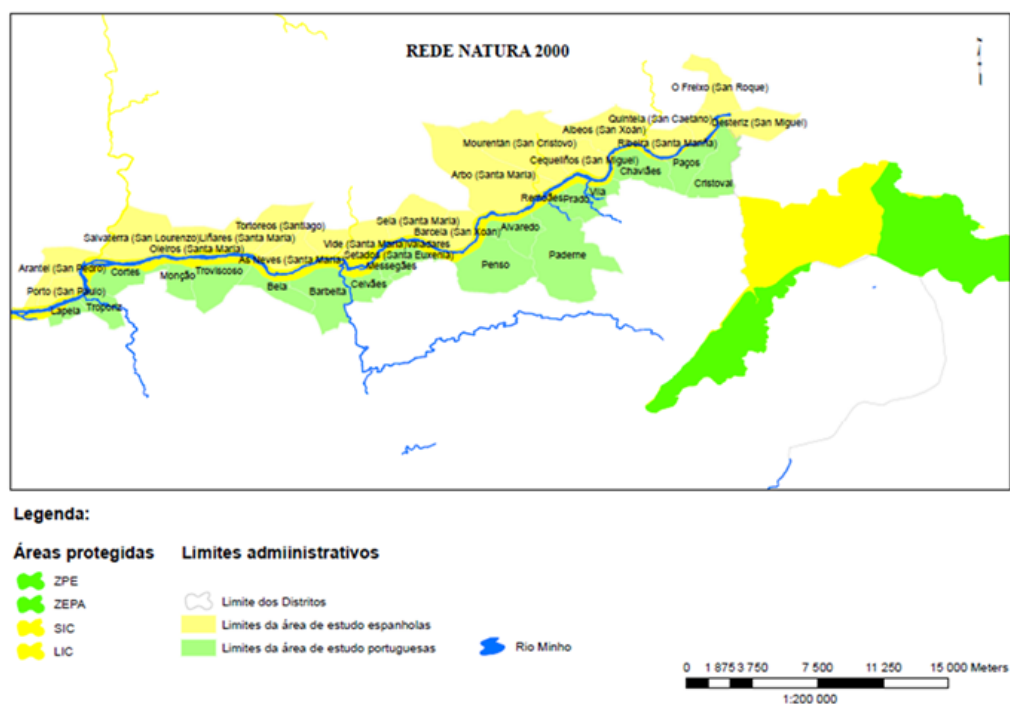


Figura 3 - Mapa de áreas protegidas da área de estudo.

O Rio Minho é um dos rios intervencionado por grandes empreendimentos hidráulicos, ainda que seja afetado por variações de caudal, devido a descargas de barragens localizadas a montante. Destacam-se, ao nível dos valores naturais que detém, a existência de interessantes populações de peixes migradores e o desenvolvimento de algumas matas ripícolas de elevado interesse ecológico (Felgueiras J., consulta a 7 de maio 2013).

As montanhas que delimitam o vale albergam unidades vegetais riquíssimas e de elevada biodiversidade, que por sua vez suportam uma importante comunidade animal (Felgueiras J., consulta a 7 de maio 2013).

De acordo com o Plano sectorial da Rede Natura 2000, encontram-se identificados no sítio rio Minho 9 Tipos de habitats naturais de interesse comunitário, cuja conservação exige a designação de Zonas Especiais de Conservação, nos termos do anexo B-I do Decreto-Lei nº 49/2005 de 24 de fevereiro (Tabela 8).

Destes, o habitat “Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*” (código 91E0) é considerado prioritário.

Além destes o estudo realizado reconhece-se ainda no sítio rio Minho os seguintes tipos de habitats (CIBIO, 2007):

- 3 Habitats do grupo Habitats de água doce/ subgrupo Águas paradas (código natura 3110, 3130 subtipo pt2, e 3150);
- 2 Habitats do grupo Charnechas e matos das zonas temperadas (código 4020 subtipo pt2, e 4030 subtipos pt2 e pt3);
- 1 Habitat do grupo matos esclerofilos / subgrupo Matagais arborescentes mediterrânicos (código 5230);
- 2 Habitats do grupo Formações herbáceas naturais e seminaturais / subgrupo Pradarias húmidas de ervas altas (código 6410 subtipos pt1, 6430 subtipos pt1 e pt2);
- 1 Habitat do grupo Turfeiras altas, turfeiras baixas e pântanos / subgrupo Turfeiras ácidas de *Sphagnum* (código 714 com vegetação casmoto, subtipos pt1 e pt2);
- 3 Habitats do grupo rochosos e grutas / subgrupos Vertentes rochosas com vegetação casmofítica (códigos 8220 subgrupo pt3, e 8230 subgrupo pt1);
- 1 Habitat do grupo Florestas / subgrupo Florestas da Europa temperada (código 9160, subtipo pt1) (CIBIO, 2007).

Dado que a área de estudo do presente trabalho representa apenas uma parte do Sítio do Rio Minho, nem todos estes habitats ocorrem na área de estudo. Ficam só referidos alguns como o caso do Concelho de Monção em que cerca de 3% do território, encontra-se classificado ao abrigo da Diretivas Habitats (92/43/CEE) e Aves (79/409/CEE) transpostas para o direito nacional pelo Decreto-lei nº140/99, de 24 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº49/2005 de 24 de fevereiro (Antunes C, 2010).

Ao abrigo da Resolução do Concelho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto, foram criados dois sítios que abrangem o concelho de Melgaço: ZEC doo Minho e ZEC das Serras da Peneda Gerês, com o objetivo expresso de contribuir para a assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e seminaturais, e dos habitats de espécies de flora e da fauna selvagens considerados ameaçados no território da União Europeia (Antunes C, 2010).

2.4. Vegetação e fauna

O Vale do Minho é uma região que apresenta uma fauna e flora riquíssima, com grande diversidade de espécies, vários endemismos. Esta diversidade resulta dos tipos de relevo encontrados, das variações de altitude e de outras influências (Antunes & Cobo, 2012).

No que se refere à comunidade faunística destaca-se a presença do javali, do veado do texugo, do lobo, da águia-real, do milhafre-real e do falcão.

A ictiofauna do rio Minho é composta por cerca de 48 espécies (Antunes e Rodrigues, 2004), que foram inventariadas e caracterizadas. Estas espécies encontram-se distribuídas por cinco grupos principais, tendo por base o seu ciclo de vida: grandes migradores, que incluem as espécies anádromas e uma espécie catádroma e cujo habitat se divide entre o meio marinho e o fluvial: peixes de água doce, cujo ciclo de vida se processa unicamente na zona limnológica; peixes estuarinos, que passam a vida no estuário, sofrendo a influência da maré; peixes marinhos oportunistas, que entram no estuário periodicamente para se protegerem ou alimentarem; peixes marinhos adventícios, que são peixes visitantes esporádicos do estuário (Antunes & Cobo, 2010).

As espécies anádromas presentes nesta bacia são: a lampreia marinha (*Petromyzon marinus*), o sável (*Alosa alosa*), o salmão atlântico (*Salmo salar*), a savelha (*Alosa fallax*) e a truta marisca (*Salmo trutta* morpho *trutta*). (Figura 4) Em relação às espécies catádromas só está presente a enguia (*Anguilla anguilla*). No passado, também se podiam ver alguns exemplares

de esturjões (*Acipenser sturio*). O último exemplar desta espécie capturou-se em 1961 (Almaça & Elvira, 2000). Outras espécies como tainhas (*Mugil cephalus* e *Chelon labrosus*), a truta do rio (*Salmo trutta morpho fario*), o escalo (*Squalius carolitertii*), a boga do Norte (*Pseudochondrostoma duriense*), a solha (*Platichthys flesus*) e espécies exóticas como carpa (*Cyprinus carpio*) e achigã (*Micropterus salmoides*) podem igualmente ser encontradas (Antunes & Cobo, 2010).

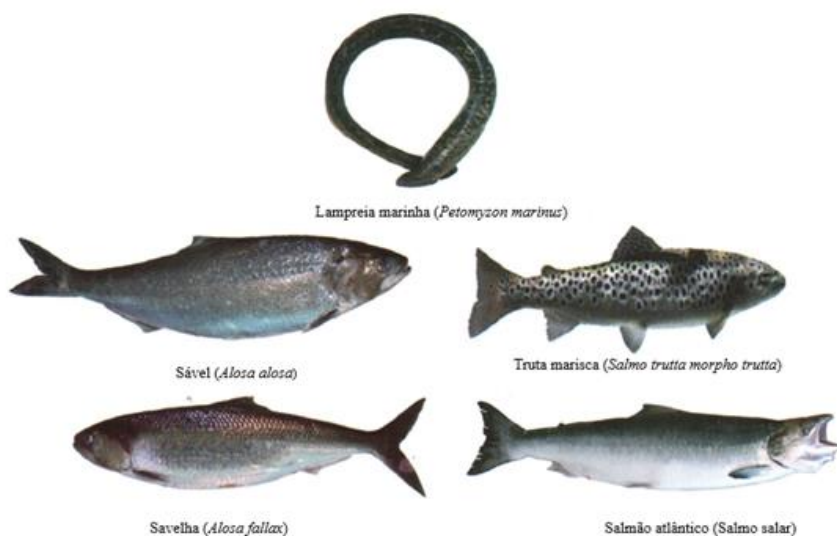


Figura 4 - Peixes migradores mais pescados no rio Minho.

Neste corredor natural podemos ainda destacar algumas espécies de avifauna, assim como: o corvo-marinho a garça-real, pato-real, o guarda-rios, galinha-de-água, águia-sapeira entre outras...

A natureza e orientação do relevo, as variações de altitude e as influências atlânticas, mediterrânica e continental traduzem-se na variedade e riqueza do coberto vegetal: matos, carvalhais, medronheiros, azevinhos e pinhais, bosques de bétula ou vidoeiro, abundante vegetação bordejando as linhas de água, campos de cultivo e pastagens (Antunes & Cobo, 2010).

Nos espaços seminaturais presentes no Vale do Minho a vegetação é dominada por giestas, urzais e tojais, que resultam da degradação dos carvalhais primitivos (A Vale do Minho, consulta a 23 de março de 2013).

A vegetação climática é constituída por carvalhais (*Quercus robur*) que ainda sobrevivem nalgumas áreas. Encontram-se igualmente exemplares de sobreiros (*Quercus suber*),

castanheiros (*Castanea sativa*), azevinho (*Ilex aquifolium*), carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), faias (*Fagus silvatica*) e medronheiros (*Arbutus unedo*). Os bosques higrófilos são denominados pelos amieiros (*Alnus glutinosa*) e salgueiros (*Salix spp*). (A Vale do Minho, consulta a 23 de março de 2013).

Em áreas onde a intervenção humana é reduzida, encontra-se alguma vegetação ribeirinha bem desenvolvida e em bom estado de conservação, principalmente nos rios Mouro e Coura, em que dominam o amieiro (*Alnus glutinosa*), o salgueiro (*Salix alba*) e o freixo (*Fraxinus angustifolia*), embora surjam pontuais descontinuidades nas galerias ripícolas. Em altitude e associados a linhas de águas predominam os vidoeiros (*Betula celtiberica*), (A Vale do Minho, consulta a 23 de março de 2013).

2.5. Demografia e perfil da população

2.5.1. A dinâmica populacional

A região do alto Minho acolhe cerca de 245 mil habitantes, o que apresenta cerca de 2% da população do País e cerca de 7% da Região Norte (INE, 2011).

A grande maioria dos concelhos abrangidos pela Região do Alto Minho registaram, ao longo do período intercensitário 2001-2011, um decréscimo populacional, que se afigura tendencialmente mais expressivo nos Municípios menos densamente povoados. Esta constatação é corroborada por uma análise mais detalhada, ao nível de freguesia, onde emergem como demograficamente mais dinâmica as freguesias com um pendor urbano mais evidente, nomeadamente as coincidentes com as sedes de Concelho. Na análise da dinâmica populacional a nível concelhio, a prestação do Município de V. N. Cerveira no período 2001-2011 demarca-se das restantes, traduzindo-se a sua atratividade num crescimento da população residente de cerca de 5% ao longo do período considerado. Por seu turno, a estabilidade demográfica de V. Castelo ao longo do período influenciou, de forma determinante, a evolução da região como um todo. Assumindo-se a dinâmica populacional como um recurso basilar para o desenvolvimento de uma região, importa de igual modo, aferir as potencialidades e a capacidade do Alto Minho para renovar a sua população. Os índices de envelhecimento e dependência evidenciam níveis particularmente desfavoráveis no Alto Minho, superando os valores médios nacionais e da região Norte. A tendência de envelhecimento é preocupante quando se constata que atingem entre 10% e 30% as perdas populacionais de população jovem nos diversos concelhos. A perda populacional no Alto

Minho é maioritariamente explicada por um modelo de renovação populacional que não repõe população jovem com intensidade necessária à manutenção do perfil etário da população (Mateus & Associados, 2012).

2.6. Caracterização socioeconómica

2.6.1. A dinâmica e potencial turístico

O Alto Minho é um dos destinos turísticos do Norte de Portugal, que se diferencia pelos recursos turísticos que possui e pela sua localização privilegiada na zona de fronteira com a região espanhola da Galiza, sendo por isso fundamental conhecer o perfil do potencial turista galego. Assim, no contexto da região Norte e no que concerne ao setor do turismo, os principais dados disponibilizados pelo INE e pela entidade nacional de turismo, Turismo de Portugal I.P., relativamente ao ano de 2009, permitem fazer a seguinte caracterização genérica do setor:

- a categoria hotéis concentra cerca de 60% das dormidas, seguida de pensões (23%) e de Apartamentos-turísticos (1%); A taxa de sazonalidade nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros atinge 36% e o índice de amplitude sazonal é de 1,85. Os meses de julho, agosto e setembro atingem os picos máximos da sazonalidade (INE, 2011);
- segundo dados do Instituto de Estudos da Galiza (IET), em 2009, as dormidas dos galegos em estabelecimentos hoteleiros portugueses representaram mais de 29% das dormidas totais de espanhóis, tendo o consumidor galego gerado 7,53% do total das receitas portuguesas;
- o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) identifica o turismo natureza como um produto turístico prioritário para a região Norte. Atualmente este produto representa 22 milhões de viagens na Europa, representando 8% do total das viagens de lazer realizadas pelos europeus. Os turistas oriundos da Alemanha e da Holanda são os que evidenciam maior preferência por este tipo de turismo (Mateus & Associados, 2012).

A oferta do alto Minho é rica em termos de áreas naturais sendo o Parque Nacional da Peneda Gerês o seu grande “ embaixador”, não apenas enquanto elemento natural, mas também enquanto espaço para a prática de desporto aventura, *bird watching*, trilhos, entre outras modalidades. Das 12 áreas protegidas da região norte, 4 pertencem ao território do Alto Minho: parque Natural da Peneda Geres; Parque Natural do Litoral Norte; paisagem protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos, e Paisagem Protegida do Corno do

Bico. Para além destas destacam-se ainda a serra D'Árga e o sistema hidrográfico associado ao rio Minho e Lima (Mateus & Associados, 2012).

2.6.2. Potencialidades turísticas

O Alto Minho reúne um conjunto relativamente diferenciado de recursos turísticos, identificando-se, no conjunto dos 10 concelhos, algumas similaridades que podem ser potenciadas e promovidas em conjunto, e/ou em agrupamentos mais restritos de concelhos, numa perspetiva integrada e a diferentes escalas (Mateus & Associados, 2012).

Reconhece-se a pertinência atual da necessidade identificada de promover o território na base de plataformas de atuação comuns, a nível nacional e internacional, garantindo a existência de uma estrutura de coordenação e gestão que possa representar todo o território numa perspetiva institucional de efetivamente operativa (Mateus & Associados, 2012).

A transformação do conjunto de recursos em produtos turísticos é um processo complexo e dinâmico, que envolve estratégias de marketing territorial de base alargada, ao nível da gestão, operacionalização e promoção do território, que de outra forma ficam aquém das potencialidades identificadas (Mateus & Associados, 2012).

Este fato está patente em diversas iniciativas que cada concelho leva a cabo de forma isolada e que, se desenvolvidas numa perspetiva integrada de base comum, poderiam ter maior alcance. A título explicativo, podem referir-se: eventos que ocorrem nas mesmas datas em concelhos diferentes, tornando-se concorrenciais entre si; a realização dos festivais de P. de Coura e Vilar de Mouros, ambos reconhecidos internacionalmente, sem que se beneficie da promoção de outros produtos que lhes podia ser associada; a falta de uma aposta conjunta na promoção dos desportos de natureza, nomeadamente os náuticos, associados aos rios Lima e Minho e seus efluentes e ainda à costa marítima; os trilhos ou percursos; a gastronomia; os vinhos; o património histórico construído e a sua história; os caminhos de Santiago, entre outros, de índole cultural como sejam a Bienal de V. N. Cerveira, ou o próprio Festival Internacional de Jardins de Ponte de Lima. O património natural existente no Alto Minho merece um destaque particular, porquanto possui uma dimensão e importância que permitem uma atração turística muito específica e com cada vez mais adeptos em todo o mundo, nomeadamente vindos da Europa mas que necessita de ser potenciado numa ótica alargada e conjunta, ainda que em respeito pela preservação dos elementos naturais, a sua maior valia (Mateus & Associados, 2012).

2.6.3. Estrutura produtiva e dinâmica económica

A dinâmica do emprego no Alto Minho assentou num ritmo médio anual de criação de postos de trabalho de cerca de 2% entre 2000 e 2009, tendência induzida, essencialmente, pelo sector terciário responsável por cerca de 52% do emprego na região. Esta preponderância está fortemente alicerçada em sectores que evidenciam elevados ritmos de crescimento do emprego na região, como a educação a saúde (11%) e os serviços empresariais (13%), com crescimentos moderados, em linha com o padrão nacional, mas com expressiva dimensão, como a distribuição e comércio (19%) e a hotelaria e restauração (6%). A agricultura, silvicultura e pesca, onde a região se revela especializada face aos País, demonstrou um crescimento acelerado (9%) na criação de emprego, num contexto de crescimento (3%) no país, representando, em 2009, cerca de 3% do emprego gerado no Alto Minho (Mateus & Associados, 2012).

Os setores industriais tem dinâmicas contrastantes. As indústrias metálicas (9%), de material de transporte (7%) e as químicas (3%), que representam cerca de 16% do emprego do Alto Minho, destacam-se como as únicas responsáveis pela criação de postos de trabalho, apresentando o material de transporte uma dinâmica em contra ciclo com o país, onde se registam perdas dos postos de trabalho de 4%. As indústrias do têxtil, vestuário e calçado (-4%) e as extrativas (-2%), foram os únicos setores de especialização da região com perdas no emprego, ainda que tenham acompanhado a tendência nacional. As indústrias da madeira, cortiça e mobiliário (-9%) e das mecânicas e eletrónicas (-9%) registam perdas mais significativas de postos de trabalho, superiores às registadas no País, respondendo por cerca de 4% do emprego no Alto Minho. A atividade desenvolvida na rede hidrográfica regional, embora de carácter mais informal e familiar, não deverá, porém, ser subestimada: Os indicadores apresentados atestam a relevância da pesca de rio na Região. No rio Minho, em particular, a atividade pesqueira, de natureza sazonal, envolve espécies como o meixão, a enguia, a lampreia, o salmão ou o sável. Não obstante os esforços das ações de fiscalização e controlo, essencialmente desenvolvidas a montante, não é possível apurar o verdadeiro valor do rio em termos de pescado e do rendimento que gera para os pescadores da Região.

A posição geográfica e a morfologia da Região do Alto Minho conferem à atividade piscatória e ao sector das pescas uma valorização económico-social não inteiramente coincidente com os dados reportados nas estatísticas oficiais sobre o setor. Efetivamente, à semelhança de outras regiões a nível nacional onde a pesca assume um significativo peso

socioeconómico, a componente informal da atividade – não quantificável, por natureza – inviabiliza a valoração integral do peso económico da atividade na Região. A sazonalidade da atividade da pesca e a lógica de emprego familiar ao longo da cadeia de valor que lhe está subjacente são características que deverão, por conseguinte, estar bem presentes no diagnóstico do setor na Região (Mateus & Associados, 2012).

CAPITULO III – ESTADO DA ARTE

3.1. As primeiras referências literárias ao rio e a origem do seu nome

Aponta-se que a primeira referência tenha sido feita por Justino, grande historiador romano do segundo século da nossa Era, de nome completo Juniano Justino, o qual, na sua *história do Mundo*, segundo resumo que dela fez seu contemporâneo o sucessor Trogo Pompeus, ocupando-se da Galiza, fala da sua riqueza mineral e do nome que dum seu produto tomou abrangido rio:

*Regio (Gallaecia) cum aeris ac plumbi ubérrima stannum & minio quod
etiam vicino flumini nomen dedit.*

Ou seja:

*A região da Galiza muito rica tanto em cobre e chumbo como de estanho
e mino o que também deu o nome ao rio vizinho.*

E o certo é que, nos mesmos tempos em que o romano tal regista, de há muito o rio com tal designação já era mencionado quanto ao importantíssimo ponto geográfico da sua foz pelo grande cosmógrafo e matemático grego Ptolomeu, ao ter assinalado bem explicitamente «Miñii fluvit ostia – 5° 20'4" (Galicia em Ptolomeo)», por Luís Monteagudo, in (*Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo II, Santiago, 1946), como ainda num século anterior, por Apiano, insigne geógrafo também grego (ano 95 a. C.), mas vivendo em Roma e escrevendo em latim. O último ao escrever a sua *História Romana*, vem dizer que entre 138-136 a.C., o cônsul Junio Bruto passou com suas legiões o rio Lima e acima chegaram a um outro grande rio, designado *Nimius*, diz ele, com inversão de letras. Assim, vinha de trás, claramente a designação *Minio*, conforme isto nos diz Adolfo Schulten, na sua célebre *Fontes Hispaniae Antiquae* (Tomo IV, Barcelona, 1937). Portanto *Mino*, em latim *Minium*, vem muito antes dos romanos, passou mesmo pelos celtas e deve remontar as primeiras expedições cretenses.

Logo de seguida, este mesmo célebre autor alemão, e na mesma obra, nos salienta que após o desaparecimento dos romanos da península, os dois primeiros grandes historiadores peninsulares, casualmente ambos bispos, Idácio, prelado em Chaves (ano 468 d.C.), como

Santo Isidoro, famoso historiador sacro-profano (ano 600), nitidamente, reconhecem já remota designação do rio, juntando-lhe suas explicações.

No seu tão decantado *Cronicon*, viria a escrever aquele historiador, bom conhecedor destes sítios, como sacerdote em Braga e Bispo de Chaves, ao declínio dos romanos e entrada dos bárbaros, que no rio Minho, se colheram quatro peixes muito estranhos, contendo letras hebreas, gregas e latinas, como se veem correr nas suas águas umas ervas, espécies de lentilhas.

Também este consagradíssimo primeiro grande escritor peninsular, do tempo da conversão dos suevos, Isidoro de Sevilha, no seu tratado *Ethimologiae*, efetivamente deixou-nos explicitamente concretizada, a velha tradição, que ao seu tempo vinha detrás, bem corrente:

Mineus fluvius Galliciae nomen colore pigmenti sumpsit, qui in eo plurimus invenitur.

Isto é:

O rio Minho da Galiza tomou o nome do facto da cor do pigmento que muitas vezes se encontra nele.

É a significação, aliás, inteiramente consagrada, depois de tão respeitável opinião isidoriana, a que definitivamente se contém numa doutíssima coletânea dos melhores tratados jamais escritos, pelos mais ilustres prosadores antigos, sobre a Hispânia ou seja na *Hispania Illustratae*, de 1607, onde consta:

...Qui Isidoro Cartaginensi placet a colore minii frequens trahit accepisse nomen creditur
(« Rerum qui Hispanica Auctoris Varios», Francofurti, MDVII, Tomus IV).

Querendo dizer:

Segundo pareceu bem a Isidoro Cartaginense crê-se ter recebido o nome da cor mínio que transporta com abundância.

Constitui, por seu lado, um dado adquirido que, referem genericamente o rio, com seu nome, já corrente, de *Minii*, esses célebres escritores, Estrabão ou Appiano, gregos, como Virgílio

ou Ovídio, romanos, dos últimos tempos antes de Cristo, numa época que Roma ainda estava longe da conquista da Galiza, ou então, Plínio ou Mela, latinos, dos primeiros anos da nossa era, quando ainda não havia denominações imperiais sobre o Noroeste, portanto nenhum itálico por aqui vivera que ao rio pudesse dar denominação latina.

Façamos, agora, certo resumo, acerca do valor e natureza material da substancia que fomentou a onomástica.

Calpiano (Ambrósio), grande humanista italiano, vivendo entre 1440 e 1511, no mais antigo e categorizado dicionário linguístico da humanidade, define o termo:

Minus pigmenti generis laudatissimi coloris dubium vero est utrum nomen Mino flúmen acceperit» ou seja, Minio é um género de cor apreciadíssima sendo duvidoso se recebeu seu nome do rio ou se lho deu (Lexin Latinum, 1502).

Bons séculos prevaleceu a autoridade do grande conhecedor léxico até que veio a ser superado, numa obra idêntica, por Egídio Forcellini, em que o termo aparece no seguinte sentido:

*Minium, ii=Genus coloris nativi, laudatissimi qui argenti podinis invenitur.
Arena est quae cocci colorem habet. Celeberrimum est quod in Hispania invenitur.
Minium amannen nunc Minho Gallaicos et Braccarensibus divit ab bruju coloris copia dictum esse.Ex quo apparet vocem esse Hispanicam (Totius Latinitatis Lexien, Pádua, 1883).*

Pretendendo dizer:

Mínio = Género de cor natural apreciadíssima que se encontra nas minas de prata. É uma espécie de areia de cor vermelha ou da galena.

Ficou célebre este ingrediente aparecido na Espanha. O rio Mínio agora sob o nome de Minho separa os Galaicos dos Bracarenses e é chamado assim por causa desta cor vermelha, abundante a qual parece palavra hispânica.

Compreende-se bem que os gregos, que deviam ter sido os primeiros a utilizarem o termo, não explicassem o real sentido onomástico, dado à designação do rio, porque isso prejudicava o interesse minerológico das melhores explorações, que desejavam manter ocultas, dos povos rivais, o mesmo tenha acontecido com os romanos para os quais esses trabalhos eram um rigoroso segredo de estado.

Pode mesmo aqui ser salientado que, nos estudos dos modernos e bem distintos historiadores do país vizinho, se refere e confirma que tal designação de *minio* constituía na linguagem hispânica – sabendo-se que ao dizer-se palavra *Hispânica* se diz criada pelos primeiros habitantes da Galiza –, uma espécie de lodo de cor avermelhada, provinda das minas inclusive as de ouro e prata, o *bermellon*, da qual o rio Minho tomou o nome, muito embora a substância mais diretamente proviesse do seu afluente rio Sil, já que se acham nele as principais explorações de ouro, e por isso, nem o nome do rio, nem sua situação, jamais aparece nos escritores romanos, porque Roma pretendia manter em rigoroso segredo os locais de tais explorações. (M. Villares, *Archivos Leoneses*, «Revista de Estudios», Leon, Diciembre, 1970).

Entre nós, deixou-nos Bernardo de Brito, esse minucioso historiador e geógrafo, o seguinte registo «Rio Minho - Último rio da nossa geografia é o que Plínio chama «Miniu» o qual nome quer Justino lhe viesse das muitas veias de vermelhão que tem em sua corrente e como este se chama em latim *Minium* daí deriva o seu nome».

É aliás este sentido que se atribui à significação de *mino* no mais antigo e precioso dicionário da nossa língua, o *Dicionário de Bluteau*, saído em 1759, como o mesmo significado lhe mantém a nossa mais autorizada obra do género, o *Dicionário Completo*, publicado no Brasil, em 1813, por António Moraes da Silva (Brito, 1989).

3.2. Enquadramento histórico

No rio Minho internacional e a meio do seu percurso a montante, vão aparecendo de uma maneira irregular mas constante, umas construções que pela sua forma chamam a atenção, mais ou menos retangulares, se estendem por ambas as margens galega e portuguesa, desde Filgueira (hoje submersas devido à albufeira da barragem da Frieira), lugar em que o rio se faz fronteiriço, até cerca de Salvaterra, em que deixam de existir.

Estas construções recebem o nome de “**pesqueiras**” ou “**pescos**” em galego e “**pesqueras**” em castelhano e existem desde de tempos remotos. Temos informação da sua existência do

tempo dos romanos, a quantidade existente na época não era tao grande como hoje, que fazem fronteira no leito fluvial do rio Minho quase por completo (Figura 5) (Martinez, 2012).



Figura 5 - Pesqueira portuguesa e espanhola.

A prova do seu pouco número, em tempos antigos encontra-se em relatos documentados, que falam da navegabilidade, ou pelo menos da flutuabilidade do rio; pois segundo Strabón, que viveu no tempo do Imperador Tibério, “ navegava-se por um espaço de 800 estágios”, que são vinte e cinco léguas (Strabón: III-4,20.*Geographika.*), segundo Avila e de Cueva era “navegável de (Ribadavia) de longe acima dela para o mar” (Martinez, 2012).

Os romanos de Taboexa pescavam em torno do Minho, a lampreia, salmão, sável, a truta e enguias, este produto delicioso sendo transportado a Roma por mar ou em carroças. Para levar viva a lampreia usou-se o "Dolium" (grandes vasos de barro). Os imperadores e seus subordinados elogiavam tão especial iguaria.

As melhores lampreias, as mais apreciadas, estavam a ser pescadas no estreito que separa Sicília da Itália. Eles conservavam em viveiros grandes, eram só para eles, tal era o viveiro construído por Cayo Hirtius à beira-mar em que a maioria das lampreias foram consumidas em festas e oferecidas aos Romanos a quando os triunfos de Júlio César (Martinez, 2012).

Os Romano apreciavam as lampreias pela sua carne macia, mas as do Minho eram de outra qualidade. A lampreia, ao subir mais a montante tinha um trabalho árduo para vencer as forças da corrente ficando assim mais rijas, sendo deste modo a carne mais saborosa (Martinez, 2012).

Segundo apontava o comandante Cervera Valderrama em 1907: "É, sem dúvida, o mais rico berçário do Minho o maior produtivo em toda a Península Ibérica da localização geográfica,

as águas calmas, a falta de navegação e inúmeros afluentes sem derramar regime torrencial nas águas do rio são componentes de qualidade para aumentar a boa pesca e abundante. E não só foi e é um grande berçário, mas natural, porque as condições do país em que está localizado, cuja riqueza é quase exclusivamente agrícola, será por um longo tempo, pois logo veremos na canalização e nascentes e o ruído dos vapores e as máquinas vão assustar o peixe, como eles foram expulsos do Golfo da Biscaia, anteriormente espécies abundantes no mais requintado " (Almeida, 1988).

No rio Minho e avançado o seu curso médio, encontramos espalhadas de forma irregular mas constantes algumas construções que chamam atenção pela sua forma, mais ou menos retangulares se estendem pelas duas beiras galegas desde Filgueira a Frieira, e pelas ribeiras galega e português, desde de Frieira, lugar onde o rio se torna fronteiroço, até cerca de Salvaterra, onde não existem ou escasseiam.

Estas construções são chamadas de "pescos", uma grande parte delas romanas.

Os romanos de Taboexa exploravam gradualmente esta pesca no Minho e começaram a enviar a Roma, inicialmente, transportadas em carroças, lampreias vivas acomodadas em grandes Vasos de barro "Dolium".

Em Arbo o Imperador e as outras autoridades mencionavam a quantidade de enguias lampreia, para não falar na truta, salmão e sável. Os romanos sempre foram amantes da boa comida e boa bebida. Sabendo então, da pesca no rio, logo enviou engenheiros para o campo, para fazer barcos apropriados que pudessem deslizar ou navegar no rio Minho, Quanto á construção das "Pesqueiras ou pescos", descreve o Professor Alfonso Vazquez Martinez, um nativo de Arbo. E tivemos sorte, que esses engenheiros foram instalados em nossa paróquia.

Os romanos tinham um acordo forte com Taboexa. Certeza de que foram os primeiros a levar a Roma as primeiras lampreias do Minho. Os engenheiros, enviados por César, foram instalados em nossa paróquia, para ser informado sobre isso.

Esta circunstância seria favorável, pela pouca existência de artes de pesca para a saída de numerosos produtos do interior, principalmente os vinhos do Ribeiro e Condado, situação que vamos confirmar na época visigoda, pois a Lei VIII 4.29 estabelece que os rios chamados maiores, pelos que entram peixes marítimos e concretamente salmões, não podem ser apropriados pelos donos dos terrenos por onde corre o rio. O direito é livre; Como consequência disto é de supor que não autorizaram a construção de estas estruturas ou

pesqueiras, que implicavam propriedade e direito de pesca para o seu construtor e impediria a navegabilidade do rio (Martinez, 2012).

Na Idade Média sabemos através de documentos da sua importância, utilidade e exploração, o pagamento de impostos e doações reais, encontrados junto aos “pratis, molendinis, etc.” e as “piscariis”. É nos arquivos monásticos onde mais abunda a informação, pois o pagamento como terras arrendadas ou contribuições para os conventos, menciona sempre a “pesca” das lampreias, produto obtido nas “pesqueiras” ou “pescos” (Martinez, 2012).

No Séc. XII são abundantes os compromissos privados que demonstram a importância que adquiriram as pesqueiras e a pesca, vemos assim concedido o privilégio do rio Minho ao Bispo de Tui em 1125 por D. Teresa de Portugal, e seu filho D. Afonso, posteriormente confirmado em 1142 pelo Imperador Afonso (Martinez, 2012).

Em 1166 Fernando II dá ao Mosteiro de Melón na Veiga de Francelos, perto de Arnoia, “molendinis, piscariis, etc.”

Em 1184, o mesmo Mosteiro recebe “piscariis de Guissandi” pertencente ao reguengo “Quod dicitur Sanctus Petrus de Arabo”. (Martinez, 2012).

Em novembro de 1200, Afonso IX doa ao Mosteiro de Sobrado a herança de Boigues, para fundar uma Abadia, na qual estão incluídas “piscariis, piscationibus”.

No mesmo ano foi doado ao Mosteiro do Melón, o reguengo situado junto ao rio Brulli “et cum illis piscariis que sunt in ripa Minei” (Martinez, 2012).

Poucos anos depois, em 24 de abril de 1216, encontramos em Lugo, assinado por Afonso IX, as “piscariis et piscationibus”, que é um documento de doação concedido pelo rei, catedral de Lugo com vista para a cidade de Ventosilla, em troca da concessão que havia feito em vinho de Castrelos; e o mesmo foi encontrado num documento outorgado ao Mosteiro de Eslonza e de Valdedios.

Numerosas foram as doações, particularmente quando havia heranças ou doações que compreendiam territórios limítrofes ou próximos de rios, em especial o rio Minho, quer na parte galega como portuguesa, como indica neste caso dada a concessão do documento do Mosteiro Almeida de Aguiar “illas pesqueras de Afonso de Aguiar (Arquivo da Torre do Tombo, mazo 1, núm. 8.), (Martinez, 2012).

Em Compostelana há notícias sobre a lampreia, aqui consideramos uma preocupação a pesca do rio Ulla, em que o peixe é abundante, porque está escrito: "...não comprar carne ou peixe ou frutos do mar, ou polvo ou lagosta, ou lampreias ou cabritos".

Nesta data, de 1133 em Compostelana, encontramos a taxa da lampreia a três denários.

A riqueza das pesqueiras adquiriu valor efetivo, por causa do rei Afonso IX, nas Cortes de 1252, deu ordens, proibindo expressamente a pesca realizada por procedimentos de envenenamento "lançando certas ervas e limão para as matar".

Nesta mesma época (1241), houve ordenações sobre o peixe em Santiago e foram encontradas referências sobre a venda como por exemplo:

- i. Durante a quaresma, o peixe, curado e fresco, devem vender-se à porta e não dentro das casas, o mesmo acontece com as lampreias e os salmões.
- ii. Os homens e animais que transportam o peixe para vender, as lampreias e mesmo o salmão não podem entrar na cidade até que se inicie primeiro a reprodução...
- iii. Ninguém pode vender peixe, lampreias ou salmões em casa...
- iv. Que ninguém ouse comprar peixe, nem lampreias nem salmões para vender.

As Cortes de Xerez em 1288 mostra-nos o preço "...quatro sáveis por um centavo, três lampreias por um centavo; secas, oito por um centavo..." (Martinez, 2012).

3.3. A pesca na fixação e economia dos castrejos minhotos

A causa determinante para a fixação nas elevações para estes povos, mais ou menos altas, foi sempre no sentido de se fixarem junto das vias marítimas ou de vales fluviais, onde encontramos a maioria dos castros galaicos. Além das populações assegurarem a sua defesa, tinham a vantagem do fácil consumo do peixe, existente nessas águas. Os principais castros, do atual território português, embora também tendo em conta as suas necessidades de defesa militar, denunciam a tentação de ficarem próximos dos cursos dos rios ou das baías marítimas, com a primordial finalidade de beneficiar da pesca. Isso acontece com a disposição dos castros de maior importância da província do Minho, entre eles, os de Briteiros, de Sabroso, em Guimarães; do Boi e o de Bagunte em Vila do Conde; todos estes, e outros, nestes concelhos, nas proximidades do rio Ave; o considerável Castro de Sanfins de Ferreira, em Paços de Ferreira, junto do rio Ferreira, afluente do rio Sousa; para já não falar das proximidades da água de mar ou rios dos diversos antigos castros no concelho de

Caminha, os Castros de Cidade, do Castro de Mouros, de Castelo ou Cristelo, de Vilar de Mouros, principalmente da Pena; ou de Santo António, em Afife e Cidade Velha, de Santa Luzia, em Viana do Castelo; ou de Cossourado, em paredes de Coura, mesmo junto do rio Coura (Brito, 1989).

Aliás, tal atividade piscatória dos habitantes dos castros galaicos acha-se suficientemente demonstrada, segundo alguns estudiosos galegos, pelos numerosos pesos de pedra para apoio das redes bem como pelas pedras curvadas que aparecem nas paredes exteriores das casas castrejas nas quais deviam ser colocadas varas para secagem das mesmas redes (Brito, 1989).

Essa preferência, por uma situação dos povoados galaico-célticos, junto da costa oceânica, nas margens das rias, rios e ribeiros, ainda se revela mais pronunciada na atual Galiza espanhola, onde por vezes, já sem a menor preocupação estratégica de defesa, sobressai a absorvente prevalência piscatória.

Destaca-se por exemplo, na grande quantidade de Castros estabelecidos na tão pitoresca Península de Morrazo, situando-se pouco acima do nosso rio, entre as rias de Vigo e de Pontevedra, a constituir, hoje em dia, o foco preferencial de todas as investigações científicas, no campo da pré-história (Brito, 1989).

Esta península, mais vulgarmente conhecida pelo nome da sua principal povoação de Marin, seus dinâmicos estaleiros e Escola Superior Naval de Espanha, conta, atualmente, com cerca de 120 explorações arqueológicas, com investigações, na sua maioria, já documentadas e mesmo publicadas, pelo altíssimo centro cultural do Patronato do Museu de Pontevedra. São as estações de castros marítimos, da «Igreja de Marin», de «Santo André de Hio», - este com um depósito valiosíssimo a atingir o período final da época do bronze, revelando descobertas de espadas e pontas de lanças, na plena cultura céltica, em braceletes de ferro; - o castro ou Citânia de «A Subidá», situado numa pequena colina ao pé da costa da ria e tão brilhantemente revelado pelo vizinho e exímio arqueólogo galego, Sobriño Lourenzo-Ruza; o castro da praia de «Portecelo»; o castro denominado «A cidade de Carneiro», no lugar de Carneiro, nas proximidades de Redondela e ria de vigo; o Castro de «Danon» na mesma costa, onde recentemente se descobriu um largo «*conheiro*», de avançada cultura céltica, finalmente, na margem sul, desta península de Morrazo, e já defronte da ria de vigo, os Castros de «Moaña» e de «Cambas» (Brito, 1989).

Do mesmo modo, e também quase sem preocupações de defesa, contra incursões marítimas, na outra costa, fronteira à margem norte da mesma península de Marin, à entrada desta ria

de Pontevedra, os importantíssimos castros de «A Lanzada» e de «Sanxenxo», a revelarem, na sua abundante cerâmica de cultura castreja, com riquíssimos exemplares de vasilhas, com ricas decorações a encarnado, de «sigillata hispânica», restos de fundições de vários metais, cravos de ferro, para os telhados, tudo a denunciar uma transição da cultura castreja para a romana. Nestas circunstâncias, à vista de tão intensa concentração de castros, nas proximidades das águas, tudo infere que, na cultura castreja, a pesca era o meio de alimentação predominante, embora praticada só nas proximidades da terra, com simples emprego de anzóis e redes, ou ainda ligeiras embarcações, mais de tipo fluvial. Tudo mais indica que nesta civilização foi a pesca que determinou, aliás, os primeiros passos de construção de barcos, muito antes de qualquer preocupação de navegação comercial (Brito, 1989).

A este respeito, são de muito interesse as revelações feitas noutra centro cultural galego, esse mesmo ribeirinho do rio Minho, num magnífico estudo denominado, *Base paleontológica para el estudio de la pesca en la cultura castreña*, no qual se afirma que, muito mais orientados para problemas cronológicos, as escavações dos jazigos pré-históricos da Galiza tem descuidado a busca de dados sobre a ecologia e a economia das comunidades castrejas, em especial quanto a materiais botânicos e faunísticos. E ainda, neste último conjunto faunístico, importa muitíssimo a recolha de restos de peixes, vértebras, dentes, ossos do crânio, otólitos e escamas, assim como paralelamente, artefactos empregues nas pescas, ósseos ou metálicos, ainda pesos de redes em pedra (Brito, 1989).

Felizmente, por meio de uma análise qualitativa, nas zonas costeiras da Província de Pontevedra, perante os restos de peixes recolhidos em várias escavações, designadamente nas das ilhas Cies, na ria de Vigo, ou na de Torrala, nas suas proximidades, e nas da Citânia de Santa Tecla, sobre o mar e o rio Minho, poderão já realizar-se alguns estudos, sobre vértebras, ossos e peças dentárias de modo a ser tal material paleontológico comparado com as espécies de peixes atuais. Verificou-se que as espécies pré-romanas, existentes nas águas às bordas dos castros, conseqüentemente, nas duas margens deste estuário do rio Minho, se mostram inteiramente idênticas às atuais espécies da marmota, do pargo, da pescada e do robalo, pelo menos. E mais ainda acontece – diz-se nesse curiosíssimo estudo – as mesmas espécies revelam esses paleontológicos jazigos, celtas e pré célticos, também ainda hoje existem, em grande quantidade, nas águas ao redor dos mesmos jazigos, à exceção do peixe outrora denominado cientificamente de *merculuccis* ou *merluccis* (merluza (pescada)), que

vive em águas mais afastadas da costa, ainda que em algumas ocasiões possa aparecer nas proximidades da mesma. Portanto frisa-se no trabalho orenseano, só relativamente a esta última espécie haveria necessidade de navegar a maior distância para sua captura, pois as restantes espécies podiam-se recolher de terra firme, empregando anzóis e outros métodos. Ora, como os restantes achados, - diz-se logo de seguida – procedem de acumulações e desperdícios de cozinha, (certo que os Celtas, do período final do bronze e pelo menos do Ferro, já possuíam seus barcos, para saírem para navegações costeiras, pode-se considerar seguro que todas as espécies representadas em tais jazigos tenham sido utilizadas como alimento dos castrejos (Brito, 1989).

São dados que altamente esclarecem o valor económico, pelo menos nas atividades e sustento das populações, que teriam habitado os dois importantes Castros situados à boca do grande rio galego, na margem direita, a confirmarem, no sopé da Citânia do Tecla, os dois notáveis *concheiros* com restos apreciáveis de peixes e conchas de variadíssimas qualidades, bem como centenas de pesos de pedra próprios para redes, que o doutor jesuíta P.^o Eugénio Jallay, por ai conseguiu desvendar, entre os anos vinte e trinta, como atrás apontamos; e, na margem esquerda, a isso mesmo revelarem as recentes escavações executadas, mesmo por curioso, antes da atual campanha científica, nas vertentes norte e poente no Castro da Pena, em Vilarelho (Caminha) defronte da desembocadura do rio courea, no estuário do rio Minho, onde interessados e afoitos estudiosos parecem ter recolhido também grande quantidade de idênticos pesos de pedra, destinados a redes de pesca, igualmente, a comprovarem uma antiguidade de alto valor económico, quanto á tradicional riqueza da pesca, grande prática e dom engrandecedor, do fecundo estuário (Brito, 1989).

É que a localização das tribos galaicas do final do bronze ou de todo o seu período, nas ramificações da Ribeira do rio Minho, portanto justifica-se que tais sítios lhes garantiam como nenhum outro os produtos que mais necessitavam (Brito, 1989).

Como veremos mais adiante, este valor piscatório económico não só valeu na época castreja como foi crescendo ao longo dos séculos. No início do século XVIII, o Tenente do navio D. Juan Cervera Valderrama, comandante de o canhão "Pérola" falando com o Conde de Azevedo, disputando as cortes pelo distrito de Melgaço e Monção sai em sua defesa da pesca do rio Minho:

É sem dúvida alguma, o Minho é o viveiro mais rico e produtivo que tem a Península Ibérica. A situação geográfica deste rio, sua constituição hidrológica, a tranquilidade das suas águas, a ausência de navegação, que sem regime torrencial escorrem as águas do rio, são componentes de primeira qualidade para criar boa e abundante pesca.»

Ele acrescentou que seria maravilhoso este viveiro por muito tempo pois não tardaria ver-se modificações em breve: *«Obras de canalização e nascentes de ruído dos vapores e as máquinas vão assustar o peixe como foi expulso do Mar Cantábrico (Almeida, 1988).*

CAPÍTULO IV - DE ESTRUTURAS FUNCIONAIS A PATRIMÓNIO

4.1. Descrição das pesqueiras

Em 1758 o P.e João de Azevedo, vigário de Bela, definia as pesqueiras como “huas pontas de huns penedos, nas quais se armam redes no Rio, em que se colhem os peixes e grandes, como Salmoens, Relhos, Lampreas, Saveis e Savelhas...” De facto, as pesqueiras são o resultado da transformação pelo homem das massas rochosas existentes nas margens do Minho em pontos de pesca. De arquitetura popular se trata pois os seus construtores eram originários das comunidades camponesas ribeirinhas. Mestres pedreiros que possuíam um conhecimento profundo das correntes do rio ao decidirem por determinada forma e disposição das pesqueiras (Leite, 1999).

Não deixando descorar esta arte, até porque era um meio de sobrevivência destes povos, houve necessidade de regulamentar estas estruturas, num aspeto legal e jurídico as pesqueiras são definidas, de acordo com o Decreto-Lei nº8 de 9 de Abril de 2008, capítulo V do artigo 19º, “Para efeitos deste Regulamento, denominam-se «pesqueiras» as construções fixas destinadas à pesca existentes no troço do rio compreendido entre a linha que passa pelas torres do Castelo de Lapela (Portugal) e pela igreja de Porto (Espanha) e o limite superior da linha fronteiriça. Para poderem ser utilizadas na pesca, será necessário que a sua construção, forma, dimensões e propriedade reúnam as condições previstas na Ata de Entrega na Fronteira, assinada em Lisboa em 30 de Maio de 1897”.

Na evolução destas construções fixas passou-se de uma fase ainda influenciada por primitivas técnicas recolectores para outras onde o processo de captura foram sucessivamente aperfeiçoadas. Inicialmente, como vimos na 1ª parte, aproveitaram-se os “**cotos**”, grandes penedos sobranceiros às águas do rio e em alguns deles o seu acesso foi facilitado pela colocação de troncos de árvores partindo das margens. Depois talhou-se a rocha junto à margem de modo a obterem degraus em diferentes alturas para se lançar as redes e melhorou-se o seu acesso pela colocação de passagens em blocos de granito. Contudo, existem pesqueiras “**naturais**” onde a intervenção humana foi mínima. Em Bela encontramos algumas destas pesqueiras “**ponta de huns penedos**”. Aqui, o rio é suficientemente alto para se poder redar com a “cabaceira”, mas em outros lugares, a montante, o Minho corre baixo e daí a necessidade de se utilizar outro processo de captura do peixe. Surgiram assim os “**caneiros**”, corpos em pedra em cujo intervalo (ou “**boca**”) se

coloca uma arte chamada “botirão”. As “pesqueiras-caneiros” apresentam-se mais elaboradas, pois além de poderem ter mais de dois corpos algumas delas terminam por uma cauda ou “rabo”. Existem ainda pesqueiras-caneiros que permitem o emprego de “cabaceira” e também o “botirão”. Foram construídas de tal forma que o seu último corpo se encontra em zona do rio suficientemente profunda para o lançamento da rede (Leite, 1999).

Vemos assim que a morfologia do leito do rio ditou a sua utilização para a pesca e influenciou a forma e características das pesqueiras. Daí que uma sua classificação tipológica tenha de ter em conta a arte empregue (Leite, 1999).

As construções fixas para a pesca localizadas na margem esquerda do rio Minho entre Alvaredo e Chaviães pertencem, predominantemente, ao grupo das “pesqueiras de botirão” ou “pesqueiras de caneiros” e subdividem-se em três tipos principais:

Tipos I - Compõem-se de 2 a 5 corpos (ou “**piais**”) (Figura 6a), paralelos, separados por cerca de 1 metro e avançando obliquamente para o meio do rio no sentido da corrente. A planta é retilínea embora haja casos de pesqueiras em curva. Segundo o levantamento feito, cada corpo tem, em média, 4 a 5m de comprimento, 2 a 3m de largura e 4 a 6m de altura. As dimensões médias das pesqueiras deste tipo são: comprimento: 23m; largura: 2,8m e altura: 4,3m. (Leite, 1999).

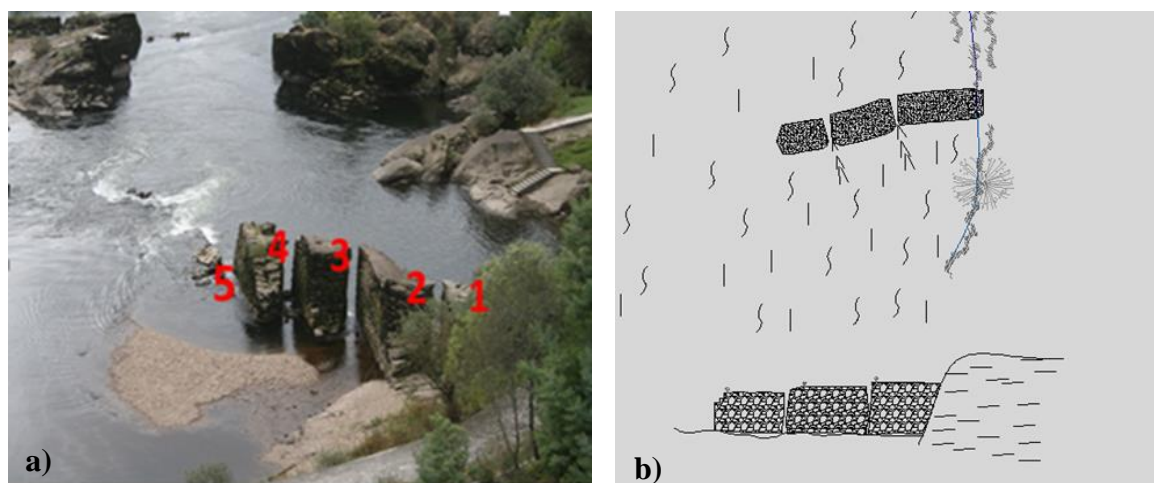


Figura 6 - Pesqueira com cinco corpos ou "piais": a) fotografia e b) esboço (Modificado de Leite, 1999).

Os corpos apresentam base retangular ou romboidal e o aparelho dos paramentos dos muros é como o das pesqueiras para a “cabaceira”. Formam, entre si “*caneiros*” por onde correm as águas e na extremidade a jusante situa-se a “*boca*” onde se coloca o “*botirão*”. Foram identificadas 30 pesqueiras deste tipo localizadas, quase todas, nas freguesias de Alvaredo, Paderne e Remoães (Leite, 1999).

Tipo II - Em relação ao anterior, a diferença principal deste tipo, é a existência de um “*rabo*” ou “*cauda*” (Figura 7a), situada no prolongamento do último corpo. Se o rio não andar muito alto, a passagem das águas sobre a “*cauda*” forma “*cachoeiras*” (ou “*cachões*”) e redemoinhos.

A corrente passa a ter mais velocidade e espécies como a lampreia ao encontrar o obstáculo da “*cauda*” e a água mais batida, desiste da sua progressão rio acima e dirige-se para a margem onde é atraída pela água que passa pelas bocas da pesqueira e entra na rede “*botirão*”.

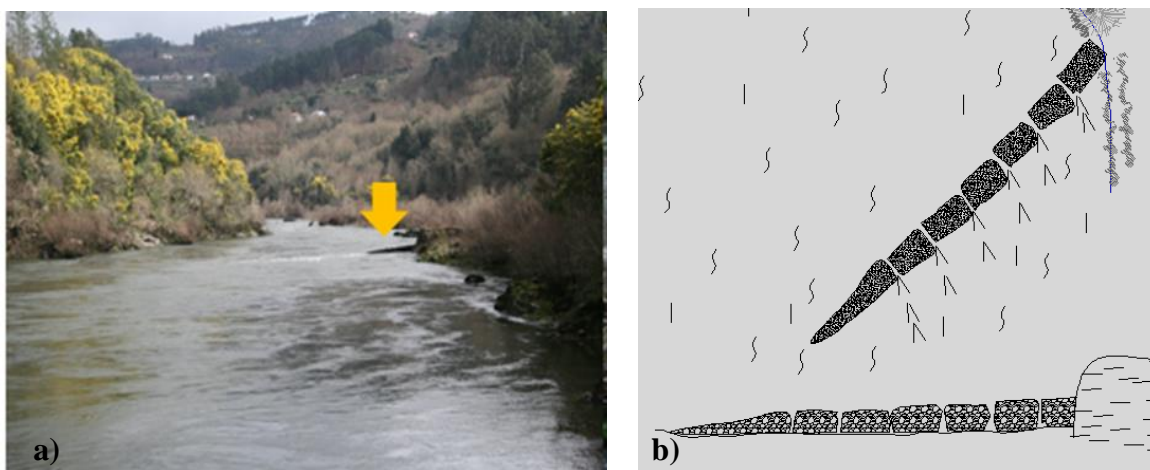


Figura 7 - "Rabo" ou "cauda" prolongamento do último corpo: a) fotografia e b) esboço da pesqueira tipo II (Modificado de Leite, 1999).

Contudo, nem sempre assim acontece. O Sr. José Albano Melo, de Melgaço presenciou algumas lampreias a saltar sobre a “*cauda*” da pesqueira e explicou-nos como o faziam: “*A lampreia chega à cauda e engoda, ou seja, prende-se com a ventosa na pedra e com o rabo para cima tantas vezes tenta que consegue dar a cambalhota e passa para outro lado da cauda da pesqueira e vai embora*”.

O salmão ao deparar-se com o açude, salta-o com facilidade, pelo que a cauda da pesqueira não constitui obstáculo para que continue a subir o rio à procura do local de postura. Em

zonas do rio com pouca corrente, a cauda da pesqueira contribui para refrear a velocidade das águas e formar remanso junto à margem. Para além da cauda, outra particularidade das pesqueiras deste tipo é a diminuição progressiva da altura dos corpos. As dimensões médias para as pesqueiras deste tipo, são as seguintes: 60m de largura; 2,8m comprimento e 3m altura (Leite, 1999).

São, portanto, de dimensão considerável e daí o poderem influenciar fortemente a direção das correntes. Foram presenciadas 25 pesqueiras deste tipo, localizadas nas áreas dos postos da Valinha e de Melgaço (Leite, 1999).

Subtipo IIa - Características diferenciadora é a conjunção entre a cauda da pesqueira da margem portuguesa e a cauda da pesqueira galega (Figura 8a). Sem se unirem, o espaço livre entre as pontas das caudas é diminuto para a passagem dos barcos. Daí estas pesqueiras terem sido acusadas de dificultarem a navegabilidade do rio. Deve acrescentar-se, no entanto, que o Minho, na zona onde as pesqueiras deste subtipo se localizam, sempre foi e é de caudal impetuoso pois corre encaixado em vale apertado e o leito, de baixa profundidade, apresenta em muitos locais, afloramentos rochosos. Estas condições morfológicas tornam o rio dificilmente navegável. Uma canoa ou bote em borracha não encontra dificuldades de maior em ultrapassar as caudas das pesqueiras. No que se refere à direção das correntes já se deverá considerar como forte a influencia das pesqueiras com cauda em conjunção.

Constituídas por 4 ou 5 corpos, as pesqueiras deste subtipo, apresentam de comprimento 48,5m de largura; 1,8m e de altura 2,8m (Leite, 1999).

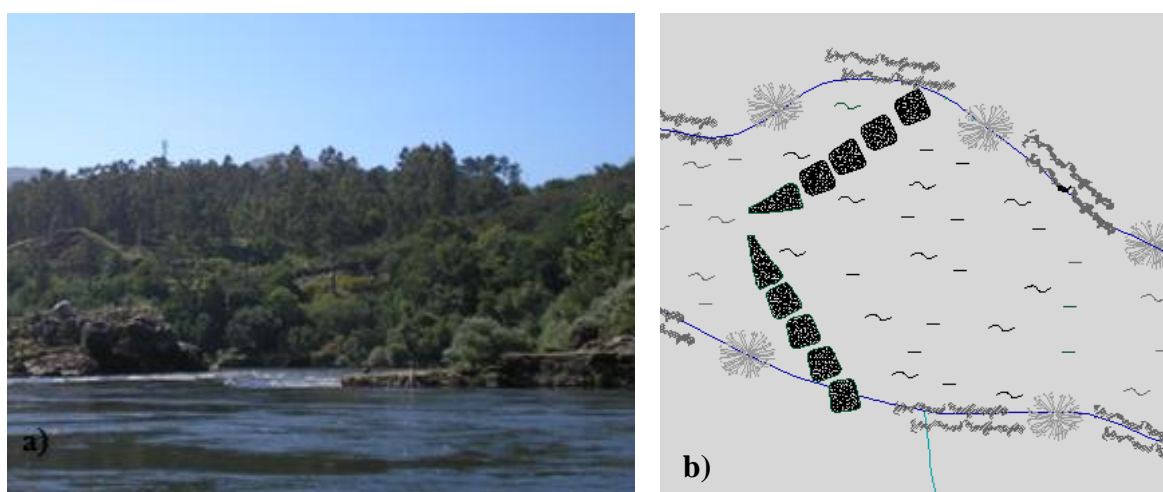


Figura 8 - Conjunção entre a cauda da pesqueira portuguesa e a cauda da pesqueira galega sem se unirem: a) imagem e b) Esboço da pesqueira Tipo IIa (Modificado de Leite, 1999).

Subtipo IIb – As pesqueiras nele incluído, tem dupla cauda. Apenas foram encontradas duas: uma em Alvaredo e outra em Chaviães. Ambas tem três corpos, a primeira com as seguintes dimensões: 17m x 3m x 3m e a segunda com 90m x 2,5m x 2,5m. Como diferença entre elas notamos que a de Alvaredo as caudas partem de corpos dispostos paralelamente, (Figura 9a) na de Chaviães a cauda a seguir ao último corpo bifurca-se. É muito grande a influência que estas pesqueiras exercem na direção das correntes e no que se refere à passagem de embarcações valem as considerações feitas anteriormente.

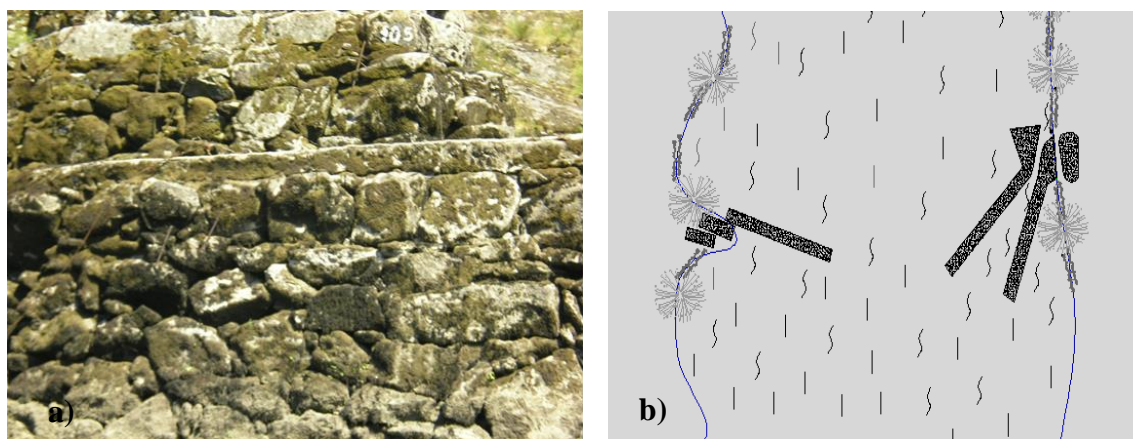


Figura 9 - Pesqueiras com dupla "cauda": a) fotografia e b) Esboço de pesqueira Subtipo IIb (Modificado de Leite, 1999).

Tipo III - É o das pesqueiras galaico-portuguesas unidas completamente em V pelas respectivas "*caudas*" formando cachoeiras de grande beleza, (Figura 10a). Estando as caudas a descoberto é total a impossibilidade de passagem de barcos, quaisquer que sejam e a influência nas correntes é máxima, havendo oito pesqueiras deste tipo em Alvaredo, Remoães, Prado e Paços, esta última tem entre 5 a 6 corpos e 70m x 2,7m x 5m (Leite, 1999).

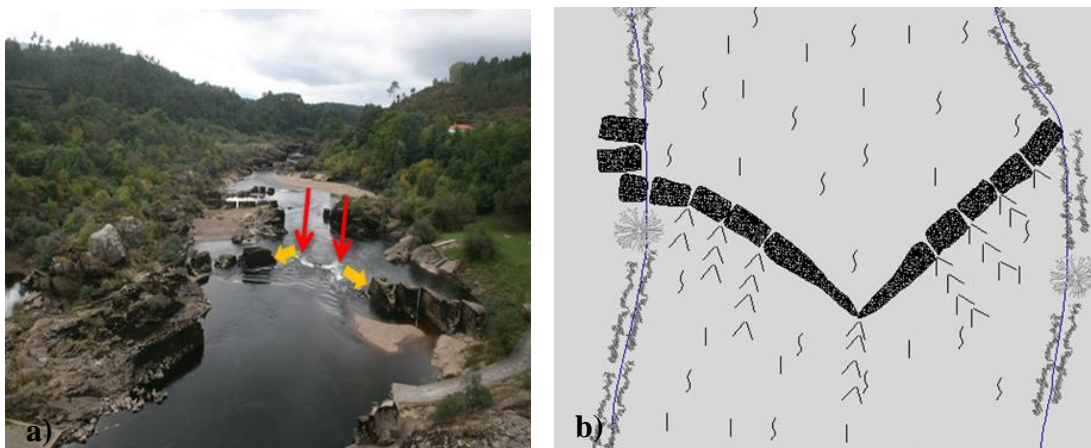


Figura 10 - Pesqueira galaico-portuguesa unidas em "V": a) fotografia e b) Esboço de pesqueira Tipo III (Modificado de Leite, 1999).

Existe ainda outro tipo de pesqueiras as chamadas cabaceiras (ponta dos penedos), (Figura 11) descritas em 1758 pelo padre de Bela. A intervenção humana na adaptação da rocha para ponto de pesca foi muito reduzida limitando-se a um pequeno acrescento em extensão pela colocação de pedras terminando em degraus ou á modelação destes na própria rocha. Como medidas e segundo o nosso levantamento, apresentam em média 9,3m de comprimento; 2,2 m de largura e 6,9m de altura.



Figura 11 - Cabaceira "Ponta dos penedos".

Tipo I - As pesqueiras deste tipo não influem na navegabilidade nem no regime das correntes dado diminuto avanço em direção ao meio do rio (Figura 12a). Situam-se, quase sempre, em zonas de “rio alto” formando remansos e, por isso mesmo, são consideradas quase sempre pesqueiras que “redam bem” (Leite, 1999).

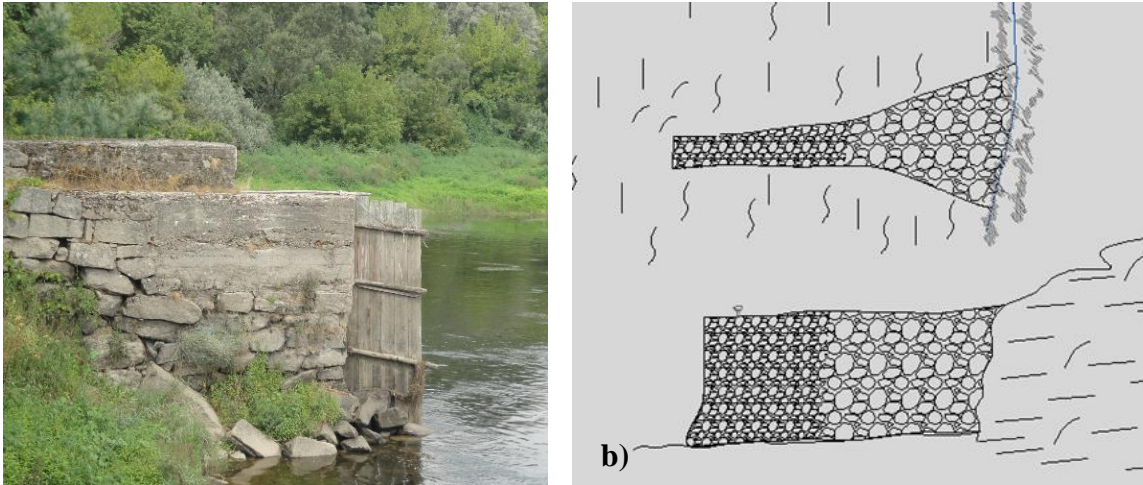


Figura 12 - Pesqueiras de Cabaceira: a) fotografia e b) Esboço de pesqueira de Cabaceira Tipo II. (Modificado de Leite, 1999)

Tipo II - Constituídas por um corpo retangular, partindo da margem rochosa e avançado perpendicular ou obliquamente para o meio do rio (Figura 13a). O aparelho dos parâmetros do muro (ou **“panos”**) é irregular e compõe-se de blocos de pedra racheada (ou faceada, nalguns casos), de dimensão variável, colocados uns sobre os outros, sem qualquer argamassa e cujo travamento se faz pela sua própria disposição. A junção dos panos laterais com a frente da pesqueira não emprega cunhais mas. Sim, grandes pedras justapostas. Dispõe na sua parte superior de um **“marco”** em pedra onde se prende a corrente que segura o **“coleiro”** da cabaceira. Algumas pesqueiras tem mais de um **“marco”**, o que possibilitava o emprego simultâneo de várias **“cabaceiras”**. Hoje esta prática da pesca está proibida. A **“Cantelo de Baixo”** (Messegães) possui três marcos esculpidos sendo um deles antropomórficos, o outro zoomórfico e na ponta da pesqueira encontra-se um terceiro de forma fálica. Em média, as pesqueiras deste tipo tem 24m de comprimento 2m de largura e 5m de altura. Exercem reduzida influência na direção das correntes não constituindo portanto obstáculo para a passagem de embarcações. São também pesqueiras de **“águas altas”** e por se localizarem em margens escarpadas, o seu acesso, por vezes, só se pode fazer através dos **“barcos auxiliares”** (Leite, 1999).

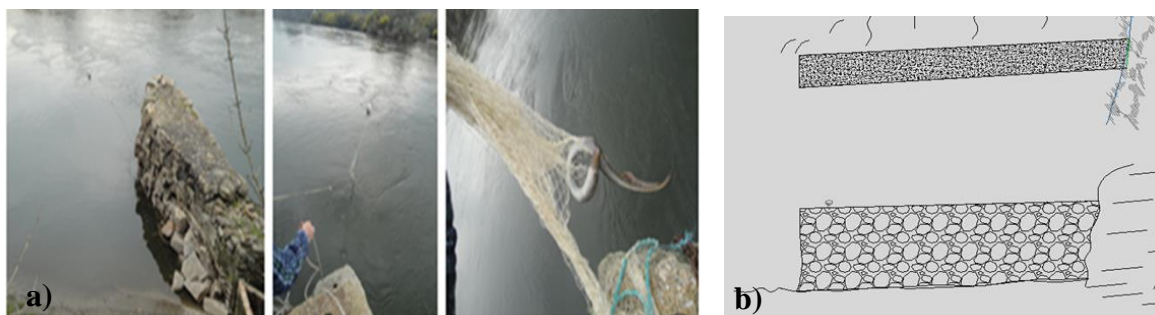


Figura 13 - Pesqueira de Cabaceira (rede de 70mm): a) fotografia e b) esboço de Cabaceira Tipo II (Modificado de Leite, 1999).

Tipo III – Diferem do anterior por apresentarem, na extremidade (“*ponteira*” ou “*pontal*”), uns “*degraus*” (Figura 14a) para o lançamento da “cabaceira”, provido de “*argolas*” chumbadas para amarrar a arte (Leite, 1999).

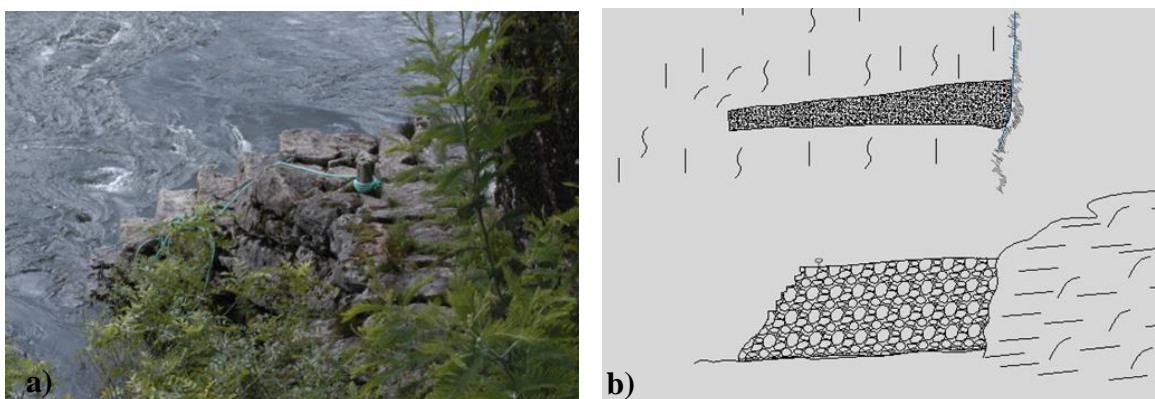


Figura 14 - Cabaceira com degraus: a) fotografia e b) esboço de Cabaceira Tipo III (Modificado de Leite, 1999).

Por último e não menos importante que os anteriores, o grupo das pesqueiras mistas:

Subtipo IIIa – Individualiza-as a existência de aberturas (ou “*caneiros secundários*”) no corpo para servirem de descarregadores de água e deste modo aliviarem a pressão do caudal sobre a estrutura da pesqueira (Figura 15a). Na sua estrutura arquitetónica predominam os elementos definidores dos dois grupos principais de pesqueiras: um ou dois corpos de base quadrangular ou romboidal formando entre eles um caneiro, seguidos por outro retangular que pode terminar ou não em degraus e disposto perpendicular ou obliquamente ao sentido da corrente. O aparelho dos muros é também irregular e constituído por grandes blocos de pedra racheada ou faceada em granito. Como não dispõe de cauda, algumas destas pesqueiras apresentam a sua ponta encurvada para jusante, de modo a formar-se um pequeno remanso.

Medem em média 44m de comprimento, por 2,2m de largura e 5m de altura. Como redam com duas artes – a “cabaceira” e o “botirão”, estas pesqueiras são, em princípio, as mais produtivas de todas (Leite, 1999).

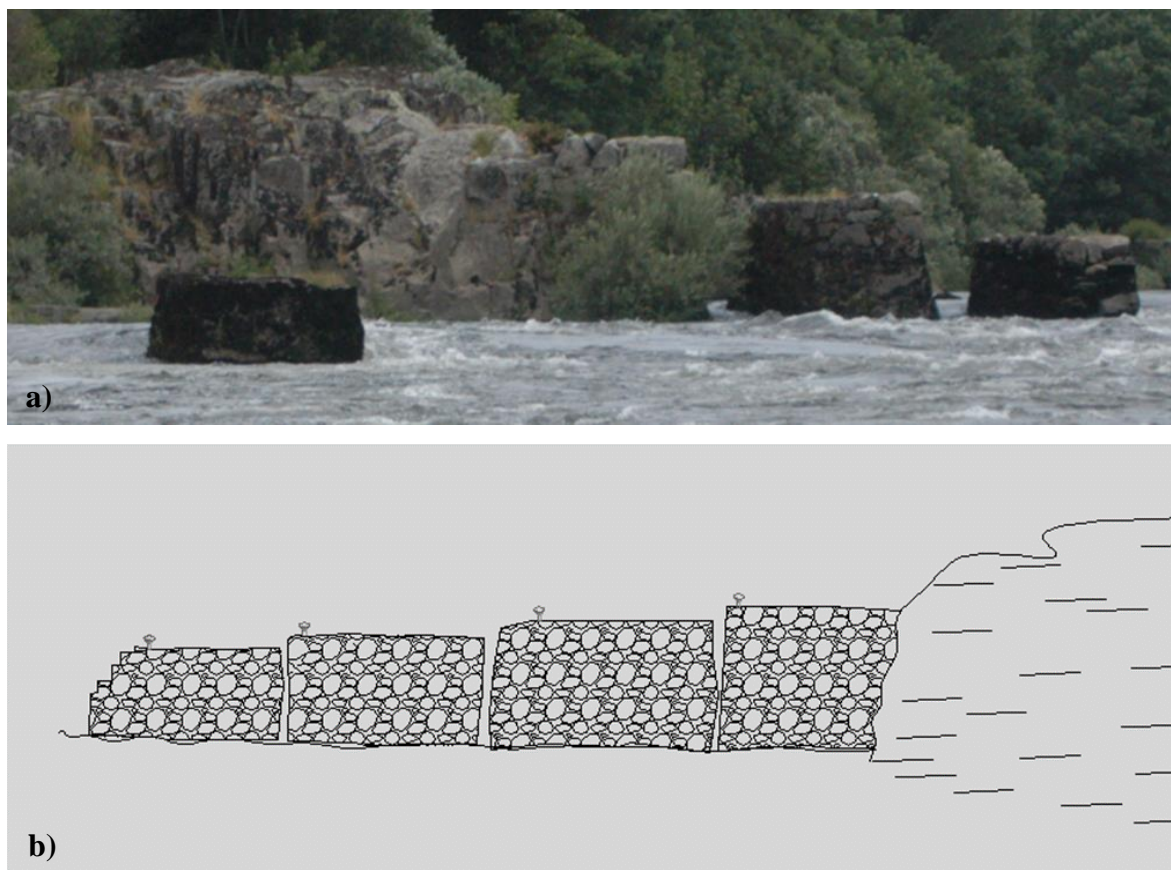


Figura 15 - Pesqueira Mista: a) fotografia e b) Esboço de pesqueira Subtipo IIIa. Modificado de Leite (1999).

4.2. Construção das pesqueiras

A situação ou emprazamento destas construções é muito variável; procura-se buscar enclaves de correntes fortes, formadas também pela estrutura construída da própria pesqueira. Construía-se às vezes junto aos rápidos, por serem pontos preferidos da lampreia, que produzem a queda de água que assim se oxigena e arejada e, como veremos mais adiante ao falar da sua ictiologia, são os lugares preferidos por ela para desovar (Martinez, 2012).

A largura do leito fluvial é fator digno de se ter em conta, já que dele depende a configuração de uma pesqueira, duas ou mais construções e a sua prolongação segue até ao centro das águas aproveitando assim o seu maior movimento (Figura 16).



Figura 16 - Prolongamento da pesqueira.

Estas construções regulares, semelhantes a paralelepípedos (Figura 17a), são constituídas por vários “poios” ou “piaus”, dependendo das localidades. Assim se denominam essas construções de diversas dimensões, que situadas na margem do rio formam no seu conjunto a “pesqueira” (Figura 17b). Quando o nível da água está muito baixo, localizamos algumas pesqueiras em seco, já cobertas de vegetação ripícola (Figura 17c). Esta situação prende-se com as diversas barragens construídas a montante, enquanto as comportas das mesmas se mantem fechadas o caudal do rio desce significativamente, o que levou á desativação de muitas pesqueiras por falta de água (Martinez, 2012).

Recebem também o nome de “corpos” e erguem-se com dimensões diversas em altura, largura e comprimento, segundo a topografia do lugar e as exigências em relação ao nível da água.



Figura 17 - Bloco com formato de paralelepípedo.

Constroem-se de forma a dominar as águas dirigindo-as, e como dissemos, a sua altura varia, dependendo do desnível do terreno ou da corrente das águas, que ao subir de nível, sofrem rápidas variações e num só metro de subida passam de correntes fortes a **embalsadas** ou vice-versa, formando o “remanso”.

Estes poios, que se vão **graduando** nas beiras do rio em sentido quase vertical á sua linha de direção fluvial, apresentam várias características segundo a aplicação de cada um; recebem pois a denominação de pesqueiras de águas baixas até quatro metros de altura, de águas médias até cinco e de águas altas até seis metros, oferecendo assim uma altura variada que chega aos seis metros nas grandes enchentes.

O seu assento geralmente **rochoso, sobre lages, e forma-se por acumulação** de pedras dispostas de maneira regular, geralmente grandes, para suportar as fortes crescidas e os choques de materiais que arrasta o remoinho das águas em momentos tormentosos.

A direção destes poios depende do leito do rio ou direção das águas, já inclinados com respeito ao eixo do rio, e paralelos ao mesmo (Martinez, 2012).

Um “poio” ou “piauí” em relação ao, outro faz de “travamento” que canaliza, abranda e encaminha a água, servindo de apoio à rede e obrigando o peixe a encaixar-se nela (Figura 18).



Figura 18 - Um "poio" ou "piauí" serve de travamento a outro.

Cada corpo tem uma das suas caras laterais, que avançam frente ao rio, uma pedra sendo mais ou menos cilíndrica, e fixa ao poio, denominada “lapadoiro” (ferro em forma de varão colocado na parte inferior do poio), que serve para passar por ela a cadeia que, partindo do bocal da rede, leva o seu extremo á cara superior do poio, onde se amarra a um marco (Figura 19) e se fecha com um cadeado. A frente de cada poio é irregular, às vezes em forma de

escada para facilitar em águas baixas o passo de um poio a outro, pelo que às vezes isto se resolve com uma escada que se coloca horizontalmente a jeito de ponte entre dois poios ou pias (Martinez, 2012).



Figura 19 - Botirão amarrado ao "marco".

O tamanho médio e aproximado de cada corpo adota ser de dois metros de largura e quatro ou cinco de comprimento e quatro ou cinco de altura, de pedra calçada ou lavrada.

Tanto o marco sinalado como o lapadoiro anteriormente citado pode ser de ferro (Figura 20), tanto o de formato de argola como em forma de barra de ferro introduzida na parte inferior lateral dianteira.



Figura 20 - Argola de ferro "marco".

Nesta parte superior do poio e junto ao marco existe um buraco, (Figura 21a e 21b) cujas dimensões são pequenas: 0,50 x 0,50 x 0,40 metros (Martinez, 2012). No caso da figura 21a,

a concavidade não é bem visível devido à capa de cimento que levou, mas são esculpidas na própria rocha na parte superior do poio, utilizadas e construídas para colocar o peixe recolhido na rede logo após o seu desarme.



Figura 21 - Buraco para colocar o peixe.

Entre um poio e outro há um espaço quase sempre de iguais dimensões, 0,80 a 0,90 metros, pelo qual corre a água encaixada e onde se coloca a rede, tendo algumas pesqueiras, um apoio para os bocais da rede.

O fundo desta boca, chamada “*soleira*”, será suave liso, para apoiar os extremos do arco bocal da rede, para a nivelção dos dois poios que formam a devida boca e para que a massa de água flua uniformemente.

Estes corpos sofrem as alterações das subidas e descidas das águas, pelo que existe um corpo que normalmente está coberto, ou pelo menos introduzido no rio. Este é o “*rabo*” ou (prolongamento) que, ao cortar a linha de corrente da água do rio, obriga ao peixe a desviar-se para as bocas da pesqueira e, **de estar coberto**, a força da corrente é tal que o peixe tem que utilizar a lei do mínimo esforço e ir para a rede.

Quando a sua corrente é demasiado forte, o “*rabo*” faz o papel de freio, suavizando-a e formando uma espécie de fecho que, ao amortecer o golpe das águas, facilita o acesso da lampreia, do salmão e do sável.

As suas dimensões variam sempre no sentido da longitude, segundo a largura do rio e segundo o efeito das águas, sendo por um lado vertical e por outro em declive ou rampa na direção da corrente, para evitar os seus efeitos destrutivos, formando uma pequena cachoeira no seu lado vertical (Figura 22).



Figura 22 - Pesqueira com "rabo".

Existem pesqueiras de vinte metros de comprimento e de três. A sua construção depende, como já referido, da direção da corrente e do leito do rio; pode atravessar o leito se este for nacional ou chegar até ao limite jurisdicional das águas, se é troço fronteiriço.

Há pesqueiras de um só poio, de dois, três e até de quatro, como também existem com “*rabo*” (Martinez, 2012).

4.3. Artes de pesca

«Pesqueira de “*botirão*” ou de “*caneiros*”»

O “*botirão* (ou “*redeiro*”) (Figura 23) consta de duas redes, forma cónica: - a exterior ou “*pano de fora*” envolvendo arcos em ferro (antigamente em loureiro dobrado a fogo), - o primeiro do qual – o da boca ou “*arco bocal*” tem a forma de U é o maior, seguido a espaços desiguais por outros três, sucessivamente menores – o “*arco da sarnelha*”, “*arco do meio*” e “*arco rabicheiro*” e que subdividem a rede em quatro secções com diâmetro cada vez menor até terminar numa ponta, o chamado gancho; a rede interior também cónica, mas de malha mais estreita, chama-se “*buço*” e parte de um aro com fios presos ao “*arco bocal*” estando a outra extremidade ligada ao gancho por umas pequenas cordas – os “*fiéis*” (Leite, 1999).

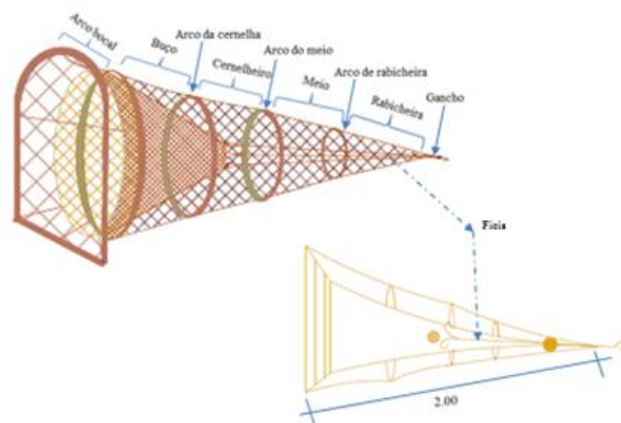


Figura 23 - As várias partes que compõem o botirão.

O “*botirão*” coloca-se na boca da pesqueira, (Figura 24a) sendo preso por uma corrente que parte do “*arco bocal*” e, depois de dar uma volta num varão em ferro – o “*lapadoiro*” vem a amarrar a um “marco” em pedra existente na parte superior do corpo do caneiro ou pesqueira. No gancho da outra extremidade do “*botirão*” é preso um arame (o “*bidoeiro*”) que vai fixar-se a um ferro recurvado – o “*embibidouro*” que se encontra junto à retaguarda da pesqueira (Leite, 1999).

Na figura 24a, mostra-se um “*Botirão*” colocado na boca da pesqueira, esta será então a posição como devem estar colocados os botirões, neste caso conseguimos ver porque o caudal do rio baixou significativamente, caso contrario estaria completamente coberto pela água e não seria visível.

Na figura 24b, temos um botirão em construção, a faltar ainda o “*arco do meio*” e o “*arco de rabicheiro*”.

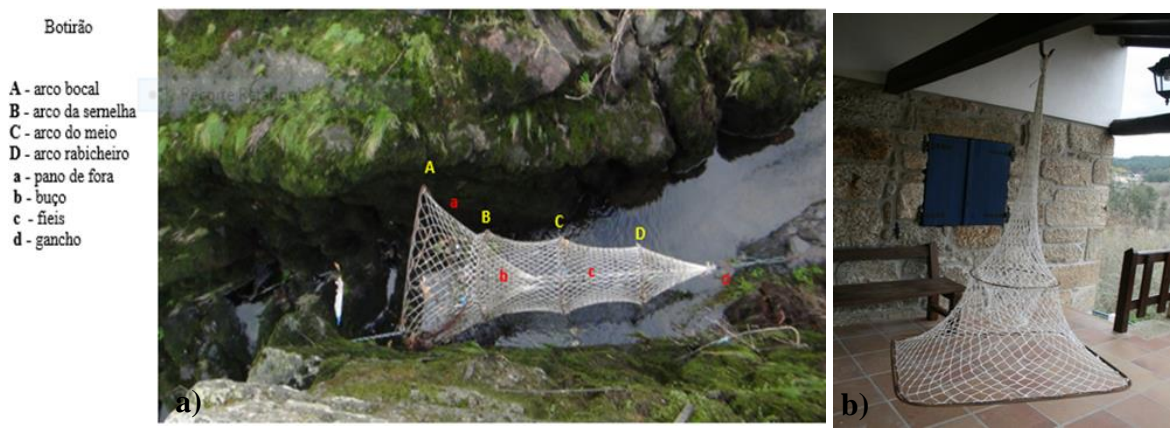


Figura 24 – Botirão: a) colocado na "boca" da pesqueira e b) em construção.

Algumas pesqueiras, por não serem acessíveis por terra, são armadas pelos redadores utilizando o “*barco auxiliar da pesqueira*”.

Armado o “*botirão*”, o peixe, estando no “*remanso*”, é atraído pela corrente da água que sai da boca da pesqueira e passa o “*arco bocal*” entrando no “*buço*”, para depois, ao ultrapassar os “*fieis*”, cair, ficando entre o “*buço*” e a rede exterior (Figura 25a e 25b) (Leite, 1999).



Figura 25 - Recolha do "botirão".

Neste caso quando o pescador foi levantar o “*botirão*”, não havia nenhum dos peixes que ele estava á espera ou seja peixe migrador, mas sim uma tainha (*Mugil cephalus*).

Há “*botirões*” para o sável e para a lampreia. O do sável, hoje em desuso, tinha uma rede de maior altura e comprimento (2 metros) com malha maior do que a permitida para a lampreia: 60mm. O “*botirão*” para a lampreia, quando muito pode ter um metro de alto, “*porque a lampreia vem mais rasteira, junto às pedras, muito ao fundo do rio, porque a água por cima faz muita corrente. O sável tem muita força e é mais alto, tem tendência de se atirar para cima e então a rede para o sável tem mais altura do que a lampreia*” (Leite, 1999).

Contudo, o que regula as dimensões máximas desta arte é a “*potência da boca. Se a boca tem 1,20m de alto, faz-se um botirão com 1,20m de alto. Mas se a boca tem, por hipótese, 2m de alto pode-se fazer um botirão com 2m de alto. Porque o botirão pode tapar o canal da boca não ultrapassando a altura da pesqueira*”.

A altura ideal da água para a pesca com botirão “*depende da pesqueira. Há pesqueiras que podem estar a descoberto (a um palmo do cima) ou a cobrir o “buço” da rede que dão sempre*”. Condição essencial é a corrente de água ser certa e passar não com muita força pela boca da pesqueira, isto é, deve haver alguma diferença na velocidade do caudal em relação à quietude do remanso. Se a água saindo da boca for muito impetuosa impede a

entrada do peixe. As lampreias que vem a cair no “botirão” chegam a ficar vermelhas com o esforço despendido (Leite, 1999).

«Pesqueira de “cabaceira”»

Outra das artes de pesca também utilizada nas pesqueiras, a chamada cabaceira, esta arte consiste numa rede com malha de 60mm ou 70mm, em fio branco de “nylon” tendo cerca de 7 metros de comprimento por quatro de altura (7x4), que se arma na extremidade da pesqueira (“pontal” ou “ponteira”) com um lança de belo efeito (Figura 26).

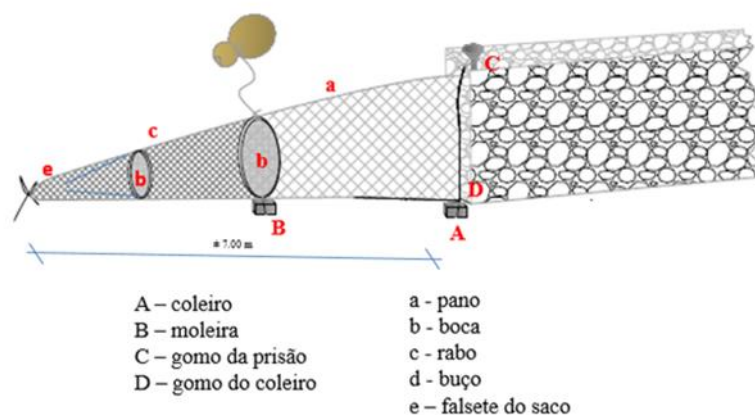


Figura 26 - Esquema de uma pesqueira de cabaceira.

Quando armada e aberta (Figura 27), esta rede mostra-se constituída por duas partes: uma fixa à pesqueira, o “*pano*”, de forma retangular, com cinco metros, obstáculo que obriga o peixe a dirigir-se para outra secção e em movimento – o “*rabo*”, de forma troncocónica, apresentando uma “*boca*”, do lado da margem, onde a lampreia ou o sável entram e atraídos pelo movimento da rede, acabam por transpor uma pequena abertura. O “*buço*” caindo então no “*falsete do saco*” feito numa malha mais pequena (Leite, 1999).



Figura 27 - Cabaceira com “boia”.

A “*cabaceira*” é assim chamada porque o “*rabo*” ficava, antigamente, suspenso no rio por uma “*cabaça de sacos*” (Figura 28), hoje substituída por uma bola presa à “*corda da boca*” (Figura 29). O pano fixo na sua parte superior à pesqueira por uma pequena corda. O “gomo da prisão” é mantido esticado por duas pedras no fundo do rio: o “*coleiro*”, ou “*poutadão*”, de forma ovalada ou quase cilíndrica, com dimensões entre 20 e 30cm e de peso varia entre os 10 e 40kg (o da “*Esqumeiro*” tinha cerca de 60kg), colocado rente à pesqueira e preso à rede por outra pequena corda. “*O gomo do coleiro*”, atado, por sua vez, a uma corrente ou corda grossa que permite fazer cair ou içar a pesada pedra do cimo da pesqueira. A outra pedra, a “*moleira*”, também de forma oval mas com cerca de 10 a 20cm e pesando à volta de 7kg, fica na vertical da “cabaça” (boia) e é presa à extremidade inferior da “*corda da boca*”. Tanto o “*coleiro*” como a “*moleira*” são sulcados transversalmente para melhor se poder amarrar as cordas. Existem contudo as mesmas pedras com um furo a meio por onde passa a corda.



Figura 28 - Cabaceira com "cabaça de sacos" (Foto de E. Alonso).

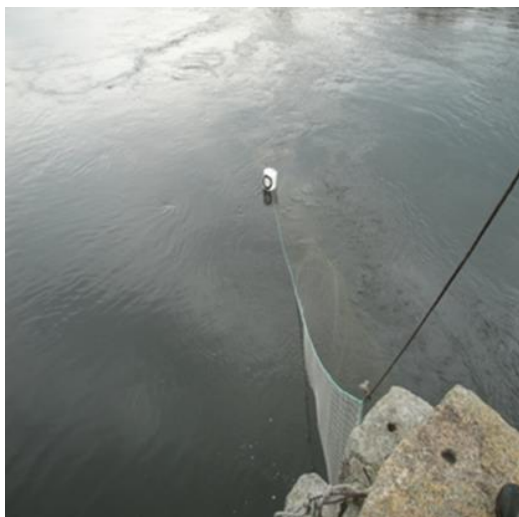


Figura 29 - Bola presa à “corda da boca”.

Conforme o rio andar alto ou baixo o “*coleiro*” pode ser maior ou menor, logo mais ou menos pesado.

Para armar a “*cabaceira*” conforme a altura do rio certas pesqueiras possuem uns “*degraus*” ou “*bancos*”, escavados ou construídos na sua extremidade dianteira, dispendo de argolas chumbadas onde prende a corrente ou corda que segura o “*coleiro*” e o “*gomo*” do pano. Esta arte para “*abrir bem*”, isto é para o “*rabo*” mexer e a “*boca*” ficar em forma de saia, necessita que o rio ande alto e que a pesqueira esteja perpendicular ao caudal descendente para fazer *redemoinho* (ou “*cachoeira*”) no pontal e haja também uma corrente ascendente (a “*ravessa*”). Forma-se uma espécie de “*bolha de água*” que mantém aberta a rede. Para desarmar a “*cabaceira*” começa-se por puxar o “*coleiro*” e retirado este, a rede encolhe ficando menos sujeita à pressão da água sendo então mais fácil tirá-la do rio, (Leite, 1999).

Também aqui, nas artes de pesca, a legislação intervém da seguinte maneira:

De acordo com o Decreto-Lei nº8 de 9 de abril de 2008, capítulo V artigo 23.º “*Em cada caneiro ou boca da pesqueira só poderá utilizar-se uma rede (botirão ou cabaceira), e em caso algum poderá ficar colocada em local situado a mais de um terço do leito do rio, contado a partir da margem do respetivo país*”.

As artes de pesca são também um fator importante, principalmente neste percurso do rio Minho (de Monção a Melgaço). Excetuando a pesca lúdica à cana, só é possível pescar nas pesqueiras, uma vez que este troço não é navegável devido á quantidade de obstáculos existentes neste troço.

4.4. Artefactos associados à arte de pesca

Alguns artefactos eram usados para servir de apoio ao pescador, na utilização das redes, quer nas pesqueiras de “cabaceira” como a de “botirão”.

Para segurar a cabaceira ou o botirão é utilizada uma corda que vai amarrar a um marco no cimo da pesqueira “poio”, estes marcos podem ser em ferro ou em pedra cravados na própria pesqueira.

O marco em pedra (a) é de formato diferente ao de ferro (b, c) (Figura 30).

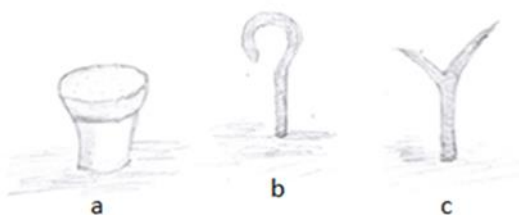


Figura 30 - Vários tipos de marcos (a) em pedra e (b e c) em ferro. Modificado de Martinez (2012).

Com o decorrer dos anos e precisando as pesqueiras de algumas reparações, alguns destes marcos foram substituídos por outros (Figura 31). A figura 31a, representa uma placa de ferro com uma argola cravejada no granito no topo do “piauí”, esta pesqueira não tem indícios de qualquer reparação, quanto à figura 31b e c, são dois marcos colocados juntamente com as obras de reparação da pesqueira.

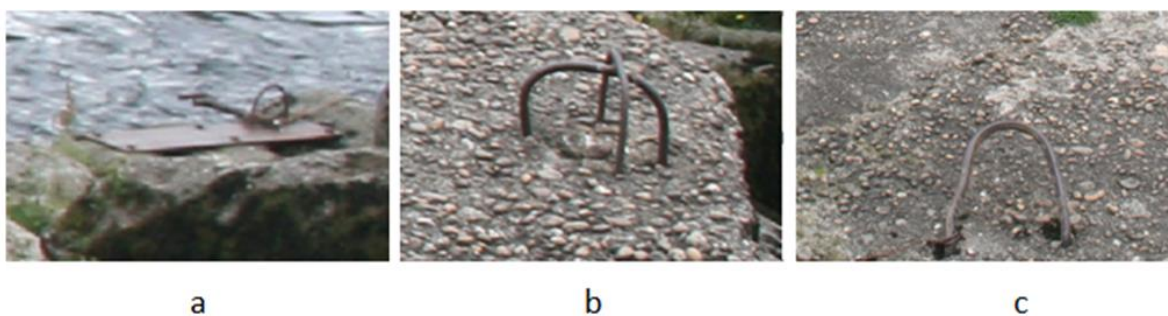


Figura 31 - Marcos mais recentes.

Como em todas as atividades, esta também requer muita mão-de-obra e utensílios para servir de ajuda ao pescador, umas mais elaboradas do que outras, e por vezes feitas *in loco*.

O “cambo” ou o “cro” ou ainda o “croque”, dependendo das zonas onde obtemos informação com os pescadores (Figura 32), são dois utensílios muito utilizados pelos pescadores das pesqueiras, mas não quer dizer que só existam estes formatos.

O Cambo da figura 32a, era um utensílio feito muitas vezes no ato da armação das pesqueiras, normalmente utilizavam árvores novas existentes no próprio local, modelado pelo pescador com uma ranhura de forma a caber o arco do botirão.

O Cambo da figura 32b, é um utensílio mais elaborado com uma forma pontiaguda em metal e que a função deste não só servia para empurrar o botirão como para puxá-lo para fora.

Algumas pesqueiras só são possíveis de ser armadas com ajuda de um “cambo” que chega a ter 18 “cobados” (é o tamanho que vai da mão ao cotovelo), o que significa que é muito comprido.



Figura 32 - Utensílio para empurrar e puxar as redes (a e b) "cambo", "croque" ou "cro".

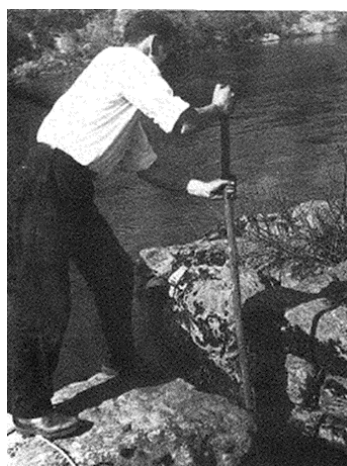


Figura 33 - Pescador a empurrar o "botirão" com o "cambo". (Foto de E. Alonso)

São muito importantes para apoio do pescador, com esta ferramenta empurram o botirão para o fundo do rio fazendo força no “trabadouro” da rede até o conseguirem segurar na profundidade no local mais apropriado (Figura 33).

4.5. Conservação

Embora as obras tenham sido efetuadas com a autorização das capitânias, do porto de Caminha e de Tui, a aplicação de materiais nem sempre foi a mais correta segundo as mesmas entidades. Visto não terem cumprido o mesmo seguimento, da construção original, originou a que esta prática tenha sido recusada inúmeras vezes. Segundo a legislação refere o seguinte: de acordo com o Decreto-Lei nº8 de 9 de abril de 2008, capítulo V do artigo 24.º *“As obras de reparação nas pesqueiras estão sujeitas a licença prévia concedida pela autoridade competente do respetivo país. Os proprietários ou patrões serão responsáveis pelas modificações indevidamente efetuadas”*.

Algumas pesqueiras, reconstruídas recentemente ou reformadas, receberam uma série de inovações, como a aplicação de cimento e godo (Figura 34), ou seja não foram cumpridas as regras do regulamento.



Figura 34 - Pesqueira restaurada com cimento e godo.

O mais correto seria aplicar rocha sobre rocha retirada do local, e calçadas com fragmentos mais pequenos, mantendo assim a originalidade das mesmas (Figura 35).

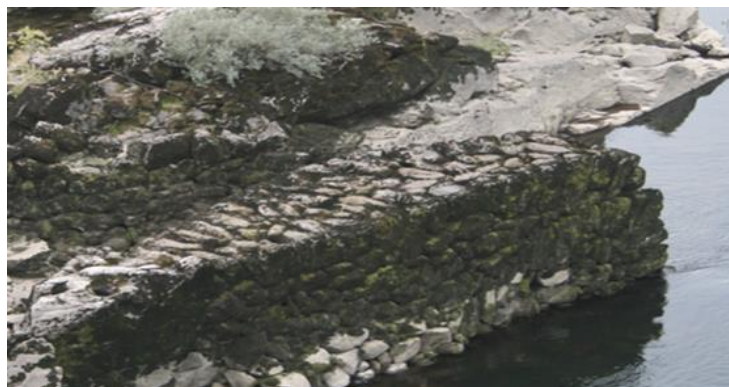


Figura 35 - Pesqueira com matéria-prima de origem.

A aplicação numerosa de “garras” ou “grampos” de ferro que seguram os blocos de granito mais ou menos grandes, suportam assim a estrutura para evitar a sua ruína (Figura 36), mas mais uma vez, nos deparamos com uma mistura de materiais e que alguns não condizem com o original.



Figura 36 - Grampos de ferro que reforçam a segurança das rochas.

Algumas obras foram realizadas sem autorização das entidades competentes, o que originou a aplicação de matéria-prima não aconselháveis na dita estrutura. Sendo que deveria manter a mesma orientação histórica ou o mais aproximado. O que não aconteceu neste caso e em algumas das pesqueiras utilizaram vergas de heliaço de construção civil (Figura 37a), que é aplicada hoje nas infraestruturas habitacionais e a (Figura 37b) é um fragmento de cabo de contenção de postes.

Segundo fontes da Capitania de Tui (Francisco, comunicação pessoal) estes grampos de suporte teriam que ser os dois iguais ao da figura, 37c ou 37d, mais precisamente aos da figura 37c, que consiste numa barra de ferro meio “tosco” e de arestas mais ou menos retas.



Figura 37 - Grampos de ferro que suportam a estrutura das pesqueiras.

No que se refere à aplicação de matérias inertes na reparação das pesqueiras, não está disponível qualquer informação legal. O mesmo não se pode dizer da restauração, que neste caso vai mais de encontro a uma pesqueira que foi declarada clausurada. Segundo o Regulamento uma pesqueira clausurada não é possível que esteja operativa de acordo com Decreto-lei nº8, de 9 de abril de 2008 capítulo V artigo 25º que diz o seguinte:

“Fica proibida a construção de novas pesqueiras, bem como a ampliação das dimensões das atuais”.

Para se oficializar uma autorização de reparação a uma pesqueira, normalmente o proprietário da pesqueira faz um pedido por escrito à capitania do Porto de Caminha, tal ato se confere quer do lado de Portugal, como do lado Espanhol.

Este procedimento carece de uma resposta do capitão do porto de caminha, que só após a confirmação ou não, e justificando a decisão por escrito ao respetivo proprietário, se pode dar seguimento ao processo de reparação.

4.6. Propriedade e uso das pesqueiras

As pesqueiras existentes são seculares, nos dias de hoje restam apenas as que foram construídas em rocha e algumas reparadas, porque as de madeira ou com pontais de madeira, que eram raras mas ainda é possível ver em alguns registos fotográficos, essas já não existem como também corremos o risco de perder as poucas existentes.

As espécies migradoras foram, desde há séculos e por motivos económicos, as espécies mais perseguidas, capturadas através do uso de diferentes artes e meios. Assim, uma estatística

datada de 1908 fala da existência de 700 pesqueiras, às que se fazia referência em tempos da ocupação romana, ainda que é certo que deviam ser menos numerosas e de menor tamanho (Guerreiro, 2006). Outro censo realizado em março de 1995 pela Capitania do Porto de Caminha contabiliza um total de 565 pesqueiras das quais 41,8% ainda estavam em funcionamento, e 47,4% não eram usadas e 10,8% eram inutilizadas (Martins *et al.*, 2000).

“...Como vê algumas estão degradadas. E Porquê? ... Porque muita gente abandonou, mas porque não estavam cá, porque emigraram, outros como vê o rio não chega lá (às pesqueiras), não tiraram as licenças, isto é importante!... Três anos seguidos ou cinco intercalados a pesqueira fica interdita, isto quer dizer que não se pode redar mais (comunicação pessoal).”

Existe um certificado de registo de propriedade das pesqueiras, do qual o art.21, faz referência para a verificação do registo (Anexo IV) este visto tem um custo de 5,81 € e a licença tem que ser tirada todos os anos, (Anexo V) aqui o preço difere se uma arte (botirão ou cabaceira) o valor é de 13,91€, para duas artes o valor passa para o dobro 27,82€ (Valores de legalização das pesqueiras para 2013) (Capitania do Porto de Caminha, comunicação pessoal).

De acordo com o Decreto-Lei nº8 de 9 de abril de 2008, capítulo V do artigo 21.º *“Registada a pesqueira, a autoridade marítima entregará ao respetivo proprietário ou patrão um documento onde constem, além do número de ordem de registo e nome do patrão, todas as características da pesqueira. Nos primeiros 45 dias de cada ano, este documento deverá ser visado pela autoridade marítima, solicitando-se, na ocasião, a correspondente licença de pesca. Se durante 3 anos consecutivos ou 5 alternados o documento não for apresentado ao visto, dentro do referido prazo, a pesqueira perderá definitivamente o direito ao exercício da pesca”*.

Os proprietários das pesqueiras foram morrendo e estas foram herdadas por familiares, que ainda hoje atravessam gerações. Sendo uma estrutura pequena e com poucos dias legais de pesca, houve necessidade de impor regras para que todos os herdeiros pudessem usufruir sem prejudicar os demais na medida em que as pesqueiras são ainda um complemento de sustentabilidade económica de algumas famílias, o que faz com que esta pratica ainda

mantenha algumas pesqueiras ativas. Até porque, são consideradas, em termos tributários, prédios urbanos, assim sendo é exigido o pagamento de um imposto tal como qualquer outro prédio urbano, o que por vezes dificulta a conservação das mesmas.

As pesqueiras chegam a pertencer a vários herdeiros, chegando até mesmo a dezenas de herdeiros ou proprietários.

De tão difícil gerir a prioridade de redagem de tanto herdeiro, foi criado um documento chamado “escala de redagem” este documento tem como título (escala de redagem o número e nome da pesqueira) (Anexo F). Normalmente a pesca nesse troço faz-se de 15 de fevereiro a 30 de junho, mas estas datas não são fixas, podem sempre variar de ano para ano. Logo a escala é feita com todos os nomes dos herdeiros, mencionando os dias de cada mês a que cada um tem direito a redar.

Cada herdeiro reda a pesqueira nos seus dias correspondentes e fica com o peixe, mas se caso tenha redado e que no dia seguinte não possa levantar as redes devido à subida do caudal do rio, o peixe deste dia é repartido pelo herdeiro que teria direito a redar no dia em que o anterior não levantou a rede.

“...No troço internacional do rio Minho há duas espécies de pesca, há a pesca profissional da torre da Lapela até á foz e a pesca de sobrevivência que é da Lapela até ao rio Trancoso. A pesca de sobrevivência quer dizer uma pesqueira pode ter 10, 15, 20 ou 30 herdeiros, enquanto, que lá o pescador vai quando quer sobretudo quando a maré está baixa, é quando eles pescam, aqui só vamos nos dias que temos nossos. Há uma escala de redagem. Imagine que aquelas pesqueiras são minhas, hoje a barragem abriu as pesqueiras ficaram cobertas, o meu já passou. Mas elas estão armadas três dias ou dois dele, continuam a ser dele (comunicação pessoal).”

Segundo o Sr. Venâncio (pescador) em alguns dos casos as regras de Portugal não são iguais às de Espanha, deixando-os desfavorecidos em relação aos vizinhos espanhóis.

“... - Agora tem outra coisa!... Nós temos que por a rede de 50 metros para trás da maior cheia desse ano e os espanhóis podem por de 5 metros para trás... Perante os comandos isto não é pesca, isto para eles não conta. Dizem que pesca é lá em baixo e não aqui... Com a barragem é impossível não há nada a fazer o caudal anda sempre para cima e para baixo... O mal disto é que

os comandantes quando vem para cá não percebem nada e depois quando começam a perceber, vão embora porque ao fim de três anos são destacados para outro lado...”

Nos registos das autoridades competentes (capitanias), consta o número de ordem o nome do ou dos herdeiros e o número da pesqueira.

Da margem portuguesa o número é obrigatoriamente de fundo preto e os números pintados de branco (Figura 38).

Da margem espanhola faz-se ao contrário, o fundo branco e os números em preto (Figura 39). Esta referência deve permanecer legível do meio do rio, é através desta, que a polícia marítima faz o controlo das pesqueiras. Ou seja, verifica se tem redes armadas em pesqueiras não licenciadas entre outras anomalias, de acordo com o Decreto-Lei nº8 de 9 de abril de 2008, capítulo V do artigo 20º *“É obrigatório o registo das pesqueiras perante a autoridade marítima do país respetivo designada para o rio Minho, devendo, quanto ao número de ordem desse registo, observar-se o seguinte: na raiz da pesqueira será colocada uma marca, com 40cm de comprimento e 30cm de altura, para que fique bem visível de ambas as margens, com o número de ordem pintado a branco sobre fundo preto, em Portugal, e a preto sobre fundo branco, em Espanha”*.



Figura 38 - Número da pesqueira da margem portuguesa.



Figura 39 – Número da pesqueira da margem espanhola.

“...Vai tirar a licença tem que por o nº da pesqueira e é responsável todo o ano, antigamente era responsável só durante a época de pesca. Agora pode acontecer que levo a minha rede, vou embora, vem outro arma a rede, e logo recebo uma carta para pagar uma multa. Eu acabo o tempo de pesca e não posso ir de férias, ...tenho que trazer uma tenda e um fogão e dormir á beira da pesqueira para não apanhar uma multa (207,80 Euros), a segunda multa dobra e a terceira triplica e á quarta deixa de poder utilizar, fica interdita”.

“...Com uma boa colaboração dos comandos é que se podia resolver o problema. Agora não faz sentido nenhum uma pessoa pagar uma multa sem culpa nenhuma...”

CAPÍTULO V – INQUÉRITOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Inquéritos

Como já foi atrás referido, os inquéritos foram distribuídos pela associação dos pescadores de Melgaço, a 40 pescadores, na qual fazem parte pescadores espanhóis e portugueses (Figura 40). A quantidade de inquéritos distribuídos foi muito pequena face ao número de pesqueiras ativas. Esta situação depara-se com o facto da impossibilidade de reunir ou até mesmo de encontrar os proprietários das pesqueiras nos seus locais de residência. Face aos inquéritos recebidos, 67% dos, inquiridos são de nacionalidade portuguesa e 33% espanhola.

Nacionalidade dos pescadores em (%)

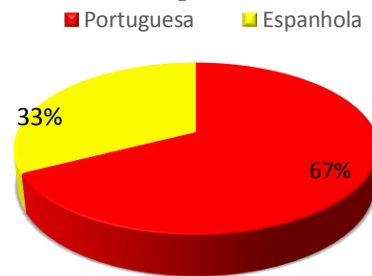


Figura 40 - Nacionalidade dos pescadores (em %).

Se por vezes em algumas artes de pesca observamos a presença de mulheres nesta atividade, pois neste caso, não podemos dizer o mesmo. Conforme resultado de inquéritos feitos, aos pescadores as mulheres não exercem esta atividade. Mas não deixam de ter a sua participação, principalmente no preparamento gastronómico.

Sendo uma atividade peserosa, complexa e com muita burocracia, tem-se verificado um abandono por parte dos mais novos, o que leva a pensar que esta prática tenha os dias contados. Na figura 41, observamos que maior parte dos pescadores tem mais de 50 anos de idade o que quer dizer que não tem entrado gente nova nesta atividade.

Idade dos pescadores (%)

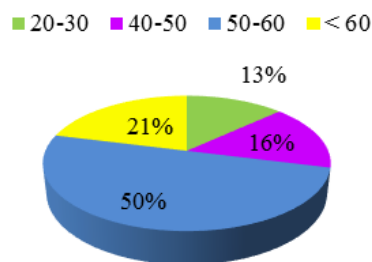


Figura 41 - Idade dos pescadores (em %).

Na figura 42, registamos 87 % dos pescadores inquiridos, são proprietários das pesqueiras ou herdeiros e 13% são pescadores amigos dos proprietários. Qualquer pesqueira que esteja ativa tem sempre uma pessoa responsável o chamado “Patrão”, pelo qual responderá sempre em nome dos herdeiros na eventualidade de uma infração, de acordo com o Decreto-Lei nº8 de 9 de abril de 2008, artigo. 22.º “ *Toda a pesqueira em exploração terá um patrão, que poderá ser o proprietário ou outro indivíduo que o represente. Neste caso, esse indivíduo,*

que deverá merecer a confiança da autoridade marítima, será responsável pelas infrações que se verificarem na pesqueira”.

Proprietários de pesqueiras em (%)



Figura 42 - Proprietários das pesqueiras (em %).

Numa situação de infração como por exemplo, “*um pescador furtivo que pesque fora da época na pesqueira de outrem, o patrão dessa pesqueira é o responsável por essa infração.*” (Comunicação pessoal)

Devido às características especiais da pesca neste troço do Rio Minho, os dias de pesca mencionados neste inquérito, consistem nos dias que cada pescador tem direito a redar a pesqueira. A maior percentagem do número de dias de pesca passa os 50 dias por ano (Figura 43), se a pesqueira tem poucos herdeiros, estes tem mais dias de pesca do que uma pesqueira que tenha muitos herdeiros. Também acontece que alguns herdeiros dessa mesma pesqueira deixaram de pescar ou até nunca tenham pescado, por várias razões, o que significa que sobram mais dias para quem ainda se dedica a esta atividade.

Número de dias de pesca por ano (%)

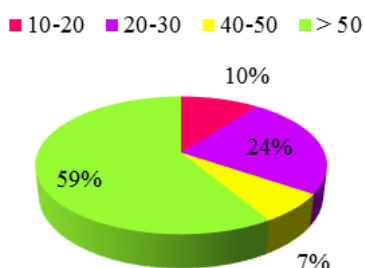


Figura 43 - Número de dias de pesca por ano (em%).

Não menos relevante que os gráficos anteriores, a figura 44 apresenta as percentagens de tempo de anos que os pescadores levam a exercer esta atividade. Este pode ser relacionado com a figura 41 (idade dos pescadores), nestes dois parâmetros existe uma relação tendencial, em que quanto maior a idade do pescador mais anos tem de pesca, o que significa que esta geração é que permanece na atividade.

Anos de pesca dos pescadores(%)

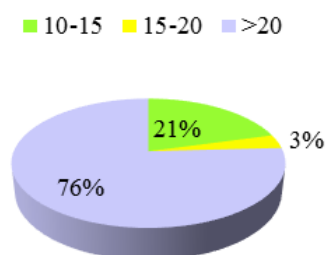


Figura 44 - Anos de pesca dos pescadores (em %).

Pelos dados obtidos nas figuras as gerações futuras irão ser cada vez mais, um número muito reduzido de pescadores. Presentemente os pescadores já tem muita dificuldade em manter esta tradição ativa, quer pela dificuldade física que esta atividade exige, como pelas burocracias impostas pelas entidades superiores.

Segundo D. Juan Cervera Valderrama, a riqueza da pesca no século XVIII devia ser grande, tendo-se prolongado até aos anos 40 do século XX (Almeida, 1988).

O número de pescadores que no início do século, que se faziam às águas do Minho ascendiam a 3.000; 2.000 na parte portuguesa e os restantes na margem espanhola, que mantinham umas 15.000 pessoas, sendo 27 paróquias espanholas e outras tantas portuguesas as que viviam do produto desta pesca. No entanto, uma vez que, nestes anos, preocupava a possibilidade de escassez e a aparente diminuição da pesca, particularmente a do salmão, indicando que em 1886 se haviam capturado na parte portuguesa 812 salmões, enquanto, que, em 1905 foram somente 43, e em 1908, 15 exemplares. A alternativa seria o repovoamento do rio, a exemplo do que se havia feito em outros países como Alemanha e Holanda.

Essa redução foi atribuída à captura excessiva, também às redes que empregavam, particularmente ao “botirão”. Coloca-se como exemplo as 14 lampreias que se haviam

pescado com artes de arrasto na jurisdição de Caldelas em 1907, enquanto que uma só pescadeira de “botirão”, chamado “meio do rio”, pescara 470 lampreias.

Segundo apontava o comandante Cervera, de entre as causas principais desta diminuição, indicava a pouca afluência que a pesca dos ribeirinhos espanhóis que se retiravam na época quando tinham de recorrer às colheitas do campo e a maior atividade dos portugueses, deduzindo tal situação, os danos que eles estavam provocando na pesca da solha e tainha em épocas em que o rio precisava de tranquilidade para a conservação da espécie. Acrescentava que não era a malha do botirão, mas a cobiça insana de alguns pescadores que, sem infringir as leis, provocavam grandes danos (Almeida, 1988).

No século XX a saga continua; E o Minho, principal curso fluvial da “terra dos mil rios”, sofreu historicamente numerosas pressões de origem antrópica, desde a construção de barragens (47 desde 1951 na bacia Miño-Sil) até á extração de areia (proibida desde 1989). Há igualmente que referir descargas poluentes, sobrepesca, pesca furtiva, introdução de espécies exóticas, fatores que afetaram diretamente a ictiofauna nativa, modificando a sua composição específica e as suas abundâncias relativas (Antunes & Cobo, 2010).

Na área de estudo, as espécies mais importantes em termos comerciais e culturais são as espécies migratórias (Antunes & Cobo, 2010).

A abundancia outrora verificada no Rio Minho, levou a questionar os pescadores sobre as espécies-alvo em relação à atividade da pesca espécie de captura. Na figura 45 verifica-se o resultado do inquérito, os pescadores preferem, a lampreia e o sável com 27% e 22%, respetivamente.



Figura 45 - Percentagem da preferência das espécies-alvo na atividade da pesca (em %).

A pesca incide sobre todas as espécies migradoras que são permitidas por lei. Mas o inquérito revelou que a procura pela lampreia é maior do que qualquer outra espécie, seguida pelo sável (Figura 46); a justificação deste facto deve-se ao seu valor económico. A savelha não é uma espécie tão procurada, embora seja parecida com o sável, não é tão apreciada na gastronomia; e o salmão apresenta uma percentagem muito reduzida, visto existir em menor quantidade nas águas do rio Minho. A lampreia e o sável são espécies muito apreciadas pelos residentes locais e pelos turistas, o que constitui uma boa fonte de rendimento quer para os pescadores como para os profissionais da restauração. A lampreia é tão importante em termos gastronómicos, culturais e económicos, que no concelho de Arbo se realiza a festa da lampreia originando um movimento de centenas de turistas a esta região para saborear este famoso prato.

Segundo as fontes de Antero Leite de 1999 o botirão era a arte de pesca mais utilizada, o mesmo se confirma agora, os resultados dos inquéritos obtidos aos pescadores em 7 de Dezembro de 2012, (Figura 46) em que o botirão tem uma percentagem de 56% de adeptos, enquanto, que a cabaceira reúne 44%.

Artes de pesca utilizada (%)

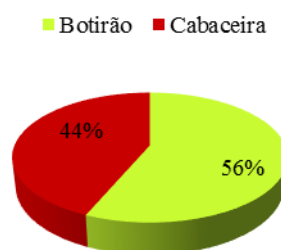


Figura 46 - Artes de pesca utilizada (em %).

Nas artes de pesca do “*botirão*” a malha é de 60 a 80 mm, na “*cabaceira*” a malha é de 120 mm. No entanto alguns pescadores inquiridos sublinham que a malha deveria ir para os 110 mm.

Uma das razões pela qual os pescadores desafiam as capitánias a baixarem a medida da malha, segundo o Sr. Venâncio da associação dos pescadores de Melgaço, as lampreias saem marcadas (pisadas), ao tentarem fugir da rede.

O ano de 2012 foi por excelência um ano bom na pesca da lampreia, tendo atingido quase os 100 % do peixe capturado nas pesqueiras (Figura 47).



Figura 47 - Capturas por espécie por ano (em %).

Ao tentar obter uma relação entre os dias de pesca por ano com as capturas, chegámos à conclusão que estes dois parâmetros; não se relacionam. O facto de ter muitos dias para pescar não significa que pesque mais, esta situação pode ter a ver com vários fatores, tais como: o valor da precipitação nesse ano; a localização da própria pesqueira ou ainda o nível da água devido à barragem da Frieira.

O principal problema é que os dados históricos, em termos de abundância de espécies neste curso são escassos e muitas vezes limitados às capturas declaradas pelos pescadores, que são sempre inferiores às reais. Segundo dados existentes acerca da pesca do sável, o salmão, a lampreia e a enguia amarela e meixão no rio Minho, as capturas declaradas ao longo do século passado evidenciam, pelo geral, uma tendência decrescente para todas as espécies, excetuando a lampreia (Leite, 1999).

Atualmente a pesca comercial na zona de estudo centra-se na lampreia, sável e salmão. A savelha e a truta normalmente não é comercializada (Antunes & Cobo, 2010).

Não percebendo como é possível o consumo de tanta lampreia, houve necessidade de inquirir os pescadores, sobre o que era feito a tanto pescado.

Nos inquéritos as respostas foram unânimes, quase todos responderam que faziam venda direta a particulares e uns poucos não responderam, através de anónimos sabe-se que algumas pesqueiras pertencem a proprietários de restaurantes.

“...Não, não quer dizer que um ou outro não venda. A pesca aqui é de sobrevivência mas é claro se alguém me pedir para vender eu vendo. Nós guardamos a lampreia para todo o ano, salgamos e fumamos e guarda-se a

lampreia seca, conserva todo o ano... - se sair muito peixe. Não se esqueça que são muitos herdeiros...” (Venâncio, comunicação pessoal).

Nestes últimos anos, tem-se lutado para uma sustentabilidade ecológica competitiva e mais eficiente, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) seria assim o primeiro passo para a entrada de uma nova era ambiental. Mas analisando os dados da Figura 48, vemos que esta nova era tarda a chegar. Entre outras adversidades a maior tem a ver com a barragem da Frieira a montante do rio Minho, as espécies migradoras que outrora subiam o rio para a postura, hoje torna-se impossível devido à barragem, pois a implantação de tais infraestruturas leva a uma maior dificuldade da subida dos peixes, para as partes superiores da bacia, impossibilitando a sua reprodução.

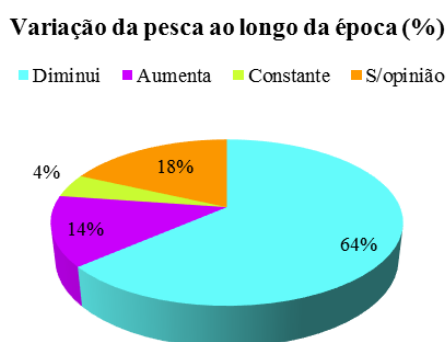


Figura 48 - Variação da pesca ao longo da época (em %).

Todos os pescadores inquiridos salientam que a diminuição de pescado se deve à barragem.

“...As barragens são as responsáveis pela falta de peixe, não mantem o caudal...” (anónimo)

“...Controlar os embalses e a pesca na desembocadura...” (anónimo)

“... Seria necessário mais fiscalização em todo o rio, especialmente junto aos locais de desova. Se possível deveria ser efetuado repovoamento das espécies no rio...” (anónimo)

“...A pesca reduz de ano para ano, a diminuição do nº de capturas tem a ver com o caudal do rio. Se houver chuva o nº de pescado é maior...” (anónimo)

“...No rio manter o caudal, porque morre muita criação na desova...” (anónimo)

Ao estudar esta área, desde a freguesia de Lapela à freguesia de Cristoval, era nítida a quantidade de pesqueiras em certos locais do troço e a dispersão em outras localidades, só não foi possível saber por que razão os tipos de artes de pesca se dividiam, a figura 49, revela a distribuição das pesqueiras ao longo da área de estudo. É visível que até meio do percurso da área de estudo, no sentido de montante – jusante, encontra-se uma arte de pesca distinta do troço a jusante. A montante predomina a arte do botirão e a jusante a arte da cabaceira.

Figura 49 - Mapa de artes de pesca

Ao analisar o percurso geomorfológico desta área de estudo de forma mais aprofundada, mediu-se a largura do rio com intervalos de (+/-) 150m em uma distância percorrida de 18 900m, no troço de maior concentração de pesqueiras (Figura 50).

Com exceção do percurso inicial a área de maior concentração de botirões verifica-se a montante, onde o troço do rio é mais estreito e mais profundo conforme figura 50 e por outro lado, a área de maior concentração de pesqueiras de cabaceira estão implantadas num curso mais largo e menos profundo.

Analisando o gráfico vemos que a meio do troço a montante os últimos 750m ultrapassa os 100 m de largura, do meio do percurso para jusante nota-se uma pequena alteração, que se vai evidenciando mais para o final do troço a jusante, com larguras a exceder os 200 m (Figura 50).

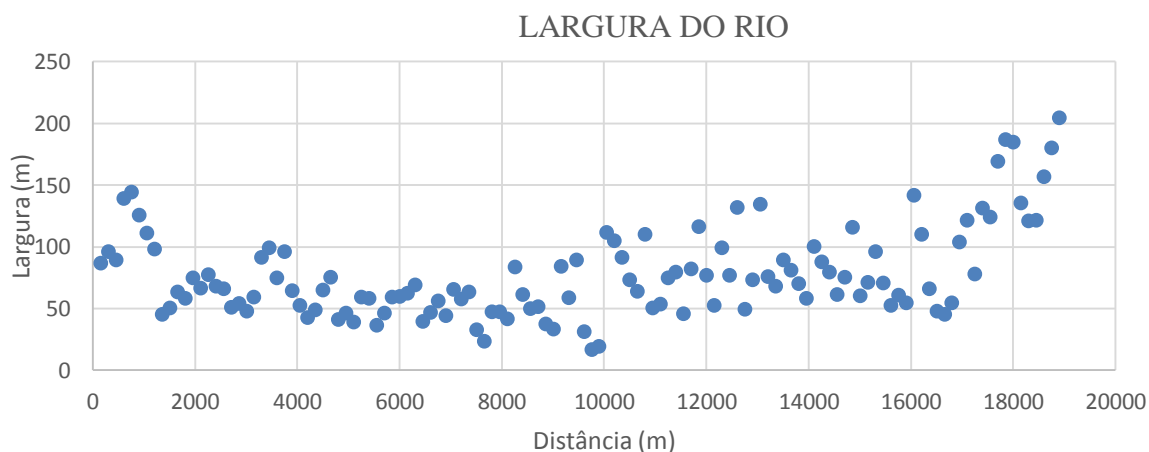


Figura 50 - Largura do troço de maior concentração de pesqueiras.

Esta análise faz sentido na perspetiva de entender a razão por que foram construídas pesqueiras para artes diferentes em troços do rio com morfologias diferentes, e que leva a supor que a cabaceira funciona melhor em zonas largas e que permita criar áreas de remanso.

5.1. Venda das pesqueiras a outras entidades industriais

5.1.1. Venda das pesqueiras à Union Fenosa (Espanha)

Nem todos os proprietários das pesqueiras do lado espanhol concordaram em vender as mesmas à empresa de energia espanhola UNION FENOSA. Alguns venderam a pesqueira toda, outros proprietários venderam só parte da pesqueira. Conforme registos obtidos na *Comandância* de Tui, algumas foram compradas na totalidade outras indemnizadas e

também expropriadas e uma minoria sem indemnização. Na tabela 1 encontra-se um resumo da forma como a UNION FENOSA adquiriu as pesqueiras nos três concelhos da área de estudo da margem espanhola.

Tabela 1 - Pesqueiras adquiridas pela UNION FENOSA.

Pesqueiras adquiridas pela UNION FENOSA – Espanha (Situação em 31 de Janeiro de 1988)							
Indemnizados na totalidade (%)			Indemnizados parciais (%)		Expropriados (%)		S/Indemnização (%)
Concelhos	Parte comprada (%)	Número de pesqueiras	Parte comprada (%)	Número de pesqueiras	Parte comprada (%)	Número de pesqueiras	Número de pesqueiras
Nieves	100	17	60 - 90	2	11,6 - 33	2	0
Cresciente	100	18	0 - 50	1	0 - 50	1	0
Arbo	100	120	25 - 99,31	29	3,6 - 100	11	7

5.1.2. Venda das pesqueiras à EDP (Portugal)

Na tabela 2, da margem Portuguesa o método que a EDP (Energias de Portugal) teve para adquirir as pesqueiras foi similar à de Espanha. Os dados fornecidos pela Capitania do Porto de Caminha, mostra que uma grande percentagem das pesqueiras foi comprada pela EDP.

Tabela 2- Pesqueiras adquiridas pela EDP.

Pesqueiras adquiridas pela EDP - Portugal (Situação em 31 de Janeiro de 1988)							
Indemnizados na totalidade (%)			Indemnizados parciais (%)		Expropriados (%)		S/Indemnização (%)
Concelhos	Parte comprada (%)	Número de pesqueiras	Parte comprada (%)	Número de pesqueiras	Parte comprada (%)	Número de pesqueiras	Número de pesqueiras
Monção	100	74	25 - 97,3	25	S /registo	S /registo	S /registo
Melgaço	100	88	2,2 - 99,2	45	S /registo	S /registo	S /registo

5.1.3. Impactos socioambientais

O rio Minho é um dos quatro rios ibéricos partilhados por Portugal e Espanha, a par do Lima, Douro, Tejo e Guadiana. Considerado o «pai de todos os rios galegos» pelo escritor Elísio Alonso, o Minho é do conjunto dos rios ibéricos, aquele que apresenta maior capacidade de aproveitamento hidroelétrico, com uma barragem por cada 500Km². Este facto condiciona todo o seu traçado, hoje profundamente alterado no que diz respeito ao *continuum* fluvial. O rio Minho selvagem, reconhecido em todo o mundo pela variedade de espécies piscícolas, o

rio dos salmões com vinte quilos e das tão apreciadas lampreias, que encantou no século passado, praticamente já não existe (Cruz, 2006).

Em cerca de 230km, da nascente até parte internacional do rio, a empresa hidroelétrica «Fenosa» construiu cinco barragens: Belesar (654hm³), Peares (182hm³), Velle (17hm³), Castrelo (60hm³), e Frieira (44hm³). Como estes empreendimentos não foram dotados de raiz com eclusas para a passagem de espécies migratórias (salmão, lampreia, sável), estas quase desapareceram do Minho, restringindo-se agora ao curso internacional, onde se tem conseguido evitar a implantação de novas barragens (Cruz, 2006).

Mesmo assim, e apesar de não existir um plano de saneamento integral para o Minho, tanto por parte da Galiza como de Portugal, pode dizer-se que a maior disponibilidade de autorregeneração do rio faz com que ele mostre índices muito aceitáveis de qualidade no curso fronteiriço, onde ainda é possível capturar alguns salmões por ano, além de quantidades apreciáveis de truta, lampreias e sáveis.

Trata-se, na verdade, de uma riqueza sem paralelo, que os municípios galegos e portugueses manifestamente querem ver preservada, e por isso estiveram unidos na contestação ao levantamento de outra barragem em Sela-Arbo (Pontevedra) ou, mais recentemente, na oposição à construção de três mini-hídricas. Estas ações enquadram-se no âmbito da defesa e conservação de um rio que está na origem de uma cultura e de recursos naturais valiosíssimos (Cruz, 2006).

Ao abrigo do convénio Luso-espanhol de 1968, ficou definida a construção de uma barragem no rio Minho, em Sela. Tal pretensão da aliança entre União Fenosa e a EDP respondendo assim ao pacto atingido, para desregular a comercialização de eletricidade entre o Estado Espanhol e Portugal. Fenosa seria uma das principais beneficiárias, já que a Galiza dirigia para Portugal 59% do total da energia exportada no Estado e visto que os preços da eletricidade para o consumo doméstico português eram 20% mais caros. (SCD condado, 2012)

Este “Projeto de modificação de características do aproveitamento hidroelétrica de Sela”, prevendo construir três barragens no rio Minho, volta a levar aquele povo a viver o “drama” de perda de recursos sustentáveis daquele rio. Este projeto pretendia colocar três barragens no troço entre a última barragem de Frieira (Figura 51), em solo espanhol, e a zona da Valinha (Monção) para onde estava prevista a construção de uma única barragem que acabaria por ser chumbada em 1998. Segundo a “memória resumo”, dada a conhecer no último Conselho de Bacia, o novo projeto «mantendo os critérios de rentabilidade económica

e energética» apresentava uma solução «ótima» constituída por «três represas de muito menor altura, com as respetivas centrais integradas na própria obra do açude» diminuindo «a superfície de água armazenada». As duas primeiras barragens ficavam situadas no concelho de Melgaço, sendo que a central de produção elétrica da segunda, localizada na zona de Arbo//Peso, será colocada na margem portuguesa daquele curso internacional de água. A última barragem ficava situada, sensivelmente, na mesma zona prevista inicialmente para a barragem de Sela. (Diário do Minho consulta a 30 de abril de 2013).



Figura 51 - Barragem da Frieira.

As pesqueiras do rio Minho são, como já foi referido, estruturas construídas em rocha retirada do próprio rio Minho, rochas que ao longo dos anos foram moldadas, com a erosão, e rachadas pelo homem nas formas mais convenientes para a sua aplicação na pesqueira. Projeto da barragem de Sela implicava a submersão de algumas destas pesqueiras, o que originou um processo de negociação para aquisição de pesqueiras, por parte das empresas hidroelétricas.

No entanto, devido à complexidade da quantidade de proprietários por pesqueira, muitas delas foram vendidas parcialmente e as que foram vendidas pela totalidade, foi celebrado um contrato em que poderiam continuar com o seu usufruto, enquanto não fosse construída a barragem.

A inúmera construção de barreiras físicas, como é o caso das barragens, existentes ao longo dos rios tem contribuído para o desaparecimento das espécies migradoras (Assis, 1990).

Estas barreiras ao bloquearem longitudinalmente o rio limitam a gradação dos peixes durante a sua migração reprodutora até aos locais históricos de postura, uma vez que, ou não possuem

passagens para peixe ou se as têm elas não funcionam. A consequência mais visível desta situação é a acumulação de indivíduos reprodutores a jusante das barragens, que durante as suas infrutíferas tentativas para transpor esta barreira, são alvo de pesca ilegal (Machado *et al.*, 1990). A construção destas infraestruturas provoca, ainda a alteração do caudal dos rios a jusante da mesma, observando-se a existência de caudais nulos, alterando com aumentos súbitos e sem qualquer periodicidade (Assis *et al.*, 1992).

Estas oscilações influenciam diretamente as taxas de sobrevivência e de reprodução das espécies e conduzem também, à degradação e desaparecimento da vegetação ripícola e das plantas aquáticas que, não só constituem áreas de abrigo, alimentação e reprodução para outras espécies, como também retêm grandes quantidades de nutrientes de origem terrestre, ajudando a manter a qualidade da água (Gerald, 1999).

O impacto causado pelos pescadores sobre o “stock” de peixes migradores dá-se a dois níveis: na captura de potenciais reprodutores para comercialização e na captura acessória de juvenis, em artes de pesca utilizadas para outras espécies (Afonso & Vaz-Pires, 1992). Observa-se que é nos pontos imediatamente a jusante das barragens que esta pesca é mais gravosa, uma vez que eles se concentram em grandes aglomerados junto à parede desta, sendo por isso, capturados em grandes quantidades, quer através de meios legais ou ilegais (Machado – Cruz *et al.*, 1990).

Durante muitos anos os países desenvolveram uma economia cultural sem precedentes. A industrialização e a corrida ao consumismo levaram à destruição de grandes áreas ecológicas, sem pensar nas consequências do meio ambiente e das gerações futuras.

Esta evolução deu origem à criação de infraestruturas hidroelétricas em série, para a produção de energia, não pensando nos impactos causados pelas mesmas. Estes impactos ambientais, incluindo os causados pela poluição, foram criando dimensão de tal forma, que houve necessidade de travar a amplitude dos impactos gerados.

Embora os dados dos pescadores da área de estudo não sejam 100 % fiáveis, visto não declararem o total pescado às autoridades, a opinião dos pescadores é unânime e deve ser levada em conta, também é certo que se algumas espécies diminuíram em contrapartida outras aumentaram. Mas não há dúvidas em relação à diminuição das espécies piscícolas, e ao impacto causado ao rio.

Se a construção desta estrutura (barragem de Sela) fosse viabilizada, não seriam só as povoações locais afetadas, mas também originava um empobrecimento cultural a nível nacional.

Edificações únicas, com considerável importância histórica, peso económico relativo e elevado potencial turístico, as pesqueiras do rio Minho asseguram uma débil sobrevivência, ameaçadas pela redução da capacidade económica e pelas barragens projetadas para o rio.

Estes pontos de pesca, construídos a partir da utilização de rochas existentes nas margens do rio, são exemplos de arquitetura popular.

A construção implica sabedoria na arte de rachar a rocha, escolher o aparelho dos muros, adotar forma e orientação das pesqueiras. Em simultâneo, a feitura das redes revela um conhecimento artesanal, que os mestres redeiros tem sabido preservar, apesar da introdução de algumas mudanças impostas pelo progresso, como a utilização do nylon em vez do cânhamo, ou da boia em plástico em vez da cabaça.

Ainda no século XXI algumas destas pesqueiras se encontram ativas, não tantas como se desejaria, devido às grandes exigências impostas pelas autoridades como pela própria lei. De acordo com o levantamento das pesqueiras realizadas pela COREMA, em 1995, existiam 236 pesqueiras ativas em Portugal. Atualmente na margem portuguesa estão 112 pesqueiras ativas e 134 na margem espanhola.

CAPÍTULO VI - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

O Vale do rio Minho em particular, a área de estudo, tem muito para oferecer quer em recursos biológicos como em recursos culturais (património etnográfico, património cultural construído e património arqueológico). O reconhecimento destas “obras-de-arte” como património cultural arqueológico são complemento de outros, nomeadamente paisagísticos; etnográficos e toponímicos. Este património cultural conta a história de um povo, de um território, de uma civilização, sobre hábitos e tradições já em vias de desaparecimento, quer no domínio da atividade humana, quer no domínio dos valores culturais existentes.

Em 1864 existiam 392 pesqueiras ativas na margem esquerda (Portugal) e 386 pesqueiras na margem direita (Espanha). Hoje, restam apenas 134 pesqueiras na margem portuguesa e 112 pesqueiras na margem espanhola. Importa implementar medidas que promovam a sustentabilidade e a preservação deste património, através de uma valorização e divulgação mais relevantes. A gestão da interação homem/espaco natural inclui o planeamento das ocupações, potenciar o aproveitamento das infraestruturas existentes e assegurar a preservação de recursos naturais limitados.

Uma população bem estruturada representa um recurso basilar para o desenvolvimento desta região, sendo importante analisar as potencialidades e capacidades do Alto Minho para renovar a sua população. Os índices de envelhecimento e dependência evidenciam níveis particularmente desfavoráveis, superando os valores médios nacionais e da região Norte. A tendência de envelhecimento é preocupante quando se constata que as perdas de população jovem atingem entre 10% e 30% nos diversos concelhos da região.

O fluxo socioeconómico verificado nesta região tem mais relevância devido à sua riqueza gastronómica, como contribuição direta dos recursos do rio e pela sua localização privilegiada de zona fronteiriça. A pesca de peixes migradores na área de estudo faz-se num troço de \pm cerca de 42km, entre Monção e Melgaço, usando-se métodos ancestrais de grande valor histórico e cultural. São uma fonte de rendimento extra para alguns proprietários que ainda se dedicam a esta atividade árdua, num contexto populacional cada vez mais envelhecido.

Nos últimos anos, verificou-se algum dinamismo, em prol do Alto Minho, na área do turismo da Natureza. São exemplos os percursos pedestres, a partir do centro da Vila de Melgaço e percorrendo a encosta das Carvalhiças, que cruza o regato Rio do Porto na Ponte Pedrinha e

segue até ao Centro de Estágio num passadiço de madeira (Figura 52B), com vista para o Rio Minho e que logo dá ligação ao Centro Hípico de Melgaço através de caminho em saibro. A partir daqui, o trilho desce até à veiga de Remoães, passando por uma zona agrícola até entrar na área urbana de Remoães e termina nas Termas do Peso. Outro percurso, com uma extensão de 5,900 metros, junto à Estrada Nacional 403 (Figura 52E), com acesso à ponte internacional, prolonga-se em direção a Valença. Existem outras áreas que têm sido exploradas em termos de lazer como as atividades de *outdoor* (*hipismo, canoagem, rafting, rappel, etc.*), incluindo turismo etnográfico.

É precisamente nesta temática que se pretende apresentar uma atitude crítica. A figura 52 representa o mapa de Usos dos Solos (Corine Land Cover 2006), com as pesqueiras representadas pelo tipo de arte de pesca. Observamos que a maior concentração de pesqueiras que restam ativas, têm a sua localização nas zonas de maior concentração urbana, precisamente onde se verifica maior fluxo de turistas quer do lado de Espanha quer de Portugal.

Em todo este percurso do rio Minho, estes concelhos são procurados essencialmente pela sua cultura tradicional, usos e costumes dos quais tem origem o rio Minho, assim como pelo turismo rural, pela cultura etnográfica que desta forma a conduz a gastronomia ao ponto central e que justifica o movimento, por vezes em massa, de pessoas no intuito de apreciar os deliciosos pratos de lampreia e o vinho Alvarinho (única zona demarcada de vinho Alvarinho, na Europa).

Aproveitando todos estes recursos turísticos existentes, como a prestação de serviços na organização de eventos na área do ecoturismo, atividades de *outdoor* e de *team building*, etc. não seria demais dinamizar as pesqueiras, com outras atividades complementares. Uma vez que nem todo o público faz uso das atividades radicais, seria importante pensar um pouco em atividades culturais, como por exemplo percorrer parte do rio com barco a motor, um miradouro com visita guiada, percursos interligados com outros concelhos, permitindo elevar a capacidade competitiva de algumas empresas (comercio e serviços), mediante um conjunto integrado de ações.

Em zonas de maior concentração de pesqueiras, freguesia de Bela (Figura 52D), com declives suaves não ultrapassando os 10% de inclinação, seria possível a construção de um percurso pedestre e um parque de lazer. Já na zona de Alvaredo (Figura 52F), optar por um mirante para as pesqueiras, já que esta área aparece-nos plana com algumas acessibilidades

próximas, e com declives à margem do rio superiores ou igual a 50%, sendo também uma zona de maior concentração de pesqueiras. Da vizinha Espanha também podemos contar com uma mais-valia para todo este território, a linha férrea. Um passeio bem estruturado sobre carris seria uma hipótese, pois como vemos na figura 52A, apresenta uma vista panorâmica para as pesqueiras, muito interessante e são vários os locais onde o comboio passa muito perto do rio. Podemos ainda complementar as áreas de dormitório uma vez que o núcleo urbano nem sempre é o mais desejado pelos turistas. Durante o ano há quem procure zonas mais sossegadas e relativamente próximas dos centros urbanos. A menos de 3km de Melgaço, seria uma opção a construção de um Empreendimento Turístico Ecológico (Figura 52C) ao lado do Centro Hípico, na vertente voltada para jusante do Rio Minho e com visibilidade até à ponte internacional de Melgaço/Arbo.

Figura 52 – Mapa de uso do solo

Nesta área, com 3ha e com uma altitude entre 105 a 210 metros (Figura 53), com afloramentos rochosos, seriam projetadas sete casas de madeira com um piso e uma ou outra *mezzanine* aproveitando as pendentes sem muita remoção do solo e aproveitando duas azenhas em pedra já existentes para relações públicas.

As acessibilidades são um fator importante para a sustentabilidade e recuperação destas estruturas. Na figura 53 vemos a existência de grandes declives que tornam difícil o acesso à margem do rio.

Figura 53 - Mapa de altitude

Numa perspetiva de não deixar degradar o solo aquando da formação do percurso pelo pescador, será relevante o melhoramento e concretização de novos acessos, evitando processos de erosão.

Para isso o trabalho passaria numa primeira fase por uma intervenção de consultoria e diagnóstico, de acordo com uma metodologia predefinida a nível de projeto, a que se seguiria a preparação de um plano de ação. Seria primordial uma revisão às acessibilidades.

No contexto dos estudos de ordenamento do território mais do que conhecer o inventário de espécies e as características do seu habitat, é importante atender às características dos ecossistemas em que as espécies animais e vegetais se integram e o modo como os ecossistemas funcionam.

As sensibilidades e potencialidades das espécies e sistemas ecológicos constitui informação de base fundamental face ao valor patrimonial, científico, recreativo e económico que os recursos biológicos representam. De um modo geral os recursos biológicos são fundamentais para o ordenamento do território na perspetiva de:

- Turismo e recreio
- Habitats de vida selvagem e
- Ocorrência de grandes valores patrimoniais e de interesse científico

A procura da gastronomia tradicional pode proporcionar uma bipolaridade de prazeres, para os visitantes desta região. Importa conservar a biodiversidade, promover a educação ambiental e diversificar a cultura científica. Simultaneamente será importante promover a prestação de serviços na organização de eventos na área do ecoturismo.

Qualquer estratégia de conservação e valorização do património em meio rural, corresponde a uma intenção deliberada de salvaguarda para o futuro, recursos naturais e culturais numa perspetiva de desenvolvimento sustentado e de garantia do equilíbrio ecológico que, em termos de gestão tem de se relacionar com a reorganização económica, funcional e social, nos seus diferentes níveis:

Ambiental – incidindo sobre a organização do global do espaço e a organização específica dos espaços agrários, vias de comunicação, construções complementares (como são exemplo as pesqueiras), “edifícios históricos” (como as choças) entre outros, de forma a permitir um

ordenamento adequado, a manutenção e melhoria da biodiversidade e do cultivo, a manutenção da população local, a melhoria nas condições de fruição e utilização do espaço;

Económico - permitindo o aparecimento ou a manutenção de atividades agrícolas sustentáveis, ofícios e práticas identitárias, uma indústria local adequada, mercados e feiras específicas;

Social – permitindo a preservação da identidade (o que poderá funcionar como foco de atração de residentes e visitantes) e, a manutenção da solidariedade intergeracional, através de uma vida privada e social decorrente do lugar, com os seus “ingredientes” identitários como são, os alimentos, os produtos emblemáticos, as receitas, a alimentação, as festas, a cultura comunitária, entre outros.

É na valorização deste património que estará garantida a viabilidade do território e, conseqüentemente em estudo, enquanto objeto de conservação integrada num contexto mais vasto, onde fará todo o sentido recuperar a função que lhe serviu de origem e que continua a servir (Barão *et al*, 2013).

Os Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT) assumem-se como instrumentos de planeamento territorial na sua plenitude para a formação de consensos sobre o modo concreto de utilizar estes recursos territoriais.

Pretende-se, que este património seja entendido como uma matéria contemporânea, como ativo de uma sociedade, de uma comunidade, enfim como um recurso territorial que possa rentabilizar e desenvolver uma herança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. e Vaz-Pires, P., 1992. A Pesca da Lampreia (*Petromyzon marinus*) no Estuário do Rio Lima. Publicações Avulsas do INIP, 17:179-186.
- Almeida, E.I., 1998. Notas Historicas del Bajo Miño – Puertos, Barcas, Pesqueras, Tui
- Alves, M.I.C. e Pereira, D. Ínsua, 2000. A sedimentação e a gliptogénese no registo Cenozoico Continental do Minho (NW Portugal). *Ciências da terra* (UNL), Lisboa.
- Antunes, C. e Rodrigues, H., 2004. Guia Natural do Rio Minho. Os Peixes. Aquamuseu do Rio Minho. Camara Municipal Vila Nova de Cerveira – Portugal, 84 pp.
- Antunes, C. e Cobo, F. (coordenadores), 2010. Bloque I. Parte III - Inventário De Peixes Fluviais No Rio Miño E Afluentes.” In “Inventário Do Habitat Fluvial, os Habitats de Interesse Comunitário, Análise dos Peixes Migratórios e Ordenación do seu Aproveitamento no Baixo Miño (INTERREG IV)” – Projeto Natura Minho – Miño, relatório final. – Estación de Hidrobioloxía “ Encoro do Com” Universidade de Santiago de Compostela.
- Antunes, C. e Cobo, F. (coordenadores), 2010. “Bloque III. Parte I – Plan de Gestión de la Anguila Europea (*Anguilla Anguilla*) en el Tramo Internacional del Baixo Miño – Estación de Hidrobioloxía “ Encoro do Com” Universidade de Santiago de Compostela.
- Antunes, C. e Cobo, F. (coordenadores), 2012. Valorização dos recursos naturais da bacia hidrográfica do rio Minho - relatório final do Projecto Natura Minho-Miño. CIIMAR, Porto 173 pp.
- Assis, C. A., 1990, Threats to the survival of anadromous fishes in the river Tagus. *Journal of Fish Biology*, 37: 225-226.
- Assis, C. A., 1994. Migrações e peixes migradores. Uma perspectiva conservacionista. *O Biólogo*, 29: 13-16
- Assis, C., Costa, J.L., Costa, M.J., Moreira, F., Almeida, P., e Gonçalves, J., 1992. Ameaças à sobrevivência dos peixes migradores do Tejo. Sugestões para a sua Conservação. *Publicações Avulsas do INIP*, 17: 429-441.
- A Vale do Minho, 2011. CI, Associação de Municípios do Vale do Minho (URL:www.valeminhodigital.pt/portal/page/portal/Portal_Regional/Regiao/geografia/fauna_flora) - Consultado em 23 de março de 2013.
- Barão, M., Valente, T., e Costa, M. R., 2013. Watermills and traditional landscape in the hills of the Algarve, Portugal. In: Vernacular Heritage and Earthen Architecture: Contributions for Sustainable Development (eds: M. Correia, G. Carlos, S. Rocha). Proceedings of CIAV, 16-20th October 2013, V. N. Cerveira. pp 447-452. CRC Press, Balkema, NL.
- Brito, L. F., 1989. A Desembocadura Do Rio Minho Nos Tempos Antigos I PARTE – Seus mais recuados habitantes e quais os que denominaram o seu curso e o seu porto – Separata da Revista «Caminiana» N°s XIV, Ano IX e N° XVI, Ano X – CAMINHA.
- Caamaño, M., 2003. *As construción da arquitectura popular. Patrimonio etnográfico de Galicia*. Consello Galego de Colexios de Aparelladores e Arquitectos Técnicos.

- CIBIO, 2007. Centro de investigação em biodiversidade e Recursos Genéticos- gabinete de Estudos e Projetos em Ecologia aplicada (GEPE) – ICETA – Universidade do Porto – O Plano Sectorial da Rede “Natura 2000” e os Planos Diretores Municipais no Vale do Minho.
- CRUZ, J., 2006. Rio Minho - Um Património Comum – Adriminho – Gráfica Maiadouro, SA.
- Decreto Lei nº 265/08 de 09 de abril. *Diário da República nº 70/08 – I Série*, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direção - Geral dos Negócios Políticos Estrangeiros. Lisboa.
- Decreto Lei nº 316/81 de 26 de novembro. *Diário da República nº 273/81 – I Série*, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direção - Geral dos Negócios Políticos Estrangeiros. Lisboa
- Esteves H., Vasconcelos, C. e Fernandes, I., 2008. Geologia e Educação Ambiental: proposta de uma atividade de campo. In: Calongue, A. *et al.* (Edts.) – *Cuadernos del Museo Geominero*, nº11, Inst. Geológico y Minero de España, Madrid, pp.129-137.
- Felgueiras J., Grupo 520, 2012. Biologia Escola EB 2,3 Deu-la-Deu Martins - Um Roteiro Geográfico/Histórico/Natural de Monção (parte IV – Património Natural), (URL: <http://www.portal.valedominho.net/sites/portal.valedominho.net/files/PARTE%20I%20V%20%20Patrim%20C3%B3nio%20Natural.pdf>) - Consultado em 07 de maio de 2013.
- Geraldes, A., 1999. Património Natural Transmontano - Peixes de água doce. João Azevedo Editor, Mirandela.
- Gomes P., 2004, Barragens do rio Minho chegam ao Parlamento Europeu - Região | 2 de março de 2004 (URL: <http://diariodominho.pt/conteudos/8174>) - Consultado em 30 de Abril de 2013
- GTF de Monção, 2013. Gabinetes Técnicos Florestais do Alto Minho (URL: http://gtfsdoaltominho.blogspot.pt/2011_10_01_archive.html) - Consultado em 19 de maio de 2013.
- Guerreiro, C., 2006. Artes-pescadores e espécies do rio Minho. En: Contributos para a história de Vila nova de Cerveira III. *Cerveira Semanário*.
- INAG, 2001. Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Minho – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – Instituto da Água.
- INE, 2011. Estatísticas da Demografia 2010 – Edição 2011. Edição Oficial. INE, I.P., Lisboa – Portugal.
- Ladra, L., 2008. A Pesca Tradicional nos Ríos de Galiza. Caneiros, Pescos e Pesqueiras, Eds. Sotelo Blanco Edición, S.
- Leite, A., 1999. As Pesqueiras do Rio Minho. Economia, Sociedade, Património, Ed. COREMA, Caminha.
- Machado - Cruz, J. M., Valente, A. C. N., & Alexandrino, P. J. B., 1990. Contribuição para a caracterização ecológica e económica da pesca de migradores a jusante da barragem de belver, rio tejo. In Actas do I Congresso do Tejo, que Tejo, que Futuro?, Vol II, pages 189_200, Lisboa.

- Mateus e Associados, 2012. Plano de Desenvolvimento do Alto Minho - Desafio 2020, Diagnóstico Estratégico | março 2012, Comunidade Internacional do Alto Minho – CIM.
- Martins, R.F.R. e Caneiro, M., 2000. Contribuição para o Conhecimento das Artes de Pesca Utilizadas no Rio Minho. *Publicações Avulsas do IPIMAR*, 5, 28 pp.
- Martínez, A., 2012. A Lamprea Do Río Miño, Concello De Arbo - GONZÁLEZ JULIO: *Regesta de Fernando II*, 257 pp.
- Martínez, A.V., 1962. Catedrático de Geografía e Historia – A Lamprea do Río Miño, Concello de Arbo.
- Pereira D. I e Alves, M.I. C, 2001. Litofácies e modelo de sedimentação quaternária do Rio Minho (NW Portugal). V Reunião do Quaternário Ibérico Congresso do Quaternário de Países de Línguas Estrangeiras, 56-59 p.
- Piñeiro, M., 2008. Lampreas e pesqueiras, História, Artes de Pesca e Receitário. Ed. Galaxia, S.A.
- SCD condado - Sociedade Cultural e Desportiva do Condado, 2012. Noticia publicada no periódico Novas da Galiza - Reparto da energia peninsular beneficia grandes empresas eléctricas - Fenosa e EDP pretendem construir três barragens na faixa raiana do Minho - (URL:<http://www.scdcondado.org/encoros-ngz.htm>) - Consultado em 30 de abril de 2013.
- Varela, J. M.V., 1976. Bases Paleontológicas para el estudio de la pesca en la cultura castreja, in *Boletín Auriense*, Órgão do Museu Arqueológico de Orense, t. VI, ano VI, 1976, 83pp.
- Varela, V. D. J. M., 1997. Historia Antigua y Ciencias y Técnicas Historiográficas (Historia I). Facultad de Geografía e Historia. Universidad de Santiago de Compostela.
- Vilas, F. e Somoza, L., 1984 – El estuário del Río Miño: observaciones previas de su dinámica Thalassas 2, 87 – 92.

ANEXO II - Localização das Pesqueiras da Margem Espanhola

<i>Localização das pesqueiras da margem Espanhola (WGS 84) (Tiradas em Agosto de 2013)</i>							
<i>Id</i>	<i>Freguesia</i>	<i>N.º da pesqueira</i>	<i>Nome da pesqueira</i>	<i>Licença</i>	<i>Visto</i>	<i>Coord_Latitude Norte</i>	<i>Coord_LogitudeW este</i>
1	Ribeira	225	Malicioso	SIM	SIM	42°08' 23,25"	008°12' 54,62"
2	Ribeira	221	Nova	SIM	SIM	42°08' 02,62"	008°13' 59,01"
3	Albeos	249	Nova de Abad	SIM	SIM	42°08' 24,00"	008°14' 38,59"
4	Albeos	242	Novo	SIM	SIM	42°08' 18,93"	008°14' 55,60"
5	Cequilifios	082	Laguayo	NÃO	NÃO	42°07' 23,39"	008°16' 01,66"
6	Cequilifios	067	Las Pozas	SIM	SIM	42°07' 25,50"	008°16' 08,47"
7	Cequilifios	070	Barandorio	SIM	SIM	42°07' 29,08"	008°16' 20,60"
8	Mouretan	075	Arrecife Cabrón	SIM	SIM	42°07' 29,68"	008°16' 40,28"
9	Mouretan	076	Facote o Burro	SIM	NÃO	42°07' 14,950"	008°16' 46,62"
10	Mouretan	077	Carballo	SIM	SIM	42°07' 13,57"	008°16' 48,28"
11	Arbo	115	Folgado	SIM	SIM	42°07' 07,33"	008°16' 56,23"
12	Arbo	128	Gibraltar	SIM	SIM	42°07' 05,23"	008°17' 01,81"
13	Arbo	081	Tralisca	SIM	SIM	42°07' 04,65"	008°17' 02,68"
14	Arbo	083	Fortuna	SIM	SIM	42°07' 03,58"	008°17' 04,78"
15	Arbo	093	Nova	SIM	SIM	42°07' 02,51"	008°17' 06,27"
16	Arbo	155	Mayorazgo	SIM	SIM	42°06' 33,46"	008°17' 44,32"
17	Arbo	179	Corrida de Pedro Bodilla	SIM	SIM	42°06' 31,13"	008°17' 44,81"
18	Arbo	105	Gloria	SIM	SIM	42°06' 30,48"	008°17' 45,57"
19	Arbo	103	Riveira dos Cregos	SIM	SIM	42°06' 27,38"	008°17' 51,00"
20	Arbo	107	Zapeira	SIM	SIM	42°06' 19,82"	008°18' 04,40"
21	Arbo	104	Fe	SIM	SIM	42°06' 18,51"	008°18' 06,41"
22	Arbo	277	Felicidad Pombeiro	SIM	SIM	42°06' 17,76"	008°18' 08,18"
23	Arbo	110	Coto de Rodeiro	SIM	NÃO	42°06' 17,21"	008°18' 09,15"
24	Arbo	091	Gavian	SIM	SIM	42°06' 16,52"	008°18' 10,94"
25	Arbo	168	Torrifa	SIM	SIM	42°06' 14,61"	008°18' 23,28"
26	Arbo	288	Coto de Esperanza	SIM	SIM	42°06' 14,05"	008°18' 25,92"
27	Arbo	102	Lomil	SIM	SIM	42°06' 14,14"	008°18' 27,21"
28	Arbo	303	Carnagotos	SIM	SIM	42°06' 13,86"	008°18' 27,40"
29	Arbo	164	Mendez	SIM	SIM	42°06' 12,60"	008°18' 51,67"
30	Arbo	165	Nada Das	SIM	SIM	42°06' 14,12"	008°18' 54,11"
31	Arbo	236	Areias	NÃO	SIM	42°06' 16,06"	008°18' 57,14"
32	Arbo	095	Figueiredo	SIM	SIM	42°06' 15,09"	008°18' 54,73"
33	Arbo	119	Chumba	SIM	SIM	42°06' 17,06"	008°19' 02,32"
34	Arbo	111	Casales de Afuera	SIM	SIM	42°06' 16,75"	008°19' 02,61"
35	Arbo	267	Casales de Adentro	SIM	SIM	42°06' 16,84"	008°19' 02,74"
36	Arbo	170	Burrico	SIM	SIM	42°06' 16,02"	008°19' 03,30"
37	Arbo	120	Corrida da Busca	SIM	SIM	42°06' 16,38"	008°19' 03,76"
38	Arbo	240	Tranqueta	SIM	SIM	42°06' 15,12"	008°19' 03,90"
39	Arbo	092	Rabo Longo	SIM	NÃO	42°06' 15,59"	008°19' 04,39"
40	Arbo	171	Queimados	SIM	SIM	42°06' 13,88"	008°19' 05,54"
41	Arbo	313	A Diviña	SIM	SIM	42°06' 12,92"	008°19' 06,25"
42	Arbo	088	Barcia o Capelana	SIM	NÃO	42°06' 13,29"	008°19' 06,56"
43	Arbo	167	Barandorio de Arriba	SIM	SIM	42°06' 11,99"	008°19' 07,82"
44	Arbo	122	Oda Barcia	SIM	SIM	42°06' 10,41"	008°19' 09,19"

45	Arbo	334	Seixal	SIM	SIM	42°06' 09,36"	008°19' 09,78"
46	Arbo	333	Apeira	SIM	SIM	42°06' 08,07"	008°19' 13,22"
47	Arbo	096	Pedra do Ferro	SIM	SIM	42°06' 08,00"	008°19' 14,87"
48	Arbo	112	Coto de Bullón	SIM	SIM	42°06' 07,62"	008°19' 18,04"
49	Arbo	166	Bello de Barcia	SIM	SIM	42°06' 07,30"	008°19' 19,42"
50	Arbo	098	Regato	SIM	SIM	42°06' 06,87"	008°19' 21,00"
51	Arbo	191	Regato de Abajo	SIM	SIM	42°06' 05,94"	008°19' 22,08"
52	Barcela	186	Cadeiro	SIM	SIM	42°06' 05,15"	008°19' 23,63"
53	Barcela	207	O Bravo	SIM	SIM	42°06' 04,27"	008°19' 24,00"
54	Barcela	163	Enxamea	SIM	SIM	42°05' 33,88"	008°19' 28,23"
55	Barcela	090	Carballo	SIM	SIM	42°05' 35,56"	008°19' 28,68"
56	Barcela	132	Te Vou Ver	SIM	SIM	42°05' 53,59"	008°19' 29,00"
57	Barcela	307	Sobreiro	SIM	SIM	42°05' 27,56"	008°19' 29,46"
58	Barcela	118	Novas	SIM	SIM	42°05' 24,72"	008°19' 31,40"
59	Barcela	162	Vieja de Novas	SIM	SIM	42°05' 22,15"	008°19' 32,46"
60	Barcela	117	Muro	SIM	SIM	42°05' 21,67"	008°19' 33,48"
61	Barcela	175	Amieira	SIM	SIM	42°05' 07,44"	008°20' 37,02"
62	Barcela	116	Barca Santos	SIM	SIM	42°05' 19,21"	008°19' 37,38"
63	Barcela	160	Bugardeira	SIM	SIM	42°05' 15,64"	008°19' 41,60"
64	Barcela	233	Xueiro	SIM	SIM	42°05' 14,24"	008°19' 43,39"
65	Barcela	294	Rucio	SIM	SIM	42°05' 07,96"	008°20' 38,33"
66	Sela	152	Nay	SIM	SIM	42°05' 15,77"	008°20' 53,28"
67	Sela	154	Xela de Arriba	SIM	SIM	42°05' 16,92"	008°20' 53,89"
68	Sela	147	Guisande	SIM	SIM	42°05' 18,45"	008°20' 57,43"
69	Sela	174	Penediño	SIM	SIM	42°05' 18,46"	008°20' 59,28"
70	Sela	301	Arnado	SIM	SIM	42°05' 24,35"	008°21' 14,43"
71	Sela	151	Rede de Molinos	SIM	SIM	42°05' 27,16"	008°21' 20,80"
72	Sela	309	Cantelo	SIM	SIM	42°05' 26,81"	008°21' 21,33"
73	Sela	243	Raíña de Lamosa	SIM	SIM	42°05' 26,71"	008°21' 28,51"
74	Sela	312	Seoane	SIM	SIM	42°05' 27,18"	008°21' 48,32"
75	Sela	148	Buen Placer	SIM	SIM	42°05' 25,34"	008°21' 51,63"
76	Vide	338	Estreito	SIM	SIM	42°05' 10,94"	008°22' 20,12"
77	Vide	263	Calado	SIM	SIM	42°05' 06,17"	008°22' 29,28"
78	Vide	021	Paneliña	SIM	SIM	42°05' 04,68"	008°22' 31,13"
79	Vide	019	Barandoiro	SIM	SIM	42°05' 02,12"	008°22' 32,83"
80	Vide	199	Pandurada	SIM	SIM	42°04' 52,50"	008°22' 36,68"
81	Vide	220	Covelo	SIM	SIM	42°04' 44,16"	008°22' 44,20"
82	Vide	017	Torta	SIM	SIM	42°04' 38,26"	008°23' 01,00"
83	Vide	198	Gavian	SIM	SIM	42°04' 37,50"	008°23' 04,74"
84	Vide	042	Sobreiro	SIM	SIM	42°04' 36,18"	008°23' 08,73"
85	Vide	016	Falfios	SIM	SIM	42°04' 35,77"	008°23' 08,70"
86	Vide	015	Santiña	SIM	SIM	42°04' 34,36"	008°23' 14,00"
87	Vide	308	Noviña	SIM	SIM	42°04' 34,09"	008°23' 15,90"
88	Vide	200	Coto de Gatos	SIM	SIM	42°04' 39,32"	008°23' 30,23"
89	Vide	013	Longa de Dentro	SIM	SIM	42°04' 42,91"	008°23' 31,45"
90	Vide	315	La Nueva	SIM	SIM	42°04' 49,38"	008°23' 33,89"
91	Vide	197	Alta de Gatos	SIM	SIM	42°04' 49,38"	008°23' 33,91"
92	Vide	014	Longa de Fora	SIM	SIM	42°04' 48,72"	008°23' 37,92"
93	Vide	011	Congreira	SIM	SIM	42°04' 49,79"	008°23' 41,67"
94	Vide	010	Lagoa	SIM	SIM	42°04' 50,12"	008°23' 49,42"

95	As Neves	002	Caneiros	SIM	SIM	42°04' 44,24"	008°24' 28,35"
96	As Neves	027	Castifoteiro	SIM	SIM	42°04' 38,39"	008°24' 43,59"
97	As Neves	046	Tornada	SIM	SIM	42°04' 32,75"	008°24' 56,45"
98	As Neves	051	Torno	SIM	SIM	42°04' 28,20"	008°25' 05,21"
99	As Neves	030	Pesqueira Vella	SIM	SIM	42°04' 24,11"	008°25' 10,93"
100	As Neves	032	Urceira	SIM	SIM	42°04' 22,33"	008°25' 20,06"
101	As Neves	031	Salgueiriño	SIM	SIM	42°04' 21,55"	008°25' 31,71"
102	As Neves	034	Juliana y Caneiro	SIM	SIM	42°04' 22,06"	008°25' 34,22"
103	As Neves	035	Penedo de Abajo	SIM	SIM	42°04' 22,16"	008°25' 35,26"
104	As Neves	286	Carreira	SIM	SIM	42°04' 24,66"	008°25' 53,65"
105	As Neves	049	Efolada	SIM	SIM	42°04' 35,93"	008°25' 59,23"
106	As Neves	043	Cotaraña	SIM	SIM	42°04' 41,99"	008°26' 07,87"
107	Liñares	340	Laxiña	SIM	SIM	42°05' 00,02"	008°26' 53,03"
108	Oleiros	053	Can Grande	SIM	SIM	42°04' 57,20"	008°27' 13,31"
109	Oleiros	341	Pedra furada	SIM	SIM	42°04' 55,02"	008°28' 18,63"
110	Oleiros	052	Nueva de Teanes	SIM	SIM	42°04' 52,80"	008°28' 25,68"
111	Arantei	206	1ª de San Pedro	SIM	SIM	42°04' 32,88"	008°31' 42,22"
112	Arantei	205	2ª de San Pedro	SIM	SIM	42°04' 33,75"	008°31' 42,30"
Fontes: Comandancia Marítima de Tuy							

ANEXO III - Localização das Pesqueiras da Margem Portuguesa

<i>Localização das pesqueiras da margem Portuguesa (WGS 84) (Tiradas em Agosto de 2013)</i>							
<i>Id</i>	<i>Freguesia</i>	<i>N.º da pesqueira</i>	<i>Nome da pesqueira</i>	<i>Licença</i>	<i>Visto</i>	<i>Coord_Latitude Norte</i>	<i>Coord_LogitudeW este</i>
1	Paços	430	Longa	NÃO	SIM	42°08'39,08"	008°12'14,03"
2	Paços	324	Seixeira	SIM	SIM	42°08'34,62"	008°12'16,43"
3	Paços	432	Bufeira do Cavalo	SIM	SIM	42°08'32,56"	008°12'18,63"
4	Paços	512	Cavalo	SIM	SIM	42°08'11,05"	008°13'09,96"
5	Paços	518	Cachões do Merelhe	SIM	SIM	42°07'57,53"	008°13'31,93"
6	Chaviães	394	Fumega	NÃO	SIM	42°07'59,40"	008°13'54,54"
7	Chaviães	392	Fontana	SIM	SIM	42°08'01,45"	008°14'01,71"
8	Chaviães	383	Estirada	SIM	SIM	42°08'11,75"	008°14'16,53"
9	Chaviães	406	Nova de Coule	SIM	SIM	42°08'81,00"	008°15'13,62"
10	Chaviães	408	Coule	SIM	SIM	42°08'79,80"	008°15'14,40"
11	Chaviães	409	Cagasil	SIM	SIM	42°08'04,89"	008°15'18,36"
12	Chaviães	410	Freixinho	SIM	SIM	42°08'04,87"	008°15'20,55"
13	Vila	528	Santinha	NÃO	NÃO	42°07'13,63"	008°15'45,63"
14	Prado	263	Galga	SIM	SIM	42°07'23,00"	008°16'11,00"
15	Prado	274	Seixeira	NÃO	NÃO	42°07'24,89"	008°16'24,37"
16	Prado	79	Benevides	NÃO	SIM	42°07'17,02"	008°16'37,41"
17	Prado	284	Novas	NÃO	SIM	42°07'14,44"	008°16'44,01"
18	Remoães	88	Mosqueiro de Fora	SIM	SIM	42°07'05,02"	008°16'55,52"
19	Remoães	89	Mosqueiro de Dentro	SIM	SIM	42°07'04,88"	008°16'55,56"
20	Remoães	581	Manselinha	SIM	SIM	42°07'02,21"	008°17'01,78"
21	Remoães	272	Aranhol	SIM	SIM	42°06'59,16"	008°17'07,12"
22	Remoães	351	Azenhas	SIM	SIM	42°06'59,09"	008°17'07,22"
23	Remoães	451	Queimada	SIM	SIM	42°06'56,28"	008°17'12,90"
24	Remoães	505	Salgueiro	NÃO	SIM	42°06'54,79"	008°17'14,79"
25	Remoães	326	Chão da Vinha	SIM	SIM	42°06'51,07"	008°17'20,78"
26	Paderne	368	Nova	SIM	SIM	42°06'34,92"	008°17'20,78"
27	Paderne	461	Ribeira Velha	SIM	SIM	42°06'29,88"	008°17'44,28"
28	Paderne	290	Novo	SIM	SIM	42°06'29,30"	008°17'45,32"
29	Paderne	468	Escorela	SIM	SIM	42°06'27,72"	008°17'46,08"
30	Paderne	471	Lagoa	SIM	SIM	42°06'27,42"	008°17'45,72"
31	Paderne	475	Seichães	SIM	SIM	42°06'24,90"	008°17'50,46"
32	Paderne	399	Brandouro	SIM	SIM	42°06'23,64"	008°17'53,76"
33	Paderne	270	Portela	SIM	SIM	42°06'21,07"	008°17'57,40"
34	Paderne	073	Repona do Regato	NÃO	SIM	42°06'18,40"	008°18'03,76"
35	Alvaredo	583	Tralisca	SIM	SIM	42°06'17,83"	008°18'05,62"
36	Alvaredo	584	Pesqueiro de Dentro	SIM	SIM	42°06'17,57"	008°18'05,70"
37	Alvaredo	415	Pombeiro	SIM	SIM	42°06'17,31"	008°18'06,43"
38	Alvaredo	98	Saquete de Cima	SIM	SIM	42°06'16,62"	008°18'07,80"
39	Alvaredo	127	Conde	SIM	SIM	42°06'12,35"	008°18'27,14"
40	Alvaredo	637	Sobreira	SIM	SIM	42°06'12,18"	008°18'30,81"
41	Alvaredo	123	Bemtas de Dentro	SIM	SIM	42°06'11,55"	008°18'53,44"
42	Alvaredo	401	Vintes	SIM	SIM	42°06'11,55"	008°18'53,40"
43	Alvaredo	264	Botica	SIM	SIM	42°06'12,87"	008°18'55,56"
44	Alvaredo	332	Brandouro	SIM	SIM	42°06'15,45"	008°19'00,82"
45	Alvaredo	403	Poço	SIM	SIM	42°06'13,16"	008°18'59,08"

46	Alvaredo	121	Novas de Braço	SIM	SIM	42°06'12,01"	008°19'04,76"
47	Alvaredo	639	Romedinho	SIM	SIM	42°06'10,38"	008°19'06,57"
48	Alvaredo	114	Picoutos	SIM	SIM	42°06'06,91"	008°19'13,21"
49	Alvaredo	111	Maravilhas	SIM	SIM	42°06'06,39"	008°19'14,57"
50	Alvaredo	614	Boa Peça / Compinhos	SIM	SIM	42°06'06,25"	008°19'17,77"
51	Alvaredo	590	Novo Grande	NÃO	NÃO	42°06'06,08"	008°19'19,01"
52	Alvaredo	106	Égua	SIM	SIM	42°06'05,55"	008°19'21,02"
53	Alvaredo	608	Agulhas	SIM	SIM	42°06'04,82"	008°19'22,02"
54	Alvaredo	607	Alfinetes	SIM	SIM	42°06'01,09"	008°19'25,07"
55	Alvaredo	105	Travesso	SIM	SIM	42°06'00,49"	008°19'25,07"
56	Alvaredo	103	Neto	SIM	SIM	42°06'00,00"	008°19'25,46"
57	Alvaredo	102	Pé de Ferro	SIM	SIM	42°05'54,21"	008°19'26,00"
58	Alvaredo	101	Bravo	SIM	SIM	42°05'53,01"	008°19'28,01"
59	Alvaredo	604	Buraco	SIM	SIM	42°05'53,01"	008°19'27,35"
60	Alvaredo	651	Cabrita	SIM	SIM	42°05'47,08"	008°19'28,93"
61	Penso	605	Coto do Gato	SIM	SIM	42°05'37,62"	008°19'28,05"
62	Penso	598	Dona	SIM	SIM	42°05'28,02"	008°19'28,08"
62	Penso	650	Cobrantolho	NÃO	SIM	42°05'26,24"	008°19'28,55"
64	Penso	318	Grande	SIM	SIM	42°05'24,06"	008°19'29,20"
65	Penso	248	Malpaga	SIM	SIM	42°05'23,95"	008°19'29,05"
66	Penso	317	Viveiro	SIM	SIM	42°05'22,43"	008°19'29,59"
67	Penso	250	Pendurada	SIM	SIM	42°05'12,11"	008°19'44,00"
68	Penso	433	Novinha	SIM	SIM	42°05'04,56"	008°19'51,67"
69	Valadares	40	Muro	SIM	SIM	42°05'04,04"	008°20'31,78"
70	Valadares	576	Porta da Insua	SIM	SIM	42°05'06,70"	008°20'37,65"
71	Valadares	592	Caneiro da Viridia	SIM	SIM	42°05'09,80"	008°20'47,58"
72	Valadares	038	Cubela	SIM	SIM	42°05'15,18"	008°20'55,03"
73	Valadares	175	Cantelo de Cima	SIM	SIM	42°05'21,73"	008°21'10,75"
74	Valadares	172	Ranh.Abelosa ou Pescote	SIM	SIM	42°05'23,04"	008°21'21,00"
75	Valadares	570	Coto do Cantinho	SIM	SIM	42°05'23,45"	008°21'25,93"
76	Valadares	177	Cepo	NÃO	SIM	42°05'22,32"	008°21'33,93"
77	Messegães	226	Rans	SIM	SIM	42°05'19,99"	008°21'59,12"
78	Messegães	030	Cantelo de Baixo	SIM	SIM	42°05'16,85"	008°22'07,91"
79	Messegães	036	Novinha	SIM	SIM	42°05'07,99"	008°22'21,12"
80	Messegães	163	Cobreiro	SIM	SIM	42°05'05,01"	008°22'24,39"
81	Messegães	155	Peligrino	SIM	SIM	42°04'54,70"	008°22'31,67"
82	Ceivães	025	Salgueiro	SIM	SIM	42°04'35,07"	008°22'57,12"
83	Ceivães	023	Ramalheira	NÃO	SIM	42°04'36,35"	008°23'01,62"
84	Ceivães	021	Falperra	NÃO	SIM	42°04'33,55"	008°23'06,17"
85	Ceivães	190	Boa Lembrança	SIM	SIM	42°04'33,03"	008°23'12,01"
86	Ceivães	182	Caneiros Falperra	NÃO	SIM	42°04'32,34"	008°23'15,84"
87	Ceivães	225	Tornada	SIM	SIM	42°04'30,60"	008°23'20,40"
88	Ceivães	588	Caneiro do Escumeiro	SIM	SIM	42°04'31,82"	008°23'28,66"
89	Ceivães	002	Escumeiro	SIM	SIM	42°04'32,58"	008°23'28,68"
90	Ceivães	014	Caneiro dos Pontos	SIM	SIM	42°04'38,91"	008°23'31,55"
91	Ceivães	015	Entre Mouro e Minho	SIM	SIM	42°04'39,63"	008°23'31,84"
92	Barbeita	231	Frade	NÃO	SIM	42°04'43,81"	008°23'33,96"
93	Barbeita	001	Porreira	NÃO	NÃO	42°04'45,97"	008°23'34,83"
94	Barbeita	169	Pedrinha de Cima	SIM	SIM	42°04'48,43"	008°23'43,30"
95	Barbeita	189	Carrascal de Baixo	NÃO	SIM	42°04'48,96"	008°24'11,89"

96	Barbeita	237	Seixeira	SIM	SIM	42°04'48,91"	008°24'18,01"
97	Barbeita	158	Pescoço	SIM	SIM	42°04'46,33"	008°24'21,22"
98	Barbeita	161	Escorregadeira	SIM	SIM	42°04'38,76"	008°24'36,34"
100	Barbeita	240	Lagueia	SIM	SIM	42°04'36,76"	008°24'44,52"
101	Barbeita	239	Insuas	SIM	SIM	42°04'32,07"	008°24'54,68"
102	Barbeita	060	Afurada de Cima	SIM	SIM	42°04'26,12"	008°25'05,56"
103	Barbeita	199	Afurada de Baixo	SIM	SIM	42°04'25,05"	008°25'07,02"
104	Bela	200	Balagão	SIM	SIM	42°04'21,11"	008°25'19,00"
105	Bela	061	Torcedor	NÃO	SIM	42°04'20,69"	008°25'24,82"
106	Bela	211	Salgueiro	NÃO	NÃO	42°04'20,59"	008°25'27,61"
107	Bela	214	Corveirinha	NÃO	SIM	42°04'20,13"	008°25'29,58"
108	Bela	224	Lagoela	SIM	SIM	42°04'20,20"	008°25'33,72"
109	Bela	218	Landre	SIM	SIM	42°04'20,42"	008°25'38,94"
110	Bela	213	Fonte	SIM	SIM	42°04'20,78"	008°25'49,65"
111	Bela	059	Tombalhão	NÃO	SIM	42°04'25,62"	008°25'56,08"
112	Bela	597	Lage	NÃO	SIM	42°04'29,03"	008°25'58,54"
113	Bela	058	Castro	NÃO	NÃO	42°04'31,59"	008°25'59,60"
114	Bela	062	Marinheira	NÃO	SIM	42°04'42,92"	008°26'14,00"
115	Bela	561	Ponta das Bocas	SIM	SIM	42°04'48,01"	008°26'18,00"
116	Bela	555	Nova das Bocas	SIM	SIM	42°04'48,46"	008°26'19,29"
117	Bela	560	Canal	SIM	SIM	42°04'47,86"	008°26'19,42"
118	Troviscoso	220	Piscote	SIM	SIM	42°04'51,06"	008°26'27,48"
119	Troviscoso	221	Bulhão	NÃO	SIM	42°04'52,68"	008°26'28,74"
120	Troviscoso	557	Nova	NÃO	SIM	42°04'54,84"	008°26'49,68"
121	Troviscoso	064	Corveira	SIM	SIM	42°04'55,22"	008°27'13,04"
122	Cortes	009	Pedra Furada	NÃO	SIM	42°04'37,80"	008°30'12,42"
123	Cortes	055	Margarida	NÃO	SIM	42°04'36,48"	008°30'19,08"
124	Cortes	010	Varziela	SIM	SIM	42°04'38,58"	008°30'24,60"
125	Cortes	149	Lagartão	NÃO	SIM	42°04'36,48"	008°30'54,78"
126	Cortes	054	Pesqueira Grande	SIM	SIM	42°04'36,42"	008°30'59,58"
127	Cortes	210	Lumiar	SIM	SIM	42°04'38,46"	008°31'06,60"
128	Cortes	136	Greta	NÃO	NÃO	42°04'37,82"	008°31'31,84"
129	Cortes	151	Redonda	SIM	SIM	42°03'58,56"	008°31'31,20"
130	Cortes	145	Velha	SIM	SIM	42°03'57,24"	008°31'31,10"
131	Troporiz	146	Penizes	NÃO	SIM	42°03'44,64"	008°31'30,30"
132	Troporiz	147	Foz	SIM	SIM	42°03'42,78"	008°31'34,08"
133	Troporiz	006	Gadanha	SIM	SIM	42°03'38,40"	008°31'42,18"
134	Lapela	150	Cabaninha	SIM	SIM	42°03'29,42"	008°32'04,25"

FONTE: Comando Local da Polícia Marítima do Porto de Caminha.

ANEXO IV - Certificado de Registo de Propriedade



Nº de ordem.....130.....
 Nº de registo.....1.....

CAPITANIA DO PORTO DE CAMINHA

CERTIFICADO de registo de propriedade da pesqueira n.º.....1..... denominada...**PORREIRA**.....

Concelho...**MONÇÃO**.....Freguesia...**BARBEITA**.....Lugar...**PORREIRA**.....

Data Do Registo	Número Das bocas	Nome Das bocas	Nome do proprietário c. ou co-proprietários	Barcos que lhe Pertencem E seus números	Verificação do Registo An. 2º do regulamento	Observações
24.11.1897			4/5 JOSÉ DOMINGUES			
			1/5 MANUEL GONÇALVES			
					20 FEB 2003	
					29 FEB 2004	
					4 MAIO 2005	
					10 NOV 2006	
					22 NOV 2007	
					15 JAN 2008	
					6 FEB 2009	
					18 JAN 2010	

Capitania do Porto de Caminha, 01 de FEVEREIRO de 2000.



O CAPITÃO DO PORTO,

[Handwritten signature]

ANEXO V - Licenças das Artes de Pesca

Licença de arte de pesca Cabaceira


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
MARINHA
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DE CAMBHA


Largo Para Viz 4915-131 Camba
Tel. (251) 258719079 Fax. (251) 211938453

Licença nº 261 / 2013

Por esta Capitania se concede a FREDERICO JUSTIANO DIAS DE SOUSA E
Portador do BI nº 8102914 emitido em pelo A.I. de
NF 19480531, licença para redagem de pesquisa no Rio Mirim
durante o período de 15-03-2013 à 31-05-2013

Observações:
REDAGEM DA PESQUEIRA Nº14 "CARNEIRO DOS PONTOS" COM UMA CABACEIRA
SITUADA EM GENÁES

CAMBHA 15-01-2013


Duplato Emitido às 14:55:57 h

Licença de Arte de pesca Botirão


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
MARINHA
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DE CAMBHA

Largo Para Viz 4915-131 Camba
Tel. (251) 258719079 Fax. (251) 211938453

Licença nº 260 / 2013

Por esta Capitania se concede a FREDERICO JUSTIANO DIAS DE SOUSA E
Portador do BI nº 8102914 emitido em pelo A.I. de
NF 19480531, licença para redagem de pesquisa no Rio Mirim
durante o período de 15-03-2013 à 31-05-2013


Observações:
REDAGEM DA PESQUEIRA Nº14 "CARNEIRO DOS PONTOS" COM UM BOTIRÃO
SITUADA EM GENÁES

CAMBHA 15-01-2013


Duplato Emitido às 14:52:15 h

ANEXO VI - Escala De Redagem De Março de 1948

89


aprovado
J. Santos

Escala de redagem da pesquisa denominada "Coqueiro de Dentro" registrada na Capitania do Porto de Caminha, sob o nº 89, sendo donos e possuidores:

Herdeiros de António Augusto Soares Calheiros:
Manuel José Gonçalves da Cunha e
Herdeiros de Dr. Francisco Luís Rodrigues Ramos.

António Augusto Soares Calheiros:
Fevereiro: 15, 17, 19, 21, 23, 25 e 27. Março: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29 e 31. Abril: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29. Maio: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29. Junho: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29.

Manuel José Gonçalves da Cunha:
Fevereiro: 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28. Março: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30. Abril: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30. Maio: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28 e 30. Junho: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28 e 30.

Gaspar Magno Pereira de Castro:
Março: 12. Abril: 12. Maio: 12. Junho: 12.

Mogiço, 30 de Dezembro de 1945.
Herdeiro de António A. S. Calheiros,
Maginifica da Loureçã, Soares Calheiros

89

Manuel José Gonçalves da Cunha
faz seu reconhecimento de parte como herdeiro
digo como representante dos herdeiros de Dr. Francisco
Luís Rodrigues Ramos

Declaro que recebi o tropical da
escala da redagem.
Mogiço, 30 de Março, 1948
Maginifica da Loureçã, Soares Calheiros

[Assinatura]

ANEXO VII - Inventário das Pesqueiras Ativas em Portugal

(Modificado de Leite, 1999)

Base de dados do levantamento das pesqueiras (PORTUGAL) (Situação em Agosto de 2013)										
N.º da pesqueira	N.º de registo revisão 1953	Data de registo	Freguesia	Nome da pesqueira	Estrutura (dimensões metros)			Arte de pesca		
					Comp	Larg	Alt	Cab	Bot	Mis
430	383	12/02/1898	Paços	Longa	13,5	2,8	4,5	0	5	–
324	375	31/12/1897	Paços	Seixeira	6	3,5	4,5	0	3	–
432	373	12/02/1898	Paços	Bufeira do Cavalo	25	2	2	0	1	–
512	372	12/02/1898	Paços	Cavalo	30	1,3	2	0	4	–
518	366/368	06/07/1898	Paços	Cachões de Merelhe	20	2,5	2,4	0	4	–
394	356	31/12/1897	Chaviães	Fumega (Miranceiro)	35	0,7	2,5	1	3	X
392	354	31/12/1897	Chaviães	Fontana (Chifre)	25	0,6	0,8	0	3	–
383	350	31/12/1897	Chaviães	Estirada	25	1	3	0	2	–
406	341	31/12/1897	Chaviães	Nova de Coule (Nova ou Novinha)	80	2	2,5	0	1	–
408	341a	31/12/1897	Chaviães	Coule (Folheteiro)	80	2	2,5	0	3	–
409	339	31/12/1897	Chaviães	Cagasil	8	2	3	0	1	–
410	340a	31/12/1897	Chaviães	Freixinho	30	2	2,5	0	2	–
528	318	10/02/1900	Vila	Santinha	73	2,5	3	1	0	–
263	315	31/12/1897	Prado	Galga	90	2,5	2	0	6	–
274	312	31/12/1897	Prado	Seixeira	60	2,5	3,5	0	1	–
079	302	27/11/1897	Prado	Benevides (Novas da Brea)	60	2	2	1	0	–
284	301A	31/12/1897	Prado	Novas	50	2	1	0	3	–
088	299d	27/11/1897	Prado	Mosqueiro de Fora	50	2	3	0	2	–
089	299c	27/11/1897	Prado	Mosqueiro de Dentro	12	1	2	1	2	X
581	296b	05/08/1916	Remoães	Manselinha	15	1	1	0	2	–
272	292	31/12/1897	Remoães	Aranhol	30	2	3	0	1	–
351	291	31/12/1897	Remoães	Azenhas	20	4	2,5	0	1	–
451	288c	12/02/1898	Remoães	Queimada	60	1,5	1,5	0	2	–
505	285a	12/02/1898	Remoães	Salgueiro	42	4,5	2,7	0	2	–
326	283B	31/12/1897	Remoães	Chão da Vinha	30	1	1,5	0	2	–

368	273	31/12/1897	Pademe	Nova	10	1	5	0	2	_
461	269	12/02/1898	Pademe	Ribeira Velha	60	1,5	2	0	3	_
290	269a	31/12/1897	Pademe	Novo	60	1,5	2	0	1	_
468	265	12/02/1898	Pademe	Escorela	7	1	0,9	1	1	X
471	264	12/02/1898	Pademe	Lagoa	103	2	4	0	1	_
475	262	12/02/1898	Pademe	Seixais	20	1,5	1	0	4	_
399	260	31/12/1897	Alvaredo	Brandouro	42	3,5	2,5	1	5	X
270	257Ea	31/12/1897	Pademe	Portela	10	1	2,5	1	1	X
073	257	27/11/1897	Pademe	Reponta do Regato	10	1	2,5	1	1	X
583	256f	10/04/1917	Alvaredo	Tralisca	_	_	_	0	1	_
584	256c	16/11/1917	Alvaredo	Pesqueiro de Dentro	_	_	_	1	0	_
415	256b	31/12/1897	Alvaredo	Pombeiro	28	4	2	0	2	_
098	255	27/11/1897	Alvaredo	Saquete de Cima	8	0,3	0,7	1	0	_
127	250	27/11/1897	Alvaredo	Conde	16	0,5	4	0	1	_
637	249A	18/08/1942	Alvaredo	Sobreira	10	6	0,6	0	3	_
123	245Ab	27/11/1897	Alvaredo	Bentas de Dentro	16	1	2	0	1	_
401	245Aa	31/12/1897	Alvaredo	Vintes	31	3	5	0	2	_
264	240	31/12/1897	Alvaredo	Botica	60	1	1	0	3	_
332	239	31/12/1897	Alvaredo	Brandouro	12	2,5	3	0	2	_
403	241	31/12/1897	Alvaredo	Poço	6	2	2,5	0	1	_
121	237	27/11/1897	Alvaredo	Novas de Braço	22	3	1	0	5	_
639	234	25/08/1942	Alvaredo	Romadinho	6	3,6	2,5	0	2	_
114	231	27/11/1897	Alvaredo	Picoutos	6	1	1,5	0	2	_
111	230b	27/11/1897	Alvaredo	Maravilhas	13	1	1	1	2	X
614	230	18/08/1942	Alvaredo	Boa Peça ou Campinhos	13	1	1	0	3	_
590	229B	28/10/1920	Alvaredo	Novo Grande	5	2	1	0	1	_
106	229A	27/11/1897	Alvaredo	Égua	5	2	1	1	0	_
608	229	18/08/1942	Alvaredo	Agulhas	5	2	1	1	1	X
607	228A	18/08/1942	Alvaredo	Alfinetes	18	1	0,9	0	2	_
105	228	27/11/1897	Alvaredo	Travesso	18	1	0,9	0	4	_

103	227a	27/11/1897	Alvaredo	Neto	6	1	1	1	2	X
102	225	27/11/1897	Alvaredo	Pé de Ferro	28	1	2,5	0	4	_
101	224	27/11/1897	Alvaredo	Bravo	15	1,5	2	0	3	_
604	224A	30/08/1942	Alvaredo	Buraco	15	1,5	2	0	1	_
651	222	12/09/1942	Alvaredo	Cabrita	5	2	1	1	2	X
605	221B	18/08/1942	Alvaredo	Coto do Gato	15	0,6	2,3	1	0	_
598	215	14/01/1924	Penso	Dona	20	1,5	2	1	0	_
650	214	07/09/1942	Penso	Cobrantolho ou Marcelos	7	3	3	1	2	X
318	213	31/12/1897	Penso	Grande	20	3	3	0	1	_
248	213a	31/12/1897	Penso	Mal Paga	20	3	3	0	2	_
317	212	31/12/1897	Penso	Viveiro	19	2,5	2,5	0	2	_
250	202	31/12/1897	Penso	Pendurada	5	0,5	1,5	1	0	_
433	200	12/02/1898	Penso	Novinha	15	0,8	1,5	1	0	_
040	195A	25/11/1897	Valadares	Muro	14	1	1,7	1	0	_
576	194	03/01/1912	Valadares	Porto da Insua	90	2	2,5	1	3	X
592	192	22/01/1921	Valadares	Caneiro da vinidia	25	2	3,5	0	1	_
038	189A	25/11/1897	Valadares	Cobela	10	2	4	1	0	_
175	185	31/12/1897	Valadares	Cantelo de Cima	5	0,7	2	1	0	_
172	182	31/12/1897	Valadares	Ranhas Pascote (Abelosa)	35	1,2	3	0	4	_
570	181	06/02/1909	Valadares	Coto do Cantinho	17	2,5	6	1	1	X
177	177	31/12/1897	Valadares	Cepo	12	0,6	2,5	0	1	_
226	170a	31/12/1897	Messegães	Rans (Duas Bocas)	50	2	4	1	0	_
030	168	25/11/1897	Messegães	Cantelo de Baixo	52	1,7	6,5	1	0	_
036	161	25/11/1897	Messegães	Novinha	12	2,5	7	1	0	_
163	160A	31/12/1897	Messegães	Cobreiro	12	3	5	1	0	_
155	156A	29/11/1897	Messegães	Peligrino	27	1,8	4,5	1	0	_
025	148	25/11/1897	Ceivães	Salgueiro	14	2,5	4	1	0	_
023	145D	25/11/1897	Ceivães	Ramalheira	23	1,7	4,5	0	2	_
021	145	25/11/1897	Ceivães	Falberra	20	1	4	0	2	_
190	142	31/12/1897	Ceivães	Boa Lembrança	8	1	4,5	1	0	_

182	140	31/12/1897	Ceivães	Caneiro da Falperra	11	0,7	3	0	1	-
225	98A	31/12/1897	Ceivães	Tornada	20	1	2	1	0	-
588	136A	10/04/1917	Ceivães	Caneiro do Escomeiro	12	1,5	6	1	0	-
002	136	24/09/1897	Ceivães	Escomeiro	17	2,5	6	1	0	-
014	134	25/11/1897	Ceivães	Caneiro dos Pontos	10	4	3,5	1	1	X
015	133	25/11/1897	Ceivães	Entre Mouro e Minho	9	3	4	1	0	-
231	132	31/12/1897	Barbeita	Frade	10	0,7	1	1	1	X
001	130	24/09/1897	Barbeita	Porreira	18	1	2,5	1	0	-
169	129	31/12/1897	Barbeita	Pedrinha de Cima	10	1	4	1	0	-
189	122	31/12/1897	Barbeita	Carrascal de Baixo	12	1,2	3,5	1	0	-
237	121A	31/12/1897	Barbeita	Seixeira	8	1,3	5	1	0	-
158	121	29/11/1897	Barbeita	Pescoço	8	3	4	1	0	-
161	115	31/12/1897	Barbeita	Escorregadeira	12	1,2	2	1	0	-
240	113	31/12/1897	Barbeita	Lagoela	5	3	3	1	0	-
239	110	31/12/1897	Barbeita	Insuas	38	3	2,4	1	0	-
060	108A	25/11/1897	Barbeita	Afurada de cima	7	2	4	1	0	-
199	108	31/12/1897	Barbeita	Afurada de Baixo	7	2	4	1	0	-
200	107	31/12/1897	Barbeita	Balagão	5	1	5	1	0	-
061	106A	25/11/1897	Barbeita	Torcedor	6	1,5	3,5	1	0	-
211	106	31/12/1897	Barbeita	Salgueiro	6	1,5	3,5	1	0	-
214	105A	31/12/1897	Bela	Curveirinho	5	3	3	1	0	-
224	105	31/12/1897	Bela	Lagoela	17	3	3	1	0	-
218	104	31/12/1897	Bela	Landre	6	1	5	1	0	-
213	102A	31/12/1897	Bela	Fonte	7	3	4	1	0	-
059	100B	25/11/1897	Bela	Tombalhão	8	4,5	7	1	0	-
597	100A	01/09/1923	Bela	Lage	8	1	4	1	0	-
058	100	25/11/1897	Bela	Castro	8	1	4	1	0	-
062	98	25/11/1897	Bela	Marinheira	25	1	2,6	1	0	-
561	97c	04/08/1898	Bela	Ponta das Bocas da Frente	75	1	2	1	0	-
555	97a	03/08/1898	Bela	Nova das Bocas	135	2,8	4,5	1	1	X

560	97b	04/08/1898	Bela	Canal	13	2	2	1	0	-
220	91	31/12/1897	Troviscoso	Pescote	5	1	3	1	0	-
221	92	31/12/1897	Troviscoso	Bulhão	5	1,4	3	1	0	-
557	86	04/08/1898	Troviscoso	Nova	10	1	4	1	0	-
064	61	25/11/1897	Troviscoso	Corveira	5	1	0,2	1	0	-
009	72	25/11/1897	Cortes	Pedra Furada	22	2	2	1	0	-
055	64	25/11/1897	Cortes	Margarida	7	1	1,5	1	0	-
010	67	25/11/1897	Cortes	Vargiela	16	2	1	1	0	-
149	62	29/11/1897	Cortes	Lagartão	11,5	10,5	3	1	0	-
054	61	25/11/1897	Cortes	Pesqueira grande	5	1	0,2	1	0	-
210	60	31/12/1897	Cortes	Lumiar	7	1,5	2	1	0	-
136	57	29/11/1897	Cortes	Greta	13	1	5	1	0	-
151	56	29/11/1897	Cortes	Redonda	18	1	5	1	0	-
145	55	29/11/1897	Cortes	Velha	10	1,5	3	1	0	-
146	53	29/11/1897	Troporiz	Penizes	4	1	5	1	0	-
147	52	29/11/1897	Troporiz	Foz	20	2	5	1	0	-
006	51	12/10/1897	Troporiz	Gadanha	20	2	5	1	0	-
150	49	29/11/1897	Lapela	Cabaninha	12	1	1,5	1	0	-
LEGENDA:										
Comp: Comprimento; Larg: Largura; Alt: Altura										
Cab: Cabaceira; Bot: Botirão; Mis: Mista										
FONTES: Comando Local da Polícia Marítima do Porto de Caminha; Comandância Marítima de Tuy.										

ANEXO VIII - Inventário das Pesqueiras Ativas em Espanha

Base de dados do levantamento das pesqueiras (ESPANHA) (Situação em Agosto 2013)										
N.º da pesqueira	N.º de registo	Data de registo	Freguesias	Nome da pesqueira	Estrutura(dimensões) metros			Arte de pesca		
					Comp	Larg	Alt	Cab	Bot	Mis
225	086	19/05/1897	A Ribera	Malicioso	65	3,00	4	0	3	-
221	085	19/05/1898	A Ribera	Nova	15	1,00	1,5	0	2	-
249	091	19/05/1900	Albeos	Nova de Abad	40	2,00	5	0	2	-
242	089	19/05/1899	Albeos	O Novo	29	2,00	4	0	2	-
082	031	19/05/1905	Cequeleños	Laguayo	10	1,00	1,5	0	3	-
067	025	19/05/1901	Cequeleños	Las Pozas	70	2,00	3	0	5	-
070	026	19/05/1902	Cequeleños	Barandorio	17	2,50	0,5	0	4	-
075	027	19/05/1903	Cequeleños	Arrecife Cabrón	58	2,00	3	0	4	-
076	028	19/05/1904	Cequeleños	Facote o Burro	74	16,00	1,5	0	3	-
077	029	19/05/1906	Mouretán	Carballo	34	3,00	4	0	4	-
081	030	19/05/1907	Mouretán	Tralisca	32	2,00	5	0	3	-
083	032	19/05/1908	Mouretán	Fortuna	14	3,00	6	0	4	-
093	036	19/05/1909	Mouretán	Nova	25	3,00	6	0	2	-
115	047	19/05/1910	Arbo	Folgado	62	5,00	3	0	3	-
128	054	19/05/1911	Arbo	Gibraltar	31	2,00	4	0	3	-
103	040	19/05/1912	Arbo	Riveira dos Cregos	42	3,00	5	0	4	-
110	044	19/05/1913	Arbo	Coto de Rodeiro	10	2,00	6	1	0	-
179	074	19/05/1914	Arbo	Corrida de Pedro Bodilla	30	2,00	3	0	5	-
105	042	19/05/1915	Arbo	Gloria	16,6	1,40	2	0	2	-
155	061	19/05/1916	Arbo	Mayorazgo	22	4	3,5	0	6	-
107	043	19/05/1917	Arbo	Zapeira	34	2,00	4	0	4	-
119	051	19/05/1918	Arbo	Chumba	20	2,00	5	0	1	-
164	065	19/05/1919	Arbo	Mendez	35	3,00	5	0	3	-
165	066	19/05/1920	Arbo	Nada Das	30	2,00	5	0	1	-
240	088	19/05/1921	Arbo	Tranqueta	8,5	2,35	1,8	0	1	-
303	099	19/05/1922	Arbo	Cornagostos	11	1,00	2	0	2	-
088	033	19/05/1924	Arbo	Capelana	20	3,00	6	0	3	-
091	034	19/05/1925	Arbo	Cabian	30	2,00	4	0	3	-
092	035	19/05/1926	Arbo	Rabo Longo	60	2,00	4	0	1	-
098	038	19/05/1927	Arbo	Regato	34	2,00	4	0	2	-
112	046	19/05/1928	Arbo	Coto de Bullón	24	1,00	2	0	2	-
120	052	19/05/1929	Arbo	Corrida da Busca	50	1,00	2	0	4	-
122	053	19/05/1930	Arbo	Oda Barcia	28	2,00	4	0	2	-
166	067	19/05/1931	Arbo	Bello de Barcia	16,5	4,00	3,2	0	4	-
167	068	19/05/1932	Arbo	Barandiro de Arriba	28	2,00	4	0	2	-
171	071	19/05/1933	Arbo	Queimados	30	2,00	3	0	1	-
267	093	19/05/1934	Arbo	Caselas de Dentro	40	2,00	4	0	1	-
313	104	19/05/1935	Arbo	A Adiviña	62	3,00	3	0	1	-
333	106	19/05/1936	Arbo	Apeira	16	1,00	7	1	0	-
334	107	19/05/1937	Arbo	Xeixal	30	2,00	4	0	3	-
277	094	19/05/1938	Arbo	Felicidad Pombeiro	43	3,00	5	0	1	-

102	039	19/05/1939	Arbo	Lomil	17	2,00	5	0	4	-
168	069	19/05/1940	Arbo	Torriña	10	2,00	4	0	1	-
288	096	19/05/1941	Arbo	Coto de Esperanza	60	3,00	2	0	2	-
104	041	19/05/1942	Arbo	Flaire	34	3,00	4	0	2	-
095	257	19/05/1943	Arbo	Figueiredo	30	2,00	4	0	5	-
236	-	19/05/1944	Arbo	Areas	40	2,00	3	0	1	-
170	070	19/05/1945	Arbo	Burro	17	1,50	5	0	1	-
090	-	19/05/1946	Barcela	O Carballo	S/l	S/l	S/l	0	3	-
096	037	19/05/1947	Barcela	Pedra de Ferro	7	2,00	4	0	2	-
111	045	19/05/1948	Barcela	Casales de Afuera	40	2,00	4	0	1	-
116	048	19/05/1949	Barcela	Barca Santos	32	3,00	5	0	3	-
117	049	19/05/1950	Barcela	Muro	7	3,00	5	0	1	-
118	050	19/05/1951	Barcela	Novás	40	3,00	4	0	2	-
132	055	19/05/1952	Barcela	Te Vou Ver (Ribeira)	27	2,00	4	1	5	X
160	062	19/05/1953	Barcela	Bugardeira	25	2,00	3	0	1	-
162	063	19/05/1954	Barcela	Vieja de Novás	17	3,00	5	0	1	-
163	064	19/05/1955	Barcela	Enxaméa	16	1,00	3	0	1	-
175	073	19/05/1956	Barcela	Amieira	14	3,00	5	0	1	-
186	075	19/05/1957	Barcela	Cadeiro	23,2	3,10	3,7	0	4	-
191	076	19/05/1958	Barcela	Regato de Abajo	34	2,00	4	0	4	-
207	083	19/05/1959	Barcela	Bravo	10	2,00	4	0	3	-
233	087	19/05/1960	Barcela	Xueiriñas	42	2,00	4	0	3	-
294	097	19/05/1961	Barcela	Rucio	70	2,00	4	1	0	-
307	100	19/05/1962	Barcela	Sobreiro	30	1,00	1	1	0	-
031	015	19/05/1963	Barcela	Salgueiriño	40	2,00	5	1	0	-
147	056	19/05/1964	Sela	Guisande	12	2,00	4	1	0	-
148	057	19/05/1965	Sela	Buen Placer	17	1,00	4	1	0	-
151	058	19/05/1966	Sela	Cantelo (Rede de Molinas)	40	3,00	4	1	0	-
152	059	19/05/1967	Sela	Nay	30	2,00	3	0	2	-
154	060	19/05/1968	Sela	Xela de Arriba	12	2,00	3	1	0	-
174	072	19/05/1969	Sela	Penediño	11	2,00	3	1	0	-
243	090	19/05/1970	Sela	Raña de Lamosa	110	3,00	3	0	5	-
301	098	19/05/1971	Sela	Arnado	24	2,00	3	1	0	-
309	102	19/05/1973	Sela	Cantelo (Rede de Molinas)	35	2,00	4	1	0	-
312	103	19/05/1974	Sela	Seoane	4	2,40	2,45	1	0	-
019	010	19/05/1975	Vide	Barandiro	40	3,00	4	1	0	-
021	011	19/05/1976	Vide	Paneliña	40	3,00	4	1	0	-
199	079	19/05/1977	Vide	Pandurada	30	1,00	1	1	0	-
220	084	19/05/1978	Vide	Covelo	10	2,00	5	1	0	-
263	092	19/05/1979	Vide	Calado	30	1,00	5	1	0	-
286	095	19/05/1980	Vide	Carreteira	30	1,00	6	1	0	-
315	105	19/05/1981	Vide	La Nueva	45	3,00	3	1	1	X
015	015	19/05/1982	Vide	Santiña	16	1,50	6	1	0	-
338	108	19/05/1983	Vide	Extreito	22	2,00	3	0	1	-
017	008	19/05/1985	Vide	Torta	38	1,00	4	1	0	-
002	001	19/05/1986	Setados	Caneiros	24	2,00	1	0	1	-

010	003	19/05/1987	Setados	Lagoa	5	1,5	2	1	0	-
011	004	19/05/1988	Setados	Congreira	17	1,50	5	1	0	-
013	005	19/05/1989	Setados	Longa de Dentro	38	1,40	4	0	3	-
014	006	19/05/1990	Setados	Longa de Fora	30	1,00	5	0	2	-
016	007	19/05/1991	Setados	Falciós	22	2,00	5	1	1	X
042	019	19/05/1992	Setados	Sobreiro	20	1,00	4	1	0	-
197	077	19/05/1993	Setados	Alta de Gatos	17	1,60	6,9	0	1	-
200	080	19/05/1994	Setados	Coto de Gatos	8	1,60	3,7	1	0	-
308	101	19/05/1995	Setados	Noviña	20	2,00	5	1	0	-
030	014	19/05/1998	Setados	Pesqueira Vella	12	2,5	4	1	0	-
046	021	19/05/1923	As Neves	Tornada	12	0,50	0,6	0	1	-
049	002	19/05/1999	As Neves	Porto (Esfolada)	10	2,00	6	1	0	-
027	098	19/05/2000	As Neves	Castañoteiro	10	2,50	5	1	0	-
198	078	19/05/2001	As Neves	Gabián	20	1,00	4	1	0	-
034	017	19/05/2002	As Neves	Juliana y Caneiro	17	0,50	1	0	2	-
035	018	19/05/2003	As Neves	Penedo de Abaixo	5	2,00	3	1	0	-
032	016	19/05/2004	As Neves	Urceira	5	1,50	3	1	0	-
051	022	19/05/2005	As Neves	Tomo	14	1,00	1	1	0	-
340	340	19/05/2006	Liñares	Laxiña	15	1,00	4	1	0	-
043	020	19/05/2007	Liñares	Cotaraña	10	1,00	1,5	1	0	-
052	023	19/05/2008	Oleiros	Nueva de Teanes	25	1,50	2	1	0	-
341	341	19/05/2009	Oleiros	Pedra Furada	19	2,00	4	1	0	-
053	024	19/05/2010	Oleiros	Can Grande	24	1,00	1,5	1	0	-
205	081	19/05/2011	Arantei	1ª de San Pedro	15	1,50	2	1	0	-
206	082	19/05/2012	Arantei	2ª de San Pedro	12	1,00	2,5	1	0	-
LEGENDA:										
Comp: Comprimento; Larg: Largura; Alt: Altura										
Cab: Cabaceira; Bot: Botirão; Mis: Mista										
FONTES: comandância Marítima de Tuy										